

28. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Valores pagos e recebidos durante o período				
Imposto de renda e contribuição social	1.794	1.987	4	5
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3.355	4.323	2.696	3.770
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	591	312	-	-
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	-	-	374	-
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	15.932	5.096	16.511	5.316
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	3.634	375	3.583	359

29. Informações por segmento

As atividades internacionais de exploração e produção de óleo e gás, refino, petroquímica, gás e energia e distribuição, cuja gestão pertencia à extinta Diretoria Internacional foram realocadas para a gestão das áreas de negócio correlatas no país, assegurando as especificidades dessas atividades.

Para fins de comparabilidade e avaliação, os valores divulgados no ativo consolidado e na demonstração do resultado do exercício de 2014 foram ajustados ao modelo de negócio vigente.

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2015

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	14.215	35.247	10.398	176	8.979	112.715	(12.149)	169.581
Não circulante	469.181	142.384	65.625	1.709	11.609	41.350	(1.304)	730.554
Realizável a longo prazo	25.250	9.309	5.303	12	3.355	32.792	(1.142)	74.879
Investimentos	7.054	3.431	1.781	1.339	134	33	-	13.772
Imobilizado	428.447	128.982	57.300	358	7.296	7.610	(162)	629.831
Em operação	310.761	112.470	47.611	317	6.175	5.798	(162)	482.970
Em construção	117.686	16.512	9.689	41	1.121	1.812	-	146.861
Intangível	8.430	662	1.241	-	824	915	-	12.072
Ativo	483.396	177.631	76.023	1.885	20.588	154.065	(13.453)	900.135

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2014

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	17.864	41.147	11.114	173	10.323	64.293	(9.892)	135.023
Não circulante	410.146	148.707	65.491	2.774	11.354	24.985	(5.105)	658.352
Realizável a longo prazo	22.112	9.607	3.780	8	3.349	16.185	(4.938)	50.104
Investimentos	6.030	4.876	1.658	2.221	111	386	-	15.282
Imobilizado	373.412	133.533	59.068	545	7.134	7.465	(167)	580.990
Em operação	271.293	109.910	47.741	502	5.462	5.622	(167)	440.363
Em construção	102.119	23.623	11.327	43	1.672	1.843	-	140.627
Intangível	8.591	690	986	-	760	949	-	11.976
Ativo	428.010	189.854	76.606	2.947	21.677	89.278	(14.997)	793.375

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 2015 ^(*)

								31.12.2015
	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	117.098	245.613	43.185	769	110.030	-	(195.057)	321.638
Intersegmentos	112.071	73.635	6.827	716	1.808	-	(195.057)	-
Terceiros	5.027	171.978	36.358	53	108.222	-	-	321.638
Custo dos produtos vendidos	(82.908)	(199.596)	(34.490)	(846)	(101.623)	-	196.401	(223.062)
Lucro bruto	34.190	46.017	8.695	(77)	8.407	-	1.344	98.576
Despesas	(52.128)	(20.579)	(7.878)	(346)	(9.656)	(21.076)	696	(110.967)
Vendas, gerais e administrativas	(2.128)	(8.112)	(2.752)	(102)	(8.204)	(6.330)	704	(26.924)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(6.467)	-	-	-	-	-	-	(6.467)
Pesquisa e desenvolvimento	(499)	(386)	(169)	(30)	(4)	(936)	-	(2.024)
Tributárias	(552)	(2.488)	(1.295)	(6)	(244)	(4.653)	-	(9.238)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(38.292)	(6.399)	(2.507)	(181)	(297)	-	-	(47.676)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.190)	(3.194)	(1.155)	(27)	(907)	(9.157)	(8)	(18.638)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	(17.938)	25.438	817	(423)	(1.249)	(21.076)	2.040	(12.391)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(28.041)	-	(28.041)
Resultado de participações em investimentos	(1.145)	1.192	403	(687)	31	(591)	-	(797)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(19.083)	26.630	1.220	(1.110)	(1.218)	(49.708)	2.040	(41.229)
Imposto de renda e contribuição social	6.099	(8.649)	(277)	144	425	9.010	(694)	6.058
Lucro líquido (Prejuízo)	(12.984)	17.981	943	(966)	(793)	(40.698)	1.346	(35.171)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	(12.963)	18.034	423	(966)	(798)	(39.912)	1.346	(34.836)
Acionistas não controladores	(21)	(53)	520	-	5	(786)	-	(335)
	(12.984)	17.981	943	(966)	(793)	(40.698)	1.346	(35.171)

^(*) A relação das empresas por segmento de atuação está apresentada na nota explicativa 11.1.

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 2014

								31.12.2014
	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	160.706	268.539	43.213	624	110.178	-	(246.000)	337.260
Intersegmentos	155.380	83.319	4.088	560	2.653	-	(246.000)	-
Terceiros	5.326	185.220	39.125	64	107.525	-	-	337.260
Custo dos produtos vendidos	(87.475)	(277.281)	(36.853)	(728)	(101.680)	-	247.194	(256.823)
Lucro bruto	73.231	(8.742)	6.360	(104)	8.498	-	1.194	80.437
Despesas	(22.903)	(50.034)	(7.839)	(158)	(6.411)	(14.943)	529	(101.759)
Vendas, gerais e administrativas	(1.479)	(6.686)	(6.041)	(118)	(5.944)	(7.467)	538	(27.197)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(7.135)	-	-	-	-	-	-	(7.135)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.290)	(452)	(199)	(32)	(4)	(612)	-	(2.589)
Tributárias	(176)	(276)	(322)	(2)	(79)	(946)	-	(1.801)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(10.094)	(34.297)	(245)	-	-	-	-	(44.636)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(1.975)	(3.438)	(654)	-	(26)	(101)	-	(6.194)
Outras receitas (despesas), líquidas	(754)	(4.885)	(378)	(6)	(358)	(5.817)	(9)	(12.207)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	50.328	(58.776)	(1.479)	(262)	2.087	(14.943)	1.723	(21.322)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(3.900)	-	(3.900)
Resultado de participações em investimentos	(233)	301	492	(124)	11	4	-	451
Participação nos lucros ou resultados	(366)	(298)	(48)	(2)	(60)	(271)	-	(1.045)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	49.729	(58.773)	(1.035)	(388)	2.038	(19.110)	1.723	(25.816)
Imposto de renda e contribuição social	(17.659)	18.917	297	90	(698)	3.531	(586)	3.892
Lucro líquido (Prejuízo)	32.070	(39.856)	(738)	(298)	1.340	(15.579)	1.137	(21.924)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	32.008	(39.836)	(785)	(298)	1.339	(15.152)	1.137	(21.587)
Acionistas não controladores	62	(20)	47	-	1	(427)	-	(337)
	32.070	(39.856)	(738)	(298)	1.340	(15.579)	1.137	(21.924)

Informações por Atividades no Exterior - 2015

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Distribuição
Ativo	31.683	5.459	1.577	3.057
Demonstração do resultado				
Receita de vendas	6.175	15.340	1.849	13.714
Intersegmentos	3.224	6.890	109	5
Terceiros	2.951	8.450	1.740	13.709
Lucro Bruto	1.866	607	333	1.207
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	(2.680)	(287)	247	254
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(3.562)	(246)	354	220

Informações por Atividades no Exterior - 2014

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Distribuição
Ativo	25.557	4.944	1.255	2.497
Demonstração do resultado				
Receita de vendas	7.022	17.313	1.151	12.168
Intersegmentos	2.903	3.584	79	5
Terceiros	4.119	13.729	1.072	12.163
Lucro Bruto	1.969	(668)	219	934
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	147	(1.403)	167	222
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(1.395)	(1.210)	213	182

30. Processos judiciais e contingências

30.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se a revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime e diferenças de cálculo nos repousos semanais remunerados;
- Processos fiscais, incluindo a não homologação de compensações de tributos federais e as demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação;
- Processos cíveis referentes a perdas e danos pelo desfazimento de operação de cessão de crédito prêmio de IPI e cobrança de *royalties* sobre a atividade de extração de xisto; e
- Processo ambiental referente à indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo não circulante				
Processos trabalhistas	3.323	1.904	2.998	1.668
Processos fiscais	3.087	276	2.323	121
Processos cíveis	2.069	1.770	1.768	1.490
Processos ambientais	282	105	193	59
Outros processos	15	36	-	-
	8.776	4.091	7.282	3.338
Saldo inicial	4.091	2.918	3.338	2.280
Adição	5.294	1.775	4.368	1.494
Utilização	(989)	(740)	(764)	(581)
Atualização de juros	346	155	340	145
Outros	34	(17)	-	-
Saldo final	8.776	4.091	7.282	3.338

30.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo não circulante				
Fiscais	4.076	2.671	3.352	1.872
Cíveis	2.693	1.760	2.540	1.618
Trabalhistas	2.670	2.464	2.417	2.232
Ambientais	305	213	281	205
Outros	14	16	-	-
	9.758	7.124	8.590	5.927

30.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2015, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado
Natureza	
Fiscais	114.318
Trabalhistas	22.071
Cíveis - Gerais	19.952
Cíveis - Ambientais	5.748
Outras	7
	162.096

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e PIS/COFINS- importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de plataformas. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	32.238
2) Dedução imediata da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento da produção de petróleo nos exercícios de 2008 e 2009. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	11.800
3) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	9.817

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

4) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos ao Plano Petros, bem como de despesas diversas incorridas em 2007 e 2008 relacionadas a benefícios empregatícios e PETROS. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	7.481
5) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005 até 2010, não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	6.579
6) Incidência da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente a empregados. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	2.376
7) Cobrança da CIDE-Combustível no período de março de 2002 a outubro de 2003 em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas judiciais liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo. Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial. Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.	2.017
8) Cobrança de multa por suposto descumprimento de obrigação acessória quando da movimentação da sonda para o bloco exploratório e no retorno desta embarcação, bem como de ICMS decorrente do desenquadramento do regime aduaneiro de admissão temporária pelo fato de o desembaraço da sonda ter sido realizado em Niterói/RJ e não no estado de SP. Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial.	5.161
9) Aplicação de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como pelo uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa. Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados PR, AM, BA, ES, PA, PE e PB.	2.416
10) Incidência de ICMS sobre diferenças na medição inicial e final de estoques nas vendas de petróleo e gás. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas. Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, MG e BA.	1.108
11) Exigência de ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN e C5+ com emissão de documento fiscal não aceito pela fiscalização, bem como questionamento do direito ao aproveitamento do crédito. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	3.794
12) Cobrança de diferenças de alíquotas de ICMS decorrente de vendas de QAV para empresas aéreas no mercado interno. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	3.709
13) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas promovidas por terceiros em operações subsequentes. Situação atual: A questão envolve dois autos de infração que se encontram na esfera administrativa, ainda sem decisão da primeira instância julgadora. Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do RJ, SP, ES e BA.	2.042
14) Apropriação de crédito de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado. Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa, e outras na esfera judicial. Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Maratáizes, Linhares, Vila Velha e Vitória.	1.272
15) Cobrança do imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN), por alguns municípios do Estado do Espírito Santo sob o argumento de que o serviço fora executado em seus "respectivos territórios marítimos". Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas. Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC.	2.725
16) Cobrança do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia para o MS, sob a alegação de serem esses Estados os destinatários finais (consumidores) do gás importado. Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal. Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do RJ, SP, SE e BA.	2.551
17) Não recolhimento dos créditos de ICMS decorrente da aquisição de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração. Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas. Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA.	1.271
18) Cobrança e creditamento de ICMS em operações de consumo interno, de óleo bunker e óleo diesel marítimo destinados a embarcações afretadas. Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa, e outras na esfera judicial. Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco.	1.206
19) Cobrança de ICMS sobre as vendas interestaduais de gás natural com destino às distribuidoras localizadas em seu Estado. A fiscalização entende que as operações seriam de transferência, uma vez que as atividades realizadas no city-gate são de industrialização, caracterizando-o como um estabelecimento e conseqüentemente exigindo a diferença entre o imposto incidente na operação de venda e de transferência. Situação atual: Há autuações lavradas pelo Estado uma discutida ainda na esfera administrativa, e outras na esfera judicial.	1.406
20) Processos diversos de natureza fiscal	13.349
Total de processos de natureza fiscal	114.318

Descrição dos processos de natureza trabalhista

Autor: SINDIPETRO dos estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PE, RN, PR, SC e RS. (*)

1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR). Situação atual: A Companhia ajuizou perante o Tribunal Superior do Trabalho dissídio coletivo de natureza jurídica, no qual, em 19 de outubro de 2015, foi julgado procedente o pedido da Petrobras e encaminhado ao Tribunal Pleno para uniformização do entendimento sobre a matéria no âmbito do TST.	11.547
Autor: SINDIPETRO do Norte Fluminense e SINDIPETRO do estado da Bahia.	
2) Ações coletivas que objetivam diferenças salariais decorrentes da alteração do critério de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, observando proporção superior à instituída pela Lei nº 605/49. Situação atual: Referente ao processo de autoria do SINDIPETRO/BA, a Cia. interpôs recurso que se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho. No processo em que figura como autor o SINDIPETRO/NF, a Cia. propôs Ação Rescisória processada no TST, cujo mérito ainda não foi julgado.	1.263
Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF.	
3) O Autor objetiva a condenação da PETROBRAS a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a PETROBRAS seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobre aviso, sob pena de multa diária. Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento dos recursos interpostos pelas partes.	1.105
4) Processos diversos de natureza Trabalhista	8.156
Total de processos de natureza trabalhista	22.071

(*) Foram incluídas ações que estavam apresentadas como "processos diversos", além da revisão de estimativa e expectativa.

Descrição dos processos de natureza cível

Estimativa

Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP.

1) Processos administrativos que discutem diferença de participação especial e royalties em vários campos. Inclui também discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades nos sistemas de medição de plataformas. Situação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.866
2) Processos que discutem a determinação da ANP de: unificar os campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-S-11, unificar os Campos de Baúna e Piracaba, e unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, gerando assim impactos no recolhimento das participações especiais (PE). Situação atual: As questões envolvem processos judicial e arbitral. Por força de decisões judiciais as arbitragens estão suspensas. No caso dos campos de Lula e Cernambi, os valores das supostas diferenças de participações governamentais foram depositados judicialmente, porém com a cassação da liminar favorável, atualmente as diferenças tem sido pagas diretamente para a ANP até que seja reformada a decisão judicial correspondente. No caso dos campos de Baúna e Piracaba, por força de decisão liminar concedida pelo Judiciário, a PETROBRAS deposita o valor controvertido das PGs em juízo. No caso da unificação dos Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, por força de decisões judiciais e do próprio Tribunal Arbitral a cobrança das supostas diferenças de PE a maior encontra-se suspensa.	4.764
Autor: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.	
3) Ação de indenização na qual busca ressarcimento pelos danos causados por uma suposta conduta anticoncorrencial na venda de gasolina e derivados (Diesel e GLP) no mercado interno. Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial, onde a Companhia foi condenada em 1º instância. A Companhia tem buscado assegurar os seus direitos, sendo certo que o CADE já analisou o tema e decidiu pela ausência de postura anticoncorrencial da Petrobras.	1.605
Autor: Vantage Deepwater Company e Vantage Deepwater Drilling Inc	
4) Arbitragem nos Estados Unidos sobre rescisão unilateral de contrato de prestação de serviço de perfuração vinculados ao navio-sonda Titanium Explorer. Situação atual: O processo se encontra em fase de conhecimento, onde a Companhia busca seus direitos apresentando documentos para a comprovação de que o autor descumpriu obrigações contratuais.	1.562
5) Processos diversos de natureza cível	7.155
Total de processos de natureza cível	19.952

Descrição dos processos de natureza ambiental

Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná,

AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária e IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16.07.2000.

Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a Companhia, ré, interpuseram recursos de apelação.

2.388

Autor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Ministério Público Federal.

2) Processos administrativos decorrentes de multas ambientais relacionadas a operação Upstream impugnadas em virtude de divergência quanto a interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA, bem como uma Ação Civil Pública movida pelo MPF por suposto dano ambiental em virtude do afundamento acidental da Plataforma P-36.

Situação atual: Aguarda-se julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa quanto às multas e, no que toca a ação civil pública, a Petrobras recorreu da sentença que lhe foi desfavorável no juízo de primeiro grau e acompanha o trâmite do recurso que será julgado pelo Tribunal Regional Federal.

1.057

3) Processos diversos de natureza ambiental

2.303

Total de processos de natureza ambiental

5.748

30.4. Ação coletiva (class action) e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a Companhia perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court for the Southern District of New York). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 ("Ação Coletiva Consolidada"). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited ("USS"), em 4 de março de 2015, que apresentou petição inicial consolidada em 27 de março de 2015, pretendendo representar investidores que:

- a) adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América entre 22 de janeiro de 2010 e 19 de março de 2015 (o "Período da Classe") e que sofreram perdas;
- b) adquiriram as *Notes* emitidas em 2012, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2009, ou as *Notes* emitidas em 2013 ou as *Notes* emitidas em 2014, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2012, dentro do Período da Classe e que sofreram perdas; e
- c) adquiriram valores mobiliários da Petrobras no Brasil durante o período da Classe e que também adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América no mesmo período.

O autor líder da ação coletiva consolidada alega que a Companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na SEC, teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações contábeis e suas políticas anti-corrupção, em função de denúncias de corrupção com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado de maneira artificial o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Em 17 de abril de 2015, a Petrobras, sua controlada Petrobras Global Finance BV (PGF) e os bancos subscritores de ofertas públicas de títulos ("Bancos Subscritores") apresentaram *Motion to Dismiss*, uma defesa em que são apresentados argumentos jurídicos requerendo a extinção sumária do processo.

Em 9 de julho de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre a *Motion to Dismiss*, acolhendo parcialmente os argumentos da Companhia. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, que os pleitos relacionados à emissão de certos títulos de dívida realizada nos EUA em 2012 com base no Securities Act de 1933 estão prescritos e que os pleitos relativos aos valores mobiliários adquiridos no Brasil estão sujeitos à resolução por arbitragem, conforme previsto no Estatuto Social da Petrobras. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, com base nesta decisão, a Ação Coletiva Consolidada prosseguiu quanto aos demais pleitos.

Conforme autorizado pelo Juiz, foram apresentadas novas petições consolidadas em 16 de julho de 2015, 1^o de setembro de 2015 e 30 de novembro de 2015. Essa última foi apresentada pelo autor líder USS e três outros autores (Union Asset Management Holding AG; Employees' Retirement System of the State of Hawaii; e North Carolina Department of State Treasurer), contendo os pleitos da Ação Coletiva Consolidada que não foram rejeitados ou que o Juiz autorizou fossem reformulados em sua decisão de 9 de julho de 2015. Essa petição consolidada também estende o Período da Classe até 28 de julho de 2015, além de incluir a Petrobras America Inc. ("PAI") como ré.

Em 7 de dezembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores apresentaram *Motion to Dismiss* contra a petição consolidada.

Em 20 de dezembro de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre essa *Motion to Dismiss*, acolhendo parcialmente os argumentos da Companhia. Dentre outras decisões, o Juiz rejeitou os pleitos dos autores da petição consolidada baseados na aquisição de títulos emitidos pela Companhia quando não conseguiram provar que foram adquiridos em transações ocorridas nos EUA. O Juiz também rejeitou pleitos baseados no Securities Act de 1933 em relação a certas aquisições quando os autores não conseguiram demonstrar que se basearam em informações divulgadas pela Petrobras. Outros argumentos da *Motion to Dismiss* foram rejeitados, portanto a Ação Coletiva Consolidada continuará quanto aos demais pleitos.

Em 15 de outubro de 2015, os autores apresentaram uma petição requerendo a certificação de classe para a Ação Coletiva Consolidada e, em 6 de novembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores apresentaram petição impugnando tal requerimento. Em 2 de fevereiro de 2016, o Juiz acolheu a petição para certificação de classe, determinando que os representantes da classe de investidores cujos pleitos se baseiam no Securities Act serão os autores Employees' Retirement System of the State of Hawaii e North Carolina Department of State Treasurer e o representante da classe dos investidores cujos pleitos se baseiam no *Exchange Act* será o autor Universities Superannuation Scheme Limited.

Adicionalmente à Ação Coletiva Consolidada, até a presente data, 28 ações foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque nos Estados Unidos (Southern District of New York) com alegações similares àquelas apresentadas na ação coletiva. Em 21 de agosto de 2015, a Petrobras, a PGF e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos apresentaram *Motion to Dismiss* e, em 15 de outubro de 2015, o Juiz acolheu parcialmente essa defesa. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, a prescrição de certos pleitos baseados no Exchange Act, no Securities Act, e em legislações estaduais. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, com base nesta decisão, essas ações terão seguimento. Além disso, uma ação semelhante foi apresentada por investidores individuais no Distrito Leste da Pensilvânia.

O Juiz determinou que a Ação Coletiva Consolidada e as ações individuais serão resolvidas por um júri em um único julgamento que deverá durar no máximo oito semanas; que a audiência de julgamento começará no dia 19 de setembro de 2016; e que qualquer ação individual apresentada após 31 de dezembro de 2015 será suspensa para todos os efeitos até o encerramento do julgamento previsto.

Em 17 de março de 2016, uma nova ação foi iniciada por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, apresentando alegações semelhantes àquelas formuladas na Ação Coletiva Consolidada. De acordo com decisão do juiz, esta ação permanecerá suspensa até a conclusão do julgamento das demais ações.

Essas ações estão em estágio preliminar e envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, informações produzidas no procedimento *probatório* (*discovery*), tempo das decisões judiciais, obtenção de provas em poder de terceiros ou autores, a decisão da corte em questões chave do processo, análises de peritos, o potencial e a intenção de as partes iniciarem negociações de boa-fé para um acordo.

Além disso, as pretensões formuladas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades e os autores não indicaram um montante do dano alegado na Ação Coletiva Consolidada ou nas ações individuais.

As incertezas inerentes a todas estas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas ações. Como resultado, a Companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesses litígios.

Caso a decisão do litígio seja contrária ou se houver um acordo, a Companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderão ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados ou seu fluxo de caixa consolidados em um determinado período.

A Companhia contratou um escritório de advocacia norte-americano especializado e está se defendendo firmemente em relação às alegações feitas nessas ações.

30.5. Contingências Ativas

30.5.1. Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ações ordinárias contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendidos entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o respectivo §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 18 de novembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente a ação da Petrobras, ajuizada em 2006 para recuperar os valores de COFINS do período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Após o trânsito em julgado da ação, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 497.

Em relação aos valores de PIS e COFINS recolhidos indevidamente sobre receitas financeiras no período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2002, cuja ação foi ajuizada em 2005, a Companhia reconheceu em setembro de 2014 o valor de R\$ 2.177 (sendo R\$ 820 em outras despesas líquidas e R\$ 1.357 em resultado financeiro), após o direito à recuperação ter sido reconhecido de forma definitiva, conclusão do levantamento do valor e documentos que possibilitaram o pedido de liquidação judicial.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$ 2.960 de PIS e COFINS, atualizados monetariamente, registrados em outros ativos realizáveis a longo prazo, que estão em fase de liquidação judicial, conforme detalhado no quadro a seguir:

	<u>31.12.2015</u>
COFINS - Janeiro de 2003 a janeiro de 2004	497
PIS/COFINS - fevereiro de 1999 a novembro de 2002	2.209
Atualização monetária	254
Saldo atualizado registrado no ativo não circulante	2.960

31. Compromisso de compra de gás natural

Em 18 de agosto de 2014, a Petrobras firmou acordo com a Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos – YPF, solucionando as divergências existentes na execução do contrato de importação de gás natural boliviano para o mercado brasileiro (Contrato GSA Petrobras-YPF). O acordo contempla a solução para as diferentes interpretações do GSA, por meio de pagamentos e compensações de parte a parte, além da celebração de um contrato de fornecimento de gás natural visando retomar a operação da termoelétrica UTE Cuiabá a partir de abril de 2014, gerando um desembolso de R\$ 872. Posteriormente, após as compensações apresentadas por cada parte, este acordo foi capaz de gerar um fluxo de caixa positivo líquido para a Petrobras durante seu período de apuração.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total do Contrato GSA para o período de 2016 a 2019 é de aproximadamente 43,95 bilhões de m³ de gás natural equivalente a 30,08 milhões de m³ por dia, que corresponde a um valor total estimado de US\$ 6,46 bilhões.

32. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de R\$ 6.229 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 4.798 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 4.153 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 645 referem-se a garantias bancárias.

33. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

A Companhia instituiu a Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, com a missão de assegurar a conformidade processual e mitigar riscos em suas atividades, incluindo os de fraude e corrupção. As matérias submetidas à deliberação da Diretoria Executiva contam, necessariamente, com prévia manifestação favorável desta diretoria quanto à governança, gestão de riscos e conformidade dos procedimentos.

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua, sendo os riscos considerados em todas as decisões e a sua gestão realizada de maneira integrada.

Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2015, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição patrimonial consolidada					
	Valor nocional		Valor Justo		Vencimento	
	31.12.2015	31.12.2014	Posição Ativa (Passiva)	31.12.2014		
Derivativos não designados como Hedge						
Contratos Futuros (*)	(5.694)	(4.314)	149	186		
Compra/Petróleo e Derivados	53.735	84.544	-	-	2016	
Venda/Petróleo e Derivados	(59.429)	(88.858)	-	-	2016	
Contratos de Opções (*)	123	(594)	38	2		
Compra/Petróleo e Derivados	-	(364)	-	(1)	2016	
Venda/Petróleo e Derivados	123	(230)	38	3	2016	
Contratos a Termo			24	3		
Compra/Câmbio (ARS/USD) (**)	USD 0	USD 10	-	(3)	2016	
Compra/Câmbio (BRL/USD) (**)	USD 217	USD 0	23	-	2016	
Venda/Câmbio (BRL/USD) (**)	USD 50	USD 249	1	6	2016	
Derivativos designados como Hedge						
SWAP			(130)	(113)		
Câmbio - cross currency swap (**)	USD 298	USD 298	(62)	(59)	2016	
Juros - Libor/taxa fixa (**)	USD 396	USD 419	(68)	(54)	2017	
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			81	78		

(*) Valor nocional em mil bbl

(**) Valores em USD estão em milhões.

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do período (*)		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido (**)		Garantias dadas como colaterais	
	2015	2014	2015	2014	31.12.2015	31.12.2014
	Derivativos de commodities	927	910	-	-	36
Derivativos de moeda	90	(49)	30	22	-	-
Derivativos de juros	(31)	(24)	5	(5)	-	-
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações (***)	986	837	35	17	36	17
	(7.088)	(1.673)	(61.651)	(13.977)	-	-
	(6.102)	(836)	(61.616)	(13.960)	36	17

(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.

(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no período.

(***) Utilizando instrumentos financeiros não derivativos, conforme nota explicativa 33.2.

A análise de sensibilidade com relação aos diferentes tipos de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta com base em sua posição em instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	149	(173)	(494)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	6	(163)	(326)
Contratos a Termo	Câmbio - Valorização do ARS frente ao USD	-	-	-
SWAP	Juros - Queda de taxa de Juros em EUR	-	-	-
Opções	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	37	36	35
		192	(300)	(785)
Derivativos designados como Hedge				
SWAP		(33)	(232)	(387)
Dívida	Câmbio -Apreciação do JPY frente ao USD	33	232	387
Efeito Líquido		-	-	-
SWAP		15	(7)	(11)
Dívida	Juros - Alta da taxa LIBOR	(15)	7	11
Efeito Líquido		-	-	-

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 3,7% / Iene x Dólar - desvalorização do iene em 2,9% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 12% / Curva Futura de LIBOR - aumento de 0,31% ao longo da curva. Fonte: Focus e Bloomberg

33.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, evitando utilizar derivativos para proteger operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais. As operações com derivativos existentes referem-se, usualmente, à proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

33.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los considerando uma análise integrada dos negócios aproveitando os benefícios inerentes à diversificação. No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

a) *Hedge* de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da Companhia

A Companhia designa relações de *hedge* entre “exportações futuras altamente prováveis” (item protegido) e parcelas de certas obrigações (instrumentos de proteção) em dólares norte-americanos para que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos ao mesmo momento na demonstração de resultado.

Parcelas dos saldos de principal, juros de endividamentos (não derivativos) e contratos de câmbio a termo foram designados como instrumentos de proteção. Os derivativos vencidos no decorrer do exercício foram substituídos por saldos de principal e juros de dívidas nas relações de *hedge* para os quais haviam sido designados.

As relações de *hedge* individuais foram estabelecidas na proporção de um para um, ou seja, para uma parcela de “exportações futuras altamente prováveis” de cada mês foi designada uma relação de *hedge* individual, protegida por uma parcela do endividamento da Petrobras. A Companhia considera como “exportações futuras altamente prováveis” apenas uma parcela do total das exportações previstas.

Caso as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser consideradas altamente prováveis, mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as exportações ocorrerem.

Também podem ocorrer situações em que as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser previstas. Nesses casos, a variação cambial, referente às dívidas que excederam o total de exportações previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revogação, é reclassificada imediatamente para o resultado.

Em dezembro de 2015, exportações designadas em relação de *hedge* para alguns meses do ano 2016 deixaram de ser previstas, implicando na revogação da relação de *hedge* e na reclassificação da variação cambial acumulada no patrimônio líquido para o resultado. Essa parcela de variação cambial reconhecida no resultado de dezembro de 2015 foi de R\$ 199.

Os valores dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2015, além da realização anual do saldo da variação cambial registrada em outros resultados abrangentes tomando como base uma taxa BRL/USD de 3,9048, no patrimônio líquido são apresentados a seguir:

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Valor principal (US\$ milhões)	Valor dos instrumentos de proteção
Instrumentos financeiros não derivativos (dívidas e juros)	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Janeiro de 2016 a Novembro de 2026	61.520	240.222

Movimentação do valor de referência (principal e juros)

	US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2014	50.858	135.088
Novas designações, revogações e re-designações	23.336	81.137
Realização por exportações	(5.401)	(17.704)
Amortização de endividamento	(7.273)	(27.038)
Varição Cambial	-	68.739
Valor em 31 de dezembro de 2015	61.520	240.222

A relação entre dívidas designadas em relações de *hedge* e exportações futuras altamente prováveis segue a seguinte distribuição no tempo:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	Consolidado
										Média
Valor protegido/Exportações futuras altamente prováveis (%)	82	83	80	78	71	61	57	55	49	60

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial registrada em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2015, a ser realizada pelas exportações:

	Varição cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(26.668)	9.067	(17.601)
Reconhecidos no patrimônio líquido	(68.739)	23.371	(45.368)
Transferidos para resultado por realização	6.889	(2.342)	4.547
Transferidos para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas	199	(68)	131
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(88.319)	30.028	(58.291)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo *Brent* mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2015-2019, indicaria a necessidade de reclassificação de aproximadamente R\$ 1.600 do patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 é a demonstrada a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	Consolidado
										Total
Expectativa de realização	(10.708)	(12.357)	(12.795)	(11.325)	(9.516)	(9.188)	(9.413)	(6.630)	(6.387)	(88.319)

b) Hedge de fluxo de caixa envolvendo contratos de *swap* - Iene x Dólar

A Companhia também mantém uma operação de *hedge* denominada *cross currency swap* para fixar em dólares norte-americanos os custos relacionados a *Bonds* emitidos em Ienes, não tendo intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. A relação entre o derivativo e o empréstimo também foi designada como *hedge* de fluxo de caixa.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Instrumentos	Exposição em 31.12.2015	Risco	Consolidado		
			Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	21.213		789	5.303	10.607
Passivos	(258.554)	Dólar / Real	(9.614)	(64.638)	(129.277)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	240.222		8.933	60.056	120.111
Passivos (**)	2.881		108	721	1.441
	(2.180)	Iene / Dólar	65	(545)	(1.091)
Ativos	(2.180)		65	(545)	(1.091)
Passivos	111	Euro / Real	-	28	56
	(8.798)		(4)	(2.199)	(4.399)
Ativos	(8.687)		(4)	(2.171)	(4.343)
Passivos	34.250	Euro / Dólar	(1.256)	8.562	17.125
	(59.238)		2.173	(14.809)	(29.619)
Ativos	(24.988)		917	(6.247)	(12.494)
Passivos	29	Libra / Real	2	7	14
	(102)		(6)	(25)	(51)
Ativos	(73)		(4)	(18)	(37)
Passivos	9.106	Libra / Dólar	176	2.277	4.553
	(19.347)		(375)	(4.837)	(9.674)
Ativos	(10.241)		(199)	(2.560)	(5.121)
Passivos	2.331	Dólar / Peso	259	583	1.165
	(2.476)		(275)	(619)	(1.238)
	(145)		(16)	(36)	(73)
	(43.433)		867	(10.856)	(21.718)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 3,7% / Iene x Dólar - desvalorização do iene em 2,9% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 12,0% / Euro x Dólar - desvalorização do euro em 3,5% / Libra x Dólar - valorização da libra em 1,9% / Real x Euro - valorização do real em 0,1% / Real x Libra - desvalorização do real em 5,7%. Fonte: Focus e Bloomberg

(**) Parte da exposição está protegida pelo derivativo Cross Currency Swap

33.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

33.4. Gestão de Capital

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. As principais fontes de recursos da empresa têm sido sua geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através de empréstimos, emissões de títulos no mercado de capitais internacional e desinvestimentos. A empresa mantém um perfil de endividamento adequado aos prazos de maturação dos seus investimentos, com prazo médio de amortização em torno de sete anos.

O endividamento líquido é calculado através da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa e dos títulos públicos federais e *time deposits* com vencimento superior a três meses. O EBITDA ajustado é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda/contribuição social, depreciação/amortização, participação em investimentos e perda no valor recuperável de ativos (*impairment*). Tais medidas não são definidas segundo as normas internacionais de contabilidade - IFRS e não devem ser consideradas isoladamente ou em substituição às métricas de lucro, endividamento e geração de caixa operacional em IFRS, tampouco ser base de comparação com os indicadores de outras empresas.

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Endividamento total	492.849	351.035
Caixa e equivalentes de Caixa	97.845	44.239
Títulos públicos federais e <i>time deposits</i> (vencimento superior a 3 meses)	3.042	24.707
Endividamento líquido	391.962	282.089
Endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido)	60%	48%
EBITDA ajustado	73.859	59.140
Índice de endividamento líquido/EBITDA ajustado	5,31	4,77

O desenvolvimento de novos projetos na indústria de petróleo e gás natural envolve prazos de maturação longos e utilização intensiva de recursos financeiros, fazendo com que a Companhia possa apresentar investimentos maiores que a geração de caixa operacional durante determinados períodos. A manutenção do preço do petróleo nos níveis atuais, por um longo período, pode também impactar a capacidade de geração operacional de caixa. Dessa forma, a Companhia pode conviver temporariamente com a piora de seus indicadores até que os investimentos realizados estejam gerando caixa e/ou outros ajustes decorrentes da revisão do Plano de Negócios e Gestão em andamento sejam implementados.

Além disso, o plano de desinvestimento para o biênio 2015-2016, no valor total US\$ 15,1 bilhões, faz parte do planejamento financeiro da Companhia que visa à redução da alavancagem, preservação do caixa e concentração nos investimentos prioritários, notadamente de produção de óleo & gás no Brasil em áreas de elevada produtividade e retorno.

Entretanto, essa carteira de desinvestimento é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações dependerá das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia, não atendendo, por estes motivos as condições de classificação para ativos mantidos para venda, conforme definido na nota explicativa 4.12.

33.5. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior. O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e como contrapartes em operações de derivativos. Está distribuído entre os principais bancos internacionais classificados como "grau de Investimento" pelas principais classificadoras internacionais de riscos e os bancos brasileiros com classificação mínima de risco A2/F2.

33.5.1. Qualidade do crédito de ativos financeiros

a) Contas a receber de clientes

A maior parte dos clientes da Petrobras não possui classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Desta forma, as comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Petrobras, sua situação financeira, assim definindo limites de crédito, os quais são regularmente monitorados.

b) Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	2015	2014	2015	2014
AAA	-	55	-	-
AA	2.214	266	-	-
A	73.986	21.635	-	53
BBB	14.063	3.988	260	243
BB	653	-	-	-
B	29	-	-	-
AAA.br	6.590	13.867	3.043	24.655
AA.br	42	2.459	-	-
Outras classificações	268	1.969	86	102
	97.845	44.239	3.389	25.053

33.6. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimizando as disponibilidades e reduzindo a necessidade de capital de giro; caixa mínimo robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em caso de mercado adverso; ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade de financiamento dos mercados doméstico e internacional, mantendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento com novos produtos de captação de recursos e em novos mercados.

Ao longo de 2015, a Companhia utilizou as fontes tradicionais de financiamento (Export Credit Agency – ECAs, mercado bancário, mercado de capitais e bancos de desenvolvimento) para captar os recursos necessários para a rolagem da dívida e financiamento dos nossos investimentos. Em 2016, a Companhia espera contar com as fontes tradicionais de captação, com novos mercados e com os recursos oriundos do programa de desinvestimentos para suprir sua necessidade de liquidez.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir::

Vencimento								Consolidado	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	31.12.2015	31.12.2014	
Principal	50.764	44.709	63.124	88.529	60.325	189.838	497.289	354.226	
Juros	25.854	23.482	21.809	18.055	13.293	128.038	230.531	123.105	
Total	76.618	68.191	84.933	106.584	73.618	317.876	727.820	477.331	

33.7. Seguros (não auditado)

Para proteção do seu patrimônio a Petrobras transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, a eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. Para os seguros contratados, a Companhia também assume parcela de seu risco, através de franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 25 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada	
		Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio, riscos operacionais e riscos de engenharia	485.410	304.375
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	10.094	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	102.905	23.791
Total		598.409	328.166

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços (operações no Brasil), automóveis e da malha de dutos no Brasil.

34. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta desta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos não circulantes e os passivos são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Ativos	Valor justo medido com base em			Total do valor justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Títulos e valores mobiliários	3.068	-	-	3.068
Derivativos de commodities	187	-	-	187
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	24	-	24
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.255	24	-	3.279
Saldo em 31 de dezembro 2014	7.390	6	-	7.396
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	(62)	-	(62)
Derivativos de Juros	-	(68)	-	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(130)	-	(130)
Saldo em 31 de dezembro 2014	-	(116)	-	(116)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 17.1.

35. Eventos subsequentes

Revisão do Modelo de Gestão e Governança da Petrobras

Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia divulgou sua nova estrutura organizacional e seu novo modelo de gestão e governança, com o objetivo de alinhar a organização à nova realidade do setor de óleo e gás e priorizar a rentabilidade e disciplina de capital. O novo modelo de gestão não prevê a descontinuidade de negócios da Companhia, porém envolve unificação de atividades.

Dessa forma, a atual estrutura de informações segmentadas será reavaliada, a fim de fornecer aos gestores informações suficientes para avaliação do desempenho dos negócios, bem como, para a tomada de decisão sobre a alocação de recursos e/ou investimentos.

Ação movida pela EIG relativa à Sete Brasil

Em 23 de fevereiro de 2016, EIG Management Company (EIG) e afiliadas propuseram ação judicial em face da Petrobras perante corte federal em Washington, EUA, alegando que a Companhia teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na Sete Brasil Participações S.A. ("Sete"), através de comunicações que teriam deixado de revelar o suposto esquema de corrupção em que a Petrobras e a "Sete" estavam alegadamente envolvidas e que os investimentos dos autores na "Sete" permitiram à Petrobras perpetuar e expandir o esquema de corrupção. A Petrobras ainda não foi notificada nesta ação.

Captações no mercado bancário

Em 26 de fevereiro de 2016, a Petrobras assinou um Termo de Compromisso (*Term Sheet*) com China Development Bank – CDB, para a captação de US\$ 10 bilhões.

Em paralelo à assinatura do termo de compromisso, já estão em negociação as minutas dos contratos do financiamento, que preveem a execução de um acordo comercial de fornecimento de petróleo para empresas chinesas, em bases similares ao executado pelas partes em 2009.

Rescisão do contrato de venda de 20% nas concessões de Bijupirá e Salema

Em 26 de fevereiro de 2016, foram rescindidos pela Petro Rio S.A. os contratos de venda assinados com a Companhia em 1º de julho de 2015, relativos à venda da participação de 20% nas concessões dos campos de Bijupirá e Salema (BJS) e na empresa holandesa BJS Oil Operations B.V. (BJSOO BV). Desta forma, a Companhia permanece com estas participações em parceria com a Shell Brasil Petróleo Ltda., que detém os 80% restantes na participação e opera os campos.

De acordo com as condições contratuais, com a aprovação do CADE em 10 de agosto de 2015, foram recebidos pela Companhia o montante de US\$ 5 milhões a título de adiantamento que deverão ser integralmente devolvidos.

Incentivo à exploração e à produção de petróleo e gás natural

Em 3 de março de 2016, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE emitiu a Resolução no. 2 autorizando a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a prorrogar os prazos de vigência dos Contratos de Concessão firmados na Rodada Zero, estabelecendo diretrizes para esse processo, bem como determinou que a ANP notifique as operadoras cujos campos estão sem produção nos últimos seis meses, solicitando um posicionamento quanto à retomada da produção, transferência de direitos ou devolução do mesmo. A Resolução também prorroga o regime aduaneiro especial de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás, REPETRO, e solicita ao Ministério de Minas e Energia que conclua os estudos para proposição dos parâmetros para contratação em regime de partilha de áreas unitizáveis no Pré-Sal.

Desembolso do contrato de financiamento com o ICBC Leasing (*sale - leaseback*)

Em 8 de março de 2016, a Companhia informou que foi desembolsado naquele dia, o montante de US\$ 1 bilhão pelo ICBC Leasing (Industrial and Commercial Bank of China Leasing), proveniente de estrutura financeira que envolve a plataforma P-52, conforme anunciado ao mercado em 13 de outubro de 2015.

Nessa modalidade de financiamento, a P-52 foi alienada ao banco em troca do desembolso do montante combinado. A dívida é paga por meio do aluguel da unidade e, ao final do repagamento da dívida, a plataforma volta a ser de propriedade da Companhia. A operação tem prazo de dez anos.

Balanco Social (não auditado)

	Consolidado					
	2015			2014		
1- Base de Cálculo						
Receita de vendas Consolidada (RL)			321.638			337.260
Lucro (Prejuízo) antes da participação no lucro e impostos consolidados (RO)			(41.229)			(24.771)
Folha de pagamento bruta consolidada (FPB) (i)			30.637			31.671
			% sobre			% sobre
2- Indicadores Sociais Internos	Valor	FPB	RL	Valor	FPB	RL
Alimentação	1.226	4,00	0,38	1.222	3,86	0,36
Encargos sociais compulsórios	6.162	20,11	1,92	5.774	18,23	1,71
Previdência privada	2.190	7,15	0,68	1.978	6,25	0,59
Saúde	1.685	5,50	0,52	1.477	4,66	0,44
Segurança e saúde no trabalho	233	0,76	0,07	225	0,71	0,07
Educação	263	0,86	0,08	242	0,76	0,07
Cultura	7	0,02	-	18	0,06	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	309	1,01	0,10	365	1,15	0,11
Creches ou auxílio-creche	79	0,26	0,02	58	0,18	0,02
Participação nos lucros ou resultados	-	-	-	1.045	3,30	0,31
Outros	92	0,30	0,03	50	0,16	0,01
Total - Indicadores sociais internos	12.246	39,97	3,81	12.454	39,32	3,69
			% sobre			% sobre
3- Indicadores Sociais Externos	Valor	RO	RL	Valor	RO	RL
Socioambiental (I)	271	(0,66)	0,08	405	(1,63)	0,12
Cultural (II)	139	(0,34)	0,04	194	(0,78)	0,06
Esportivo (III)	86	(0,21)	0,03	94	(0,38)	0,03
Total de investimentos para a sociedade	496	(1,20)	0,15	693	(2,80)	0,21
Tributos (excluídos encargos sociais)	113.840	(276,12)	35,39	106.319	(429,21)	31,52
Total - Indicadores sociais externos	114.336	(277,32)	35,55	107.012	(432,00)	31,73
			% sobre			% sobre
4- Indicadores Ambientais	Valor	RO	RL	Valor	RO	RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	3.678	(8,92)	1,14	3.169	(12,79)	0,94
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa						
			() não possui metas () cumpre de 0 a 50%			() não possui metas () cumpre de 0 a 50%
			() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%			() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%

Balanco Social (continuação)

	Consolidado	
	2015	2014
5- Indicadores do Corpo Funcional		
Número de empregados(as) ao final do período	78.470	80.908
Número de admissões durante o período (IV)	804	3.786
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços (V)	158.076	203.705
Número de estagiários(as) (VI)	1.438	1.746
Número de empregados(as) acima de 45 anos (VII)	31.268	33.767
Número de mulheres que trabalham na empresa	13.695	13.625
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres (VII)	15,3%	15,2%
Número de negros(as) que trabalham na empresa (VIII)	20.098	19.959
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IX)	25,3%	20,3%
Número de empregados com deficiência (X)	444	286

6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (XI)	32,0			32,0		
Número total de acidentes de trabalho (XII)	3.096			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (XIII)	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	9.455	36	30	5.564	0	0
Percentual de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	99,1%	47,2%	40%	98%	-	-
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 169.931			Em 2014: 146.440		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	65% governo	17% colaboradores(as)	0% acionistas	70% governo	22% colaboradores(as)	0% acionistas
	39% terceiros	-21% retido		23% terceiros	-15% retido	

7 - Outras Informações

I. A partir de 2015, passa a incluir os valores destinados ao apoio a projetos sociais, ambientais e de esporte educacional. Contempla as antigas linhas de "Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho", "Educação para a Qualificação Profissional", "Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente", "Outros" e "Investimentos em programas e/ou projetos externos", além de parcela da linha "Esporte" destinada a projetos de esporte educacional.

II. O valor difere do divulgado no Balanço Social do ano anterior, em função de os números inicialmente publicados não contemplarem os investimentos em projetos culturais desvinculados do programa de patrocínio vigente que, em 2014, somaram R\$ 51,6 milhões.

III. A partir de 2015, não inclui os valores de projetos de esporte educacional, já contemplados na linha Socioambiental. Por essa razão, o valor de 2014 difere do divulgado no Balanço Social anterior pois não contabiliza tais investimentos, que somam R\$ 30,1 milhões e passa a contemplar os investimentos em projetos desvinculados do programa de patrocínio vigente, que em 2014, somaram R\$ 25,2 milhões no segmento esportivo.

IV. Informações do Sistema Petrobras no Brasil, relativas a admissões por processo seletivo público.

V. Em 2015, passou a refletir apenas os prestadores de serviços que trabalham nas instalações da Petrobras. O número de 2014 foi ajustado para fins de comparabilidade.

VI. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Breitener e Gas Brasileiro. As demais controladas não possuem programas de estágio.

VII. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liquigás e Petrobras Biocombustível.

VIII. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro e Liquigás que se autodeclararam negros (cor parda e preta).

IX. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 25,3% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras (cor parda e preta).

X. Dado obtido através dos registros no Sistema Informatizado de Saúde, a partir da autodeclaração do empregado e análise médica durante os exames ocupacionais.

XI. Informações da Petrobras Controladora.

XII. Se refere ao número de acidentados. Não há meta específica para o número total de acidente de trabalho. O número apresentado para 2016 foi estimado com base no Limite de Alerta estabelecido para o indicador TOR, que é de 4,40 e no HHER projetado para o ano (636,68 milhões de homens-hora de exposição ao risco).

XIII. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Liquigás. As metas para 2016 incluem apenas Petrobras Controladora e Liquigás.

(i) Composta por salários, vantagens, FGTS, INSS e demais benefícios a empregados.

Informações complementares sobre atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural (não auditado)

Estas informações adicionais sobre as atividades de exploração e produção de petróleo e gás da Companhia foram elaboradas em conformidade com o Tópico de Codificação 932 – Atividades de Extração - Petróleo e Gás, emitido pela *Securities and Exchange Commission* (SEC). Os itens (a) a (c) contêm informações sobre custos históricos, referentes aos custos incorridos em exploração, aquisição e desenvolvimento de áreas, custos capitalizados e resultados das operações. Os itens (d) e (e) contêm informações sobre o volume de reservas provadas estimadas líquidas, a mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados relativos às reservas provadas e mudanças das estimativas dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, mantém atividades na América do Sul, que inclui Argentina, Colômbia e Bolívia; na América do Norte, que inclui o México e os Estados Unidos da América; e Turquia (outros). As informações apresentadas relativas a investidas por equivalência patrimonial se referem às operações da Petrobras Oil and Gas B.V. (PO&G) na África, com destaque para Nigéria, e de empresas na Venezuela atuantes em atividades de exploração e produção. Contudo, somente nos países Argentina, Estados Unidos da América, Nigéria e Venezuela, a Companhia registra Reservas.

a) Custos capitalizados relativos às atividades de produção de petróleo e gás

A tabela a seguir apresenta o resumo dos custos capitalizados referentes às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, juntamente com as correspondentes depreciação, depleção e amortização acumuladas, e provisões para abandono:

	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Exterior Total		
31 de dezembro de 2015								
Reservas de petróleo e gás não provadas	26.239	520	1.547	-	-	2.067	28.306	-
Reservas de petróleo e gás provadas	276.544	7.872	16.037	-	-	23.909	300.453	11.318
Equipamentos de suporte	276.972	4.164	256	-	16	4.436	281.408	345
Custos capitalizados brutos	579.755	12.556	17.840	-	16	30.412	610.167	11.663
Depreciação, Depleção e Amortização	(159.173)	(7.955)	(6.146)	-	(16)	(14.117)	(173.290)	(5.006)
Custos capitalizados, líquidos	420.582	4.601	11.694	-	-	16.295	436.877	6.657
31 de dezembro de 2014								
Reservas de petróleo e gás não provadas	24.698	192	1.788	-	-	1.980	26.678	24
Reservas de petróleo e gás provadas	256.376	5.332	11.281	-	-	16.613	272.989	12.065
Equipamentos de suporte	211.159	3.136	206	-	9	3.351	214.510	69
Custos capitalizados brutos	492.233	8.660	13.275	-	9	21.944	514.177	12.158
Depreciação, Depleção e Amortização	(124.020)	(4.656)	(3.383)	-	(9)	(8.048)	(132.068)	(4.831)
Custos capitalizados, líquidos	368.213	4.004	9.892	-	-	13.896	382.109	7.327
31 de dezembro de 2013								
Reservas de petróleo e gás não provadas	49.806	1.936	1.342	51	-	3.329	53.135	-
Reservas de petróleo e gás provadas	193.003	5.646	14.102	-	-	19.748	212.751	9.304
Equipamentos de suporte	190.773	842	(642)	(35)	10	175	190.948	2
Custos capitalizados brutos	433.582	8.424	14.802	16	10	23.251	456.833	9.306
Depreciação, Depleção e Amortização	(104.541)	(4.790)	(2.221)	-	(9)	(7.020)	(111.561)	(3.408)
Custos capitalizados, líquidos	329.041	3.634	12.581	16	1	16.232	345.273	5.898

b) Custos incorridos na aquisição, exploração e desenvolvimento de campos de petróleo e gás

Os custos incorridos incluem valores reconhecidos no resultado e capitalizados, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado							Investidas por Equivalência Patrimonial
	América do Sul					Exterior		
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África*	Outros	Total	Total	
31 de dezembro de 2015								
Custos de aquisição de áreas								
Provadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de exploração	9.989	179	275	-	-	454	10.443	34
Custos de desenvolvimento	47.906	1.486	1.310	-	-	2.796	50.702	1.420
Total	57.895	1.665	1.585	-	-	3.250	61.145	1.454
31 de dezembro de 2014								
Custos de aquisição de áreas								
Provadas	-	209	-	-	-	209	209	-
Não provadas	120	-	-	-	-	-	120	-
Custos de exploração	12.833	288	317	36	-	641	13.474	-
Custos de desenvolvimento	42.726	1.285	983	-	-	2.268	44.994	1.501
Total	55.679	1.782	1.300	36	-	3.118	58.797	1.501
31 de dezembro de 2013								
Custos de aquisição de áreas								
Provadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	6.538	-	-	-	-	-	6.538	-
Custos de exploração	13.206	429	830	3	2	1.264	14.470	-
Custos de desenvolvimento	39.197	1.576	2.765	660	6	5.007	44.204	556
Total	58.941	2.005	3.595	663	7	6.271	65.212	556

c) Resultados das atividades de produção de petróleo e gás

Os resultados das operações da Companhia referentes às atividades de produção de petróleo e gás natural para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 são apresentados na tabela a seguir. A Companhia transfere substancialmente toda a sua produção nacional de petróleo bruto e gás natural para o seu segmento de Abastecimento no Brasil. Os preços de transferência calculados através da metodologia adotada pela Companhia podem não ser indicativos do preço que a Companhia poderia conseguir pelo produto se o mesmo fosse comercializado em um mercado à vista não regulado. Além disso, os preços calculados através dessa metodologia também podem não ser indicativos dos preços futuros a serem realizados pela Companhia. Os preços adotados para gás natural são aqueles contratados com terceiros.

Os custos de produção são os custos de extração incorridos para operar e manter poços produtivos e os correspondentes equipamentos e instalações, que incluem custos de mão-de-obra, de materiais, suprimentos, combustível consumido nas operações e o custo de operação de unidades de processamento de gás natural.

As despesas de exploração incluem os custos de atividades geológicas e geofísicas e de projetos sem viabilidade econômica. As despesas de depreciação, depleção e amortização referem-se aos ativos empregados nas atividades de exploração e de desenvolvimento. De acordo com o Tópico de Codificação 932 da SEC – Atividades de Extração – Petróleo e Gás Natural, o imposto de renda se baseia nas alíquotas nominais, considerando as deduções permitidas. Despesas e receitas financeiras não foram contempladas nos resultados a seguir.

	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Exterior Total		Total
31 de dezembro de 2015								
Receitas operacionais líquidas								
Vendas a terceiros	2.076	1.002	1.949	-	-	2.951	5.027	1.853
Intersegmentos	108.846	3.225	-	-	-	3.225	112.071	62
	110.922	4.227	1.949	-	-	6.176	117.098	1.915
Custos de produção	(53.863)	(1.853)	(629)	-	-	(2.482)	(56.345)	(698)
Despesas de exploração	(5.262)	(66)	(1.139)	-	-	(1.205)	(6.467)	(110)
Depreciação, depleção e amortização	(24.735)	(1.005)	(823)	-	-	(1.828)	(26.563)	(624)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(35.739)	(796)	(1.757)	-	-	(2.553)	(38.292)	(1.077)
Outras despesas operacionais líquidas	(6.581)	182	(352)	-	(618)	(788)	(7.369)	(166)
Resultados antes dos impostos	(15.258)	689	(2.751)	-	(618)	(2.680)	(17.938)	(760)
Imposto de renda e contribuição social	5.188	(261)	5	-	53	(203)	4.985	(286)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	(10.070)	428	(2.746)	-	(565)	(2.883)	(12.953)	(1.046)
31 de dezembro de 2014								
Receitas operacionais líquidas								
Vendas a terceiros	1.190	1.975	2.144	-	-	4.119	5.309	1.578
Intersegmentos	152.515	2.903	-	-	-	2.903	155.418	3.279
	153.705	4.878	2.144	-	-	7.022	160.727	4.857
Custos de produção	(64.366)	(2.459)	(489)	-	-	(2.948)	(67.314)	(1.398)
Despesas de exploração	(6.720)	(69)	(308)	(38)	-	(415)	(7.135)	(675)
Depreciação, depleção e amortização	(18.091)	(852)	(1.208)	-	-	(2.060)	(20.151)	(421)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(5.665)	(230)	(4.183)	(16)	-	(4.429)	(10.094)	(180)
Outras despesas operacionais líquidas	(6.722)	2.610	(276)	6	279	2.619	(4.103)	(20)
Resultados antes dos impostos	52.141	3.878	(4.320)	(48)	279	(211)	51.930	2.163
Imposto de renda e contribuição social	(17.728)	(1.206)	(10)	-	41	(1.175)	(18.903)	(1.576)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	34.413	2.672	(4.330)	(48)	320	(1.386)	33.027	587
31 de dezembro de 2013								
Receitas operacionais líquidas								
Vendas a terceiros	2.472	2.201	1.093	438	-	3.732	6.204	1.176
Intersegmentos	144.809	3.624	-	1.429	-	5.053	149.862	1.640
	147.281	5.826	1.093	1.867	-	8.786	156.067	2.816
Custos de produção	(57.050)	(3.057)	(381)	(141)	-	(3.580)	(60.630)	(423)
Despesas de exploração	(6.057)	(132)	(189)	(61)	(7)	(388)	(6.445)	(4)
Depreciação, depleção e amortização	(16.867)	(1.117)	(693)	(192)	(1)	(2.004)	(18.871)	(565)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(9)	2	(30)	(1.205)	-	(1.233)	(1.242)	-
Outras despesas operacionais líquidas	(2.883)	(552)	(161)	(108)	3.763	2.943	60	-
Resultados antes dos impostos	64.415	969	(361)	160	3.756	4.524	68.939	1.823
Imposto de renda e contribuição social	(21.901)	(304)	(3)	(790)	(1)	(1.099)	(23.000)	(750)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	42.514	665	(365)	(630)	3.754	3.425	45.939	1.073

d) Informações sobre reservas

As reservas provadas líquidas de petróleo e gás natural estimadas pela Companhia e as correspondentes movimentações para os exercícios de 2015, 2014 e 2013 estão apresentadas no quadro a seguir. As reservas provadas foram estimadas por profissionais de ge engenharia especialistas da Companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela *Securities and Exchange Commission*.

Reservas provadas de petróleo e gás natural são os volumes de petróleo e gás natural que, mediante análise de dados geocientíficos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, economicamente recuperáveis de reservas conhecidas e com as condições econômicas, técnicas operacionais e normas governamentais existentes, até o vencimento dos contratos que prevêem o direito de operação, salvo se evidências dêem certeza razoável da renovação, independentemente de serem usadas técnicas determinísticas ou probabilísticas nas estimativas. O empreendimento de extração dos hidrocarbonetos deve ter sido iniciado ou o operador deve ter razoável certeza de que o empreendimento será iniciado dentro de um prazo razoável.

Reservas desenvolvidas de petróleo e gás são reservas de qualquer categoria passíveis de serem recuperadas: (i) através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes ou em que o custo dos equipamentos necessários é relativamente menor comparado com o custo de um novo poço; e (ii) através de equipamentos de extração instalados e infraestrutura em operação no momento da estimativa das reservas, caso a extração seja feita por meios que não incluam um poço.

Em alguns casos, há a necessidade de novos investimentos substanciais em poços adicionais e equipamentos para recuperação dessas reservas provadas. Devido às incertezas inerentes e aos dados limitados sobre as reservas, as estimativas das reservas estão sujeitas a ajustes à medida que se obtém conhecimento de novas informações.

O quadro a seguir apresenta um resumo das movimentações anuais nas reservas provadas de petróleo (em milhões de barris):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total Exterior(**)	Óleo Sintético		Total
Reservas em 31.12.2012	10.539,2	175,4	74,0	140,2	389,6	8,3	10.937,1	24,3
Transferência por perda de controle(*)	-	-	-	(140,2)	(140,2)	-	(140,2)	140,2
Revisão de estimativas anteriores	(110,0)	13,4	21,9	-	35,4	1,3	(73,4)	1,8
Extensões e descobertas	818,3	-	33,0	-	33,0	-	851,4	-
Recuperação melhorada	124,2	-	-	-	-	-	124,2	-
Vendas de reservas	(42,3)	-	(1,5)	-	(1,5)	-	(43,8)	(65,4)
Produção no ano	(671,0)	(22,8)	(4,3)	-	(27,1)	(0,8)	(698,9)	(16,5)
Reservas em 31.12.2013	10.658,4	166,0	123,1	-	289,2	8,8	10.956,4	84,5
Revisão de estimativas anteriores	629,3	(3,2)	5,3	-	2,1	0,2	631,6	(1,1)
Extensões e descobertas	267,7	3,0	1,6	-	4,6	-	272,3	-
Recuperação melhorada	-	0,5	-	-	0,5	-	0,5	-
Vendas de reservas	-	(104,4)	(0,1)	-	(104,5)	-	(104,5)	-
Aquisição de reservas	-	22,9	-	-	22,9	-	22,9	-
Produção no ano	(704,6)	(18,3)	(10,0)	-	(28,3)	(1,1)	(734,0)	(11,3)
Reservas em 31.12.2014	10.850,9	66,5	119,9	-	186,5	7,9	11.045,1	72,1
Revisão de estimativas anteriores	(1.968,9)	(3,5)	(18,1)	-	(21,6)	0,1	(1.990,4)	3,1
Extensões e descobertas	407,1	4,8	-	-	4,8	-	411,9	-
Recuperação melhorada	0,4	0,7	-	-	0,7	-	1,1	16,2
Vendas de reservas	(2,3)	(4,5)	-	-	(4,5)	-	(6,8)	-
Produção no ano	(743,1)	(11,7)	(11,2)	-	(22,8)	(1,0)	(767,0)	(10,9)
Reservas em 31.12.2015	8.544,1	52,3	90,6	-	142,9	6,9	8.693,9	80,4

(*) Valores transferidos em função da desconsolidação da PO&G.

(**) Em 2013 inclui o valor de 105 milhões de barris referente a ativos mantidos para venda.

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

O quadro a seguir apresenta um resumo das movimentações anuais de reservas provadas de gás natural (em bilhões de pés cúbicos):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas	Exterior ^(*)					Gás Sintético		Consolidado	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total		Total	Investidas por Equivalência Patrimonial	
Reservas em 31.12.2012	10.344,6	1.083,7	67,7	45,5	1.196,9	13,3	11.554,8	47,8	
Transferência por perda de controle ^(†)	-	-	-	(45,5)	(45,5)	-	(45,5)	45,5	
Revisão de estimativas anteriores	(291,2)	75,2	2,6	-	77,8	(0,1)	(213,5)	(8,0)	
Extensões e descobertas	1.113,0	-	80,4	-	80,4	-	1.193,4	-	
Recuperação melhorada	916,0	-	-	-	-	-	916,0	-	
Vendas de reservas	(17,3)	-	(13,4)	-	(13,4)	-	(30,7)	(22,8)	
Aquisição de reservas	0,4	-	-	-	-	-	0,4	-	
Produção no ano	(773,8)	(100,4)	(4,4)	-	(104,8)	(1,4)	(880,0)	(0,6)	
Reservas em 31.12.2013	11.291,7	1.058,5	132,9	0,0	1.191,4	11,8	12.494,8	61,9	
Revisão de estimativas anteriores	468,0	25,5	46,1	-	71,6	0,1	539,7	(14,4)	
Extensões e descobertas	216,0	42,1	6,0	-	48,1	-	264,1	-	
Recuperação melhorada	-	10,8	-	-	10,8	-	10,8	-	
Vendas de reservas	-	(351,7)	(0,1)	-	(351,8)	-	(351,8)	-	
Aquisição de reservas	-	47,1	-	-	47,1	-	47,1	-	
Produção no ano	(805,4)	(101,5)	(4,9)	-	(106,4)	(1,4)	(913,2)	(0,6)	
Reservas em 31.12.2014	11.170,3	730,8	180,0	0,0	910,8	10,6	12.091,5	46,9	
Revisão de estimativas anteriores	(1.178,3)	16,8	(17,0)	-	(0,2)	0,2	(1.178,3)	(13,1)	
Extensões e descobertas	417,6	74,6	-	-	74,6	-	492,2	-	
Recuperação melhorada	0,2	27,7	-	-	27,7	-	27,9	-	
Vendas de reservas	(1,3)	(90,2)	-	-	(90,2)	-	(91,5)	-	
Aquisição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produção no ano	(820,8)	(79,2)	(24,5)	-	(103,7)	(1,4)	(925,9)	(0,3)	
Reservas em 31.12.2015	9.587,7	680,5	138,5	-	819,1	9,3	10.416,1	33,5	

^(†) Valores transferidos em função da desconexão da PO&G.

^(*) Em 2013 inclui o valor de 363 bilhões de pés cúbicos referente a ativos mantidos para venda.

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Os quadros a seguir apresentam os volumes de reservas provadas desenvolvidas e das não desenvolvidas, líquidas:

	2015				2014				2013			
	Óleo		Gás Natural	Gás Sintético	Óleo		Gás Natural	Gás Sintético	Óleo		Gás Natural	Gás Sintético
	Óleo Bruto	Sintético			Óleo Bruto	Sintético			Óleo Bruto	Sintético		
	(milhões de barris)		(bilhões de pés cúbicos)	(milhões de barris)		(bilhões de pés cúbicos)	(milhões de barris)		(bilhões de pés cúbicos)			
Reservas provadas desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil	4.266,5	6,9	5.320,5	9,3	7.002,7	7,9	6.661,0	10,6	6.509,3	8,8	6.578,9	11,8
América do Sul	39,7	-	366,3	-	52,0	-	358,2	-	86,0	-	368,4	-
América do Norte	53,6	-	122,5	-	63,6	-	146,2	-	46,2	-	9,9	-
Exterior	93,4	-	488,8	-	115,6	-	504,3	-	132,2	-	378,3	-
Total Entidades Consolidadas	4.359,8	6,9	5.809,3	9,3	7.118,3	7,9	7.165,4	10,6	6.641,6	8,8	6.957,3	11,8
Entidades não Consolidadas												
América do Sul	6,6	-	8,0	-	9,4	-	15,7	-	12,4	-	14,9	-
África	28,0	-	10,4	-	30,8	-	14,4	-	37,3	-	15,7	-
Exterior	34,7	-	18,4	-	40,2	-	30,1	-	49,8	-	30,5	-
Total Entidades não Consolidadas	34,7	-	18,4	-	40,2	-	30,1	-	49,8	-	30,5	-
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	4.394,5	6,9	5.827,7	9,3	7.158,5	7,9	7.195,5	10,6	6.691,4	8,8	6.987,8	11,8
Reservas provadas não desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil	4.277,7	-	4.267,2	-	3.848,2	-	4.509,2	-	4.149,1	-	4.712,7	-
América do Sul	12,5	-	314,2	-	14,6	-	372,5	-	80,1	-	690,1	-
América do Norte	37,0	-	16,0	-	56,4	-	33,8	-	77,0	-	123,1	-
Exterior	49,5	-	330,3	-	71,0	-	406,3	-	157,1	-	813,2	-
Total Entidades Consolidadas	4.327,2	-	4.597,5	-	3.919,2	-	4.915,5	-	4.306,2	-	5.525,9	-
Entidades não Consolidadas												
América do Sul	7,9	-	8,9	-	8,6	-	11,9	-	8,8	-	26,4	-
África	37,8	-	6,2	-	23,3	-	4,9	-	25,9	-	4,9	-
Exterior	45,7	-	15,1	-	31,9	-	16,8	-	34,7	-	31,3	-
Total Entidades não Consolidadas	45,7	-	15,1	-	31,9	-	16,8	-	34,7	-	31,3	-
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	4.372,9	-	4.612,6	-	3.951,1	-	4.932,3	-	4.340,8	-	5.557,2	-

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

e) Mensuração padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquidos relacionados a volumes provados de petróleo e gás e correspondentes movimentações

A mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados, referentes às reservas provadas de petróleo e gás natural mencionadas anteriormente, é feita em conformidade com o Tópico de Codificação 932 da SEC – Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural.

As estimativas de futuras entradas de caixa da produção são calculadas pela aplicação do preço médio durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinado como uma média aritmética não ponderada do preço do primeiro dia de cada mês dentro desse período, a menos que os preços sejam definidos por acordos contratuais, excluindo indexadores baseados em condições futuras. As variações nos preços futuros se limitam às variações previstas em contratos existentes no fim de cada exercício. Os custos futuros de desenvolvimento e produção correspondem aos dispêndios futuros estimados necessários para desenvolver e extrair as reservas provadas estimadas no fim do exercício com base em indicações de custo no fim do exercício, tendo como premissa a continuidade das condições econômicas no fim do exercício. A estimativa de imposto de renda futuro é calculada utilizando as alíquotas oficiais em vigor no fim do exercício. No Brasil, em conjunto com o imposto de renda, inclui-se contribuições sociais futuras. Os valores apresentados como despesas futuras de imposto de renda incluem deduções permitidas, às quais se aplica as alíquotas oficiais. Os fluxos de caixa futuros descontados líquidos são calculados utilizando fatores de desconto de 10%, aplicados ao meio do ano. Esse fluxo de caixa futuro descontado requer estimativas de quando os dispêndios futuros serão incorridos e de quando as reservas serão extraídas, ano a ano.

A avaliação determinada pelo Tópico de Codificação 932 da SEC requer a adoção de premissas em relação ao momento de ocorrência e ao valor dos custos de desenvolvimento e produção futuros. Os cálculos são feitos no dia 31 de dezembro de cada exercício e não devem ser utilizados como indicativos dos fluxos de caixa futuros da Petrobras ou do valor das suas reservas de petróleo e gás natural.

As informações relativas à mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados são apresentadas originalmente em dólar norte-americano no Form 20-F da SEC e foram convertidas para o real para apresentação nestas Demonstrações Contábeis. Desta forma, visando manter a consistência com os critérios utilizados na mensuração das estimativas de futuras entradas de caixa, conforme descrito anteriormente, a taxa de câmbio utilizada para conversão de cada um dos períodos decorre da cotação média do dólar norte-americano durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinada como uma média aritmética não ponderada da cotação do primeiro dia útil de cada mês dentro desse período. As variações cambiais decorrentes desta conversão são demonstradas como ajuste acumulado de conversão nas tabelas de movimentação dos fluxos, conforme a seguir.

Fluxos de caixa líquidos futuros descontados:

	Consolidado					Investidas por Equivalência Patrimonial	
	Exterior (**)				Total		
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África			Total
Em 31 de dezembro de 2015							
Fluxos de caixa futuros	1.524.183	21.563	15.560	-	37.123	1.561.306	12.995
Custos de produção futuros	(844.332)	(10.434)	(8.847)	-	(19.281)	(863.613)	(4.629)
Custos de desenvolvimento futuros	(215.751)	(3.481)	(3.272)	-	(6.753)	(222.504)	(4.050)
Despesa futura de imposto de renda	(202.433)	(1.736)	(76)	-	(1.812)	(204.245)	(1.151)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	261.667	5.912	3.365	-	9.277	270.944	3.165
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados (*)	(120.677)	(1.939)	(488)	-	(2.427)	(123.104)	(1.480)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	140.990	3.973	2.877	-	6.850	147.840	1.685
Em 31 de dezembro de 2014							
Fluxos de caixa futuros	2.529.273	16.770	26.530	-	43.300	2.572.573	14.704
Custos de produção futuros	(1.098.425)	(8.762)	(8.630)	-	(17.392)	(1.115.817)	(4.456)
Custos de desenvolvimento futuros	(164.084)	(2.798)	(5.504)	-	(8.302)	(172.386)	(3.775)
Despesa futura de imposto de renda	(441.802)	(1.447)	(955)	-	(2.402)	(444.204)	(2.152)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	824.962	3.763	11.441	-	15.204	840.166	4.321
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados (*)	(418.349)	(1.230)	(3.703)	-	(4.933)	(423.282)	(1.296)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	406.613	2.533	7.738	-	10.271	416.884	3.025
Em 31 de dezembro de 2013							
Fluxos de caixa futuros	2.444.936	36.145	26.017	-	62.162	2.507.098	18.802
Custos de produção futuros	(1.011.789)	(18.843)	(7.509)	-	(26.351)	(1.038.140)	(6.576)
Custos de desenvolvimento futuros	(156.636)	(4.626)	(6.025)	-	(10.651)	(167.287)	(4.153)
Despesa futura de imposto de renda	(443.858)	(3.649)	(365)	-	(4.014)	(447.872)	(2.633)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	832.653	9.028	12.118	-	21.146	853.799	5.441
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados (*)	(426.231)	(3.093)	(4.931)	-	(8.024)	(434.256)	(1.768)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	406.422	5.935	7.187	-	13.122	419.543	3.673

(*) Capitalização semestral

(**) Em 2013 inclui o valor de R\$ 3.790 milhões referente a ativos mantidos para venda, realizados em 2014.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Movimentação dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados:

	Consolidado							Investidas por Equivalência Patrimonial
						Exterior		
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	406.613	2.532	7.739	-	-	10.271	416.884	3.025
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(57.037)	(1.845)	(1.329)	-	-	(3.174)	(60.211)	(818)
Custos de desenvolvimento incorridos	47.906	1.486	1.310	-	-	2.796	50.702	1.420
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	(113)	(191)	-	-	-	(191)	(304)	-
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	21.499	1.068	-	-	-	1.068	22.567	1.606
Revisões de estimativas anteriores de volumes	(97.550)	6	(2.161)	-	-	(2.155)	(99.705)	441
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(610.081)	499	(9.258)	-	-	(8.759)	(618.840)	(5.728)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(22.904)	(1.221)	1.775	-	-	554	(22.350)	(399)
Acréscimo de desconto	40.661	517	1.035	-	-	1.552	42.213	429
Variação líquida de imposto de renda	226.167	220	305	-	-	525	226.692	1.110
Outros - não especificados	-	(133)	303	-	-	170	170	599
Ajuste acumulado de conversão	185.829	1.035	3.158	-	-	4.193	190.022	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	140.990	3.973	2.877	-	-	6.850	147.840	1.685

Informação Complementar (não auditada)
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado							Investimentos Equivalência Patrimonial
	Exterior**						Total	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total		
Saldo em 1º de janeiro de 2014	406.422	5.935	7.186	-	-	13.121	419.543	3.672
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(89.330)	(1.525)	(1.638)	-	-	(3.163)	(92.493)	(2.228)
Custos de desenvolvimento incorridos	42.726	1.285	983	-	-	2.268	44.994	1.501
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	-	(2.555)	249	-	-	(2.306)	(2.306)	-
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	16.847	427	-	-	-	427	17.274	-
Revisões de estimativas anteriores de volumes	39.241	(64)	498	-	-	434	39.675	(71)
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(78.114)	(599)	(884)	-	-	(1.483)	(79.597)	(1.347)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(27.679)	(846)	90	-	-	(756)	(28.435)	(273)
Acréscimo de desconto	40.642	308	803	-	-	1.111	41.753	412
Variação líquida de imposto de renda	17.720	(266)	(220)	-	-	(486)	17.234	202
Outros - não especificados	-	(71)	57	-	-	(14)	(14)	-
Ajuste acumulado de conversão	38.138	503	615	-	-	1.118	39.256	1.157
Saldo em 31 de dezembro de 2014	406.613	2.532	7.739	-	-	10.271	416.884	3.025
Saldo em 1º de janeiro de 2013	366.823	6.223	4.795	7.303	-	18.321	385.144	800
Transferências por perda de controle*	-	-	-	(7.303)	-	(7.303)	(7.303)	7.303
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(73.254)	(2.499)	(857)	-	-	(3.356)	(76.610)	(1.584)
Custos de desenvolvimento incorridos	36.063	1.538	390	660	6	2.594	38.657	512
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	(2.173)	587	(249)	-	-	338	(1.835)	(4.047)
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	71.493	-	1.451	-	-	1.451	72.944	-
Revisões de estimativas anteriores de volumes	(8.783)	60	2.016	-	-	2.076	(6.707)	180
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(20.927)	(804)	(756)	(660)	(5)	(2.225)	(23.152)	(897)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(41.285)	(870)	(745)	-	-	(1.615)	(42.900)	(185)
Acréscimo de desconto	36.682	962	584	-	-	1.546	38.228	541
Variação líquida de imposto de renda	(1.891)	407	(27)	-	-	380	(1.511)	586
Outros - não especificados	-	(343)	65	-	-	(278)	(278)	-
Ajuste acumulado de conversão	43.674	674	519	-	(1)	1.192	44.866	463
Saldo em 31 de dezembro de 2013	406.422	5.935	7.186	-	-	13.121	419.542	3.672

(*) Valores transferidos em função da desconsolidação da PO&G.

(**) Em 2013 inclui o valor de R\$ 3.790 milhões referente a ativos mantidos para venda, realizados em 2014.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Aos Administradores e Acionistas
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (a "Companhia" ou "Petrobras") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase – Efeitos da “Operação Lava Jato” nas operações da Companhia

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, abrangendo:

- (i) a baixa contábil, em 2014, de R\$ 6.194 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas (R\$ 4.788 milhões nas demonstrações contábeis individuais) referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados;
- (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia;
- (iii) a investigação que vem sendo conduzida pela U.S. Securities and Exchange Commission – SEC; e
- (iv) o Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para apuração de potenciais danos causados a investidores no mercado de valores mobiliários no Brasil.

Chamamos também a atenção para a nota explicativa 30.4 às demonstrações contábeis, que descreve a proposição de ações judiciais contra a Companhia, para as quais uma possível perda ou intervalo possível de perdas não podem ser estimados em função do estágio em que se encontram.

Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ NELSON GUEDES DE CARVALHO
PRESIDENTE

ALDEMIR BENDINE
CONSELHEIRO

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
CONSELHEIRO

LUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE BRITTO FILHO
(*)
CONSELHEIRO

SEGEN FARID ESTEFEN
CONSELHEIRO

GUILHERME AFFONSO FERREIRA
CONSELHEIRO

WALTER MENDES DE OLIVEIRA FILHO
CONSELHEIRO

ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO
CONSELHEIRO

DEYVID SOUZA BACELAR DA SILVA
CONSELHEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA

ALDEMIR BENDINE
PRESIDENTE

HUGO REPSOLD JÚNIOR
DIRETOR DE GÁS E ENERGIA

JOÃO ADALBERTO ELEK JÚNIOR
**DIRETOR DE GOVERNANÇA, RISCO E
CONFORMIDADE**

ANTÔNIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTANA
DIRETOR CORPORATIVO E DE SERVIÇOS

ROBERTO MORO
**DIRETOR DE ENGENHARIA,
TECNOLOGIA E MATERIAIS**

IVAN DE SOUZA MONTEIRO
**DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

JORGE CELESTINO RAMOS
DIRETOR DE ABASTECIMENTO

SOLANGE DA SILVA GUEDES
DIRETORA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

PAULO JOSÉ ALVES
CONTADOR-CRC-RJ-060.073/O-0

(*) Abstenção quanto à aprovação das Demonstrações Contábeis.

O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PETROBRAS: I- o Relatório Anual da Administração- Exercício de 2015; e II- o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia, assim como o Parecer, sem ressalvas, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 21/03/2016, o Conselho Fiscal, com votos contrários dos Conselheiros Fiscais Reginaldo Ferreira Alexandre e Walter Luis Bernardes Albertoni, opina que os documentos apresentados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas da PETROBRAS.

21 de março de 2016

Paulo José dos Reis Souza

Presidente

César Acosta Rech

Conselheiro

Marisete Fátima Dadald Pereira

Conselheira

Reginaldo Ferreira Alexandre

Conselheiro

Walter Luis Bernardes Albertoni

Conselheiro

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Petrobras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Petrobras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

Aldemir Bendine

Presidente

Ivan de Souza Monteiro

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Adalberto Elek Júnior

Diretor de Governança, Risco e Conformidade

Jorge Celestino Ramos

Diretor de Abastecimento

Hugo Repsold Júnior

Diretor de Gás e Energia

Antônio Sérgio Oliveira Santana

Diretor Corporativo e de Serviços

Roberto Moro

Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais

Solange da Silva Guedes

Diretora de Exploração e Produção

Aos Conselheiros de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

1. Apresentação e informações gerais

O Comitê de Auditoria foi instalado na Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS em 2005, tendo suas responsabilidades e atribuições formalmente estabelecidas em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. Em 26/02/2016, esse colegiado passou à condição de Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos da Instrução CVM nº. 509 de 16/11/2011. Como órgão estatutário, de caráter permanente e vinculado diretamente ao referido conselho, suas atividades e responsabilidades são regidas pelas regras previstas na legislação brasileira, especialmente pela Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011 e pela Instrução CVM nº 545, de 29 de janeiro de 2014, e na legislação norte-americana, em especial as regras emitidas pela Securities and Exchange Commission ("SEC") e pela Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE"), incluindo disposições legais contidas na Sarbanes-Oxley Act ("SOx").

O Comitê de Auditoria tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e dos Auditores Internos.

O escopo das atribuições do Comitê de Auditoria pode ser estendido às sociedades subsidiárias e controladas, conforme reza o Estatuto Social da PETROBRAS, observada a legislação aplicável.

No cumprimento de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da PETROBRAS sejam completas e exatas ou estejam de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Esta responsabilidade é da Administração e dos Auditores Independentes. No cumprimento de suas responsabilidades descritas no seu Regimento Interno, os membros do Comitê de Auditoria não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Assim, é importante enfatizar que os administradores da PETROBRAS são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria, responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia da PETROBRAS.

A Auditoria Independente, que desde o exame das demonstrações contábeis de 31/12/2012 é realizada pela PricewaterhouseCoopers ("PwC"), atua conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC – e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários (CVM). Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a CVM e divulgados ao mercado. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do negócio em relação aos princípios de contabilidade oriundos da CFC, em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM, preceitos da legislação societária brasileira e incluindo o disposto na Sarbanes-Oxley Act e nas regras emitidas pela Securities and Exchange Commission ("SEC") e pela Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

2. Histórico da composição do Comitê

De 1º de janeiro a 29 de abril de 2015, o Comitê de Auditoria teve a seguinte composição: Conselheiros Sergio Franklin Quintella (como Presidente), Miriam Aparecida Belchior e Luciano Galvão Coutinho.

Com a indicação dos novos membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2015 para o mandato 2015/2016, o Conselho de Administração aprovou em maio/2015, por unanimidade, a nova composição do seu Comitê de Auditoria, com a nomeação dos Conselheiros Luiz Nelson Guedes de Carvalho (Presidente), Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho e Roberto da Cunha Castello Branco.

A integração do Conselheiro Walter Mendes de Oliveira Filho como quarto membro do Comitê de Auditoria ocorreu na reunião do Conselho de Administração de 15/05/2015.

A Assembleia Geral Extraordinária de 01/07/2015 que aprovou a reforma do Estatuto Social da PETROBRAS, alterou, dentre outros, o artigo 18, permitindo assim a eleição de membros suplentes no Conselho de Administração da Petrobras e acabou por eleger Conselheiros de Administração Suplentes, que completaram as composições dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Petrobras.

Em 30/09/2015, diante da nomeação do Conselheiro Luiz Nelson Guedes de Carvalho para exercer interinamente as funções da presidência do Conselho de Administração, este solicitou licença da presidência do Comitê de Auditoria. Em função disso, nesta mesma data, o Conselho de Administração aprovou a solicitação e nomeou o Conselheiro Walter Mendes de Oliveira Filho, eleito pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias na Assembleia Geral Ordinária, para exercer a Presidência do Comitê de Auditoria da PETROBRAS. Ainda nesta data, o Conselheiro Jerônimo Antunes, suplente do Conselheiro Luiz Nelson Guedes de Carvalho no Conselho de Administração, também foi nomeado para integrar o comitê, que passou a ser composto pelos seguintes conselheiros: Walter Mendes de Oliveira Filho (Presidente), Roberto da Cunha Castello Branco, Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho e Jerônimo Antunes.

No dia 24/02/2016, o Conselheiro Roberto da Cunha Castello Branco pediu seu desligamento do Comitê de Auditoria, mas permaneceu como membro titular do Conselho de Administração da PETROBRAS e como Presidente do Comitê Financeiro desse colegiado.

No dia 26/02/2016, o Conselho de Administração aprovou a revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, permitindo a sua instalação como Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos da Instrução CVM nº 308/99, alterada pela Instrução CVM nº 509/11 e pela Instrução CVM nº 545/14.

De acordo com o seu Regimento Interno, o CAE poderá ser composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os titulares e suplentes do Conselho de Administração da PETROBRAS, nomeados e destituíveis por este colegiado. Ao menos 01 (um) dos membros do CAE deverá ser titular ou suplente do Conselho de Administração da PETROBRAS indicado pelos acionistas minoritários.

A maioria dos membros do CAE deverá atender aos critérios de independência exigidos pela Instrução CVM nº 509/11 e todos deverão atender aos critérios de independência exigidos pela legislação norte-americana. No dia 04/03/2016, o Conselho de Administração da PETROBRAS aprovou a nomeação do Conselheiro Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis como novo membro do CAE, em substituição ao Conselheiro Luiz Augusto Navarro de Britto Filho. O Conselheiro Francisco Petros foi eleito como suplente do Conselheiro Walter Mendes de Oliveira Filho pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias na Assembleia Geral Extraordinária de 01/07/2015.

Atualmente, o CAE é constituído pelos seguintes Conselheiros de Administração: Walter Mendes de Oliveira Filho (Presidente), Jerônimo Antunes e Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis. O Srs. Walter Mendes de Oliveira Filho e Jerônimo Antunes são os especialistas financeiros e de contabilidade societária do CAE, em obediência às legislações brasileiras e norte-americanas. Importa destacar que todos os atuais membros do CAE são considerados conselheiros independentes pelos critérios do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e atendem aos requisitos de independência impostos pela SEC e pela NYSE.

3. Resumo das atividades em 2015

3.1. Reuniões realizadas e principais características

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, foram realizadas 29 reuniões ordinárias do Comitê de Auditoria da PETROBRAS, que contemplaram 104 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo Comitê de Auditoria foram devidamente formalizadas em atas.

O Presidente do Comitê de Auditoria relatou mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração os principais temas tratados em suas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da PETROBRAS e suas subsidiárias, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram objeto de documentos onde os assuntos tratados e as recomendações são descritos de forma resumida. Esses documentos foram anexados às Atas do Conselho de Administração.

O resumo do alcance das pautas tratadas é o seguinte:

Pautas por temas:

- 25 pautas com a Auditoria Independente em 17 reuniões;
- 18 pautas de Demonstrações Contábeis, contingências e provisões em 12 reuniões;
- 15 pautas com a Auditoria Interna em 07 reuniões;
- 15 pautas de Controles Internos em 08 reuniões;
- 06 pautas de Ouvidoria e Canal de Denúncias em 04 reuniões;
- 05 pautas de Gestão de Riscos em 04 reuniões;
- 20 pautas de outros temas.

3.2. Auditoria Independente

No decorrer de 2015, foram 25 pautas com participação da Auditoria Independente, contempladas em 17 reuniões do Comitê de Auditoria. Essas pautas abordaram os pareceres da PwC sobre os resultados econômico-financeiros, incluindo, dentre outros temas, as informações sobre as fraquezas materiais (Material Weakness) apontadas no Formulário 20-F registrado junto à Securities and Exchange Commission ("SEC") em 15 de maio de 2015 ("20-F 2014"), as ações de mitigação destas e as auditorias realizadas para testes dos controles internos.

3.3. Demonstrações Contábeis

No decorrer de 2015, foram realizadas 18 pautas tendo como objeto as demonstrações contábeis, contingências e provisões, reunidas em 12 reuniões do Comitê de Auditoria. Essas pautas abordaram as apresentações de resultados financeiros, com apresentações e posicionamentos das áreas da Contabilidade e do Jurídico, além da Auditoria Interna e da Auditoria Independente.

É importante destacar que as contingências judiciais (e administrativas) passivas e suas respectivas provisões foram analisadas e discutidas em diversas reuniões do Comitê de Auditoria com as Gerências Executivas do Jurídico, da Contabilidade, do Tributário, de Riscos, Conformidade e Controles Internos, além dos Auditores Independentes. Foi solicitado pelo Comitê de Auditoria a criação de um grupo de trabalho com o envolvimento destas áreas da companhia, para avaliar a revisão dos critérios utilizados para classificação do prognóstico de êxito e a estimativa de valores dos processos administrativos e judiciais e com isso nortear o provisionamento contábil dos valores em discussão, principalmente relacionados, mas não se restringindo, aos processos tributários. Esta demanda foi prontamente atendida pela Administração da PETROBRAS, instituindo um grupo de trabalho que efetuou uma avaliação de benchmarking com as boas práticas dos departamentos jurídicos de diversas empresas e resultou na

elaboração de um Plano de Ação, visando adotar sistemas e processos mais eficazes e modernos de classificação e de monitoramento das ações judiciais nas quais a companhia é parte, atualmente em fase de implantação pela Gerência Executiva do Jurídico da PETROBRAS. A execução deste Plano de Ação é acompanhada sistemática e periodicamente pelo Comitê de Auditoria.

3.4. Auditoria Interna

No decorrer de 2015, foram 15 pautas tratadas com a Auditoria Interna, em 07 reuniões do Comitê de Auditoria. Neste período, o comitê tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fez o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração. Essas pautas abordaram os relatórios trimestrais e anual dos trabalhos da Auditoria Interna, o Plano de Atividades da Auditoria Interna, além da evolução dos testes dos controles SOx na PETROBRAS e em suas principais subsidiárias.

3.5. Sistemas de Controles Internos

A Diretoria de Governança, Risco e Conformidade (DGRC) começou a atuar em 2015 com a missão de assegurar a conformidade de processos e mitigar riscos, dentre eles os de fraude e de corrupção, garantindo a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. O diretor desta área tem um mandato de três anos, podendo ser renovado, e sua destituição somente pode ocorrer por deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração, desde que também conte com o voto de pelo menos um dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários preferencialistas ou ordinaristas.

A Gerência Executiva de Conformidade da DGRC tem a atribuição de planejar, orientar, coordenar e avaliar atividades de controle e conformidade, incluindo a investigação e redução de riscos de fraude e de corrupção, reportando à Alta Administração as ações e os resultados de conformidade, em todo o Sistema Petrobras.

No decorrer de 2015, foram 15 pautas de Controles Internos abordadas em 08 reuniões do Comitê de Auditoria, sendo objetos de acompanhamento e recomendações pelo comitê os seguintes principais temas: monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; Inventário dos Riscos SOx/CVM; revisão do modelo de concessão de acesso ao SAP; análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; procedimentos da companhia para cumprimento integral dos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley; processo de due diligence de integridade; evolução dos controles em empresas subsidiárias, além do monitoramento intensivo do Plano de Remediação das Fraquezas Materiais constante no 20-F 2014.

3.6. Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em 2015, o Conselho de Administração aprovou o processo de reestruturação da Ouvidoria Geral, o que incluiu a seleção de um novo Ouvidor Geral e a instituição de um Canal de Denúncia independente. A escolha do Ouvidor Geral foi realizada pelo Conselho de Administração com base em uma lista de profissionais elaborada por empresa especializada em seleção de executivos e analisada pelo Comitê de Auditoria e pelo Comitê de Remuneração e Sucessão do Conselho de Administração.

No decorrer de 2015, foram 06 pautas da Ouvidoria e Canal de Denúncias tratadas em 04 reuniões do Comitê de Auditoria. Essas pautas abordaram a estrutura e os processos da Ouvidoria, incluindo a estruturação do novo Canal de Denúncias, a seleção do novo Ouvidor, os relatórios executivos trimestrais e anuais de atividades da Ouvidoria Geral, a revisão da Política e Diretrizes da Função Ouvidoria e do novo Canal de Denúncias da PETROBRAS e o acompanhamento desse canal, com responsabilidade da Ouvidoria no recebimento, apuração e tratamento das denúncias de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e suspeitas de violação do Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência.

3.7. Gestão e Monitoramento de Riscos

A estrutura organizacional de gestão de riscos da PETROBRAS é composta pela Gerência Executiva de Riscos Empresariais, vinculada à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, e por unidades voltadas para a gestão de riscos nas próprias áreas de negócios.

Em junho/2015, o Conselho de Administração aprovou uma nova Política de Gestão de Riscos Empresariais, que explicita autoridades, responsabilidades, os princípios e as diretrizes que devem nortear as iniciativas associadas à gestão de riscos no Sistema Petrobras. Esta Política está plenamente aderente às referências metodológicas mundialmente reconhecidas, tais como COSO-ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e ISO 31000, além de atender às orientações emanadas do Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Destaca-se nessa política uma abordagem mais abrangente da gestão de riscos empresariais, que associa a visão econômico-financeira tradicional ao gerenciamento de fatores que representem ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMES); à proteção do patrimônio e das informações empresariais (Segurança Patrimonial); e ao combate à fraude e corrupção (Conformidade Legal), entre outros riscos empresariais.

No decorrer de 2015, foram 05 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos tratadas em 04 reuniões do CAE. Essas pautas abordaram inventário dos riscos SOx / CVM, monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela PETROBRAS, gestão dos riscos financeiros na companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Petrobras à Política de Gestão de Riscos Empresariais.

3.8. Transações com Partes Relacionadas

O Comitê de Auditoria tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, bem como revisar, ao menos uma vez por ano, o sumário das transações com partes relacionadas da Petrobras envolvendo seus Diretores, Conselheiros e companhias que empreguem quaisquer de seus Diretores e Conselheiros, além de qualquer outra relação com partes relacionadas que seja relevante, conforme definido pela CVM e pela SEC.”

Este tema foi avaliado pelo Comitê de Auditoria em reunião realizada em dezembro de 2015, a partir da apresentação realizada pela Gerência Executiva de Contabilidade dos pontos relevantes do Relatório de Transações com Partes Relacionadas do Sistema Petrobras.

3.9. Outras Atividades

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria tratou de outras 20 pautas em reuniões periódicas com os principais executivos da empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias do negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações. O Comitê de Auditoria também reuniu-se com o Conselho Fiscal da PETROBRAS para tratar de temas contábeis e outros assuntos pertinentes.

Outro destaque é a previsão no Regimento Interno de realização de, no mínimo duas vezes por ano, reunião conjunta do Comitê de Auditoria com o Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) do Conselho de Administração, quando estes comitês têm a oportunidade de tratar de assuntos de comum interesse ligados aos temas de SMS. Estas reuniões conjuntas foram realizadas em 2015 e trataram, dentre outros temas, de reporte dos indicadores de SMES, relatórios de auditorias internas de SMS e relatos de acidentes graves e fatais da Companhia.

4. Comunicações do Comitê de Auditoria

4.1. Conselho de Administração

O Comitê de Auditoria reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. Alta Administração - Diretoria Executiva e Gerentes Executivos

Para todas as reuniões realizadas pelo Comitê de Auditoria, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes Executivos das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre destas Gerências Executivas, através de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria, no que for pertinente às atribuições deste comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. Recomendações à Diretoria Executiva

O Comitê de Auditoria recomendou à Diretoria Executiva que: (i) inclua pautas suficientes nas suas reuniões ordinárias para inteirar-se do andamento das providências para eliminar as fraquezas materiais reportadas pelos Auditores Independentes no 20-F 2014 e informar-se de eventuais novos obstáculos identificados, envidando esforços para antecipação dos prazos de conclusão e (ii) sejam providenciados todos os recursos necessários para a completa implantação dos seguintes Planos de Ação e Políticas listadas adiante:

- Plano de Remediação das deficiências materiais nos controles internos da PETROBRAS apontadas pelos Auditores Independentes, por ocasião da execução dos trabalhos de auditoria relativos ao exercício social de 2014 e relacionados aos seguintes assuntos:

a) Anulação de Controles de Monitoramento (Management Override of Controls) e Revisão sobre Processos de Contratação de Serviços pela Administração: O Comitê de Auditoria ressalta a necessidade de garantir que todo o corpo funcional do Sistema Petrobras tome ciência do Código de Ética e Guia de Conduta da Organização;

b) Controles relacionados aos Ativos Imobilizados, envolvendo adiantamentos a Fornecedores, falhas para identificar o reconhecimento de despesas relacionadas com o encerramento de determinados contratos, registro intempestivo de depreciação e reconhecimento de perdas por desvalorizações resultantes da avaliação do valor recuperável de ativos de exploração e produção;

c) Revisão e aprovação de lançamentos contábeis manuais; e

d) Gerenciamento de Acesso em Processos de Negócios e de Tecnologia da Informação e Segregação de Funções de Processos de Negócios no Ambiente ERP.

- Harmonização de políticas corporativas entre a holding e as empresas subsidiárias integrais e empresas controladas, no que se refere às políticas, padrões de atuação e avaliação de Ouvidoria, Auditoria Interna, SMES Corporativo, Recursos Humanos, Conformidade, Jurídico e Tecnologia de Informação (TIC).

Ao longo das reuniões realizadas com cada uma dessas áreas foi observada pelo Comitê de Auditoria a necessidade de fortalecimento e unificação das políticas corporativas da holding com as empresas subsidiárias integrais e empresas controladas do Sistema Petrobras, como um instrumento de redução do risco corporativo e aumento da eficiência do trabalho de aperfeiçoamento dos controles internos.

- Complementação e Implantação do Plano de Trabalho de Revisão da Metodologia de Classificação das Contingências, executado conjuntamente pelo Jurídico, Contabilidade, Auditoria Interna e Risco, a partir de solicitação

do Comitê de Auditoria, cujo cronograma de implantação em etapas prevê a conclusão para Abril/2017. O Comitê de Auditoria recomenda a manutenção dos contatos periódicos e troca de experiências com empresas de alto padrão de gestão, para permanente atualização sobre as melhores práticas relativas ao assunto.

- Plano de Ação para suprir o quantitativo de pessoal e possibilitar o fortalecimento da equipe da Gerência Executiva de Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria tem acompanhado o apoio dado pela Diretoria Executiva para disponibilizar para a Gerência Executiva de Auditoria Interna profissionais alocados em outras áreas, bem como as dificuldades enfrentadas para tal alocação, tendo em vista as exigências técnicas da função. O Comitê de Auditoria recomenda que essa mobilização da Diretoria Executiva seja permanente, com especial dedicação da área de Recursos Humanos ao tema, a fim de se evitar qualquer prejuízo ao escopo e à qualidade do trabalho executado pela Auditoria Interna, permitindo inclusive a expansão das suas atividades, no contexto de maiores exigências de controle e fiscalização por parte da Alta Administração.

O Comitê de Auditoria Estatutário julga que todos os itens destacados em “Recomendações” acima – cujos Planos de Ação encontram-se em andamento – foram cercados dos procedimentos mitigatórios satisfatórios visando minimizar eventuais riscos de controles internos que pudessem impactar as demonstrações contábeis de 31/12/2015.

6. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (“Demonstrações Contábeis Anuais de 2015”).

Considerando as informações prestadas em 17/03/2016 pela Administração da PETROBRAS e pela PwC – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31/12/2015, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

Walter Mendes de Oliveira Filho

Membro e Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Especialista financeiro e de contabilidade societária

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Jerônimo Antunes

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Especialista financeiro e de contabilidade societária

Demonstrações Financeiras Adicionais

Devido à extinção da Diretoria Internacional, a gestão dos negócios no exterior foi transferida para as áreas de negócio correlatas no país, assegurando suas especificidades. Para fins de comparabilidade e avaliação, disponibilizamos os resultados trimestrais dos exercícios de 2015 e 2014 com as atividades no exterior realocadas, bem como um extrato das informações por atividade no exterior.

Vide informações nos Anexos a seguir.

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 4T-2015

R\$ MILHÕES								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita de vendas	27.844	64.213	10.663	243	28.397	-	(46.257)	85.103
Intersegmentos	26.358	17.482	1.739	228	450	-	(46.257)	-
Terceiros	1.486	46.731	8.924	15	27.947	-	-	85.103
Custo dos produtos vendidos	(21.097)	(50.967)	(8.322)	(259)	(26.036)	-	48.427	(58.254)
Lucro bruto	6.747	13.246	2.341	(16)	2.361	-	2.170	26.849
Despesas	(42.836)	(10.010)	(4.336)	(233)	(4.618)	(6.028)	186	(67.875)
Vendas, gerais e administrativas	(585)	(2.329)	(1.620)	(23)	(3.405)	(1.457)	188	(9.231)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(1.830)	-	-	-	-	-	-	(1.830)
Pesquisa e desenvolvimento	184	(102)	(31)	(5)	(1)	(339)	-	(294)
Tributárias	(107)	(326)	(288)	(3)	(160)	(586)	-	(1.470)
Impairment	(37.956)	(6.034)	(1.922)	(181)	(297)	-	-	(46.390)
Baixa por pagamentos indevidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(2.542)	(1.219)	(475)	(21)	(755)	(3.646)	(2)	(8.660)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	(36.089)	3.236	(1.995)	(249)	(2.257)	(6.028)	2.356	(41.026)
Resultado Financeiro Líquido	-	-	-	-	-	(4.928)	-	(4.928)
Participação em investimentos	(796)	107	98	(340)	53	(461)	-	(1.339)
Lucro antes das participações e impostos	(36.885)	3.343	(1.897)	(589)	(2.204)	(11.417)	2.356	(47.293)
Imposto de renda/contribuição social	12.271	(1.117)	676	84	745	(277)	(802)	11.580
Participação de Empregados	-	52	9	2	68	-	-	131
Lucro líquido	(24.614)	2.278	(1.212)	(503)	(1.391)	(11.694)	1.554	(35.582)
Resultado atribuível aos não controladores	47	39	(270)	-	(2)	(1.170)	-	(1.356)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	(24.567)	2.317	(1.482)	(503)	(1.393)	(12.864)	1.554	(36.938)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 3T-2015

R\$ MILHÕES								
E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita de vendas	28.835	63.410	10.933	218	27.484	-	(48.641)	82.239
Intersegmentos	27.457	18.800	1.750	196	438	-	(48.641)	-
Terceiros	1.378	44.610	9.183	22	27.046	-	-	82.239
Custo dos produtos vendidos	(20.887)	(53.120)	(8.349)	(247)	(25.649)	-	49.768	(58.484)
Lucro bruto	7.948	10.290	2.584	(29)	1.835	-	1.127	23.755
Despesas	(4.179)	(5.659)	(1.528)	(34)	(2.139)	(4.570)	167	(17.942)
Vendas, gerais e administrativas	(532)	(2.107)	(642)	(24)	(1.878)	(1.597)	171	(6.609)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(2.234)	-	-	-	-	-	-	(2.234)
Pesquisa e desenvolvimento	(235)	(95)	(14)	(8)	(1)	(203)	-	(556)
Tributárias	(302)	(1.912)	(185)	(2)	(25)	(629)	-	(3.055)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa por pagamentos indevidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(876)	(1.545)	(687)	-	(235)	(2.141)	(4)	(5.488)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	3.769	4.631	1.056	(63)	(304)	(4.570)	1.294	5.813
Resultado Financeiro Líquido	-	-	-	-	-	(11.444)	-	(11.444)
Participação em investimentos	(250)	598	84	(68)	(37)	(127)	-	200
Lucro antes das participações e impostos	3.519	5.229	1.140	(131)	(341)	(16.141)	1.294	(5.431)
Imposto de renda/contribuição social	(1.303)	(1.624)	(360)	22	111	3.768	(440)	174
Participação de Empregados	63	142	3	(1)	(23)	48	-	232
Lucro líquido	2.279	3.747	783	(110)	(253)	(12.325)	854	(5.025)
Resultado atribuível aos não controladores	(6)	12	(103)	-	(1)	1.364	-	1.266
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	2.273	3.759	680	(110)	(254)	(10.961)	854	(3.759)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 2T-2015

	R\$ MILHÕES							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita de vendas	33.382	61.875	10.596	152	26.991	-	(53.053)	79.943
Intersegmentos	32.227	18.618	1.649	142	417	-	(53.053)	-
Terceiros	1.155	43.257	8.947	10	26.574	-	-	79.943
Custo dos produtos vendidos	(20.918)	(50.839)	(8.570)	(176)	(25.120)	-	51.242	(54.381)
Lucro bruto	12.464	11.036	2.026	(24)	1.871	-	(1.811)	25.562
Despesas	(3.361)	(2.827)	(1.897)	(42)	(1.486)	(6.636)	174	(16.075)
Vendas, gerais e administrativas	(542)	(1.955)	(1.117)	(28)	(1.464)	(1.718)	174	(6.650)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(1.420)	-	-	-	-	-	-	(1.420)
Pesquisa e desenvolvimento	(228)	(94)	(81)	(11)	(1)	(195)	-	(610)
Tributárias	(91)	(66)	(103)	(1)	(26)	(3.673)	-	(3.960)
Impairment	(333)	(365)	(585)	-	-	-	-	(1.283)
Baixa por pagamentos indevidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(747)	(347)	(11)	(2)	5	(1.050)	-	(2.152)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	9.103	8.209	129	(66)	385	(6.636)	(1.637)	9.487
Resultado Financeiro Líquido	-	-	-	-	-	(6.048)	-	(6.048)
Participação em investimentos	(119)	422	121	(259)	7	(3)	-	169
Lucro antes das participações e impostos	8.984	8.631	250	(325)	392	(12.687)	(1.637)	3.608
Imposto de renda/contribuição social	(3.117)	(2.755)	(44)	22	(121)	2.785	557	(2.673)
Participação de Empregados	62	(105)	2	(1)	(30)	45	-	(27)
Lucro líquido	5.929	5.771	208	(304)	241	(9.857)	(1.080)	908
Resultado atribuível aos não controladores	(11)	4	(70)	-	(1)	(299)	-	(377)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	5.918	5.775	138	(304)	240	(10.156)	(1.080)	531

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 1T-2015

R\$ MILHÕES								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita de vendas	27.037	56.115	10.993	156	27.158	-	(47.106)	74.353
Intersegmentos	26.029	18.735	1.689	150	503	-	(47.106)	-
Terceiros	1.008	37.380	9.304	6	26.655	-	-	74.353
Custo dos produtos vendidos	(20.006)	(44.670)	(9.249)	(164)	(24.818)	-	46.964	(51.943)
Lucro bruto	7.031	11.445	1.744	(8)	2.340	-	(142)	22.410
Despesas	(1.752)	(2.083)	(117)	(37)	(1.413)	(3.842)	169	(9.075)
Vendas, gerais e administrativas	(469)	(1.721)	627	(27)	(1.457)	(1.558)	171	(4.434)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(983)	-	-	-	-	-	-	(983)
Pesquisa e desenvolvimento	(220)	(95)	(43)	(6)	(1)	(199)	-	(564)
Tributárias	(52)	(184)	(719)	-	(33)	235	-	(753)
Impairment	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
Baixa por pagamentos indevidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(25)	(83)	18	(4)	78	(2.320)	(2)	(2.338)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	5.279	9.362	1.627	(45)	927	(3.842)	27	13.335
Resultado Financeiro Líquido	-	-	-	-	-	(5.621)	-	(5.621)
Participação em investimentos	20	65	100	(20)	8	-	-	173
Lucro antes das participações e impostos	5.299	9.427	1.727	(65)	935	(9.463)	27	7.887
Imposto de renda/contribuição social	(1.752)	(3.153)	(549)	16	(310)	2.734	(9)	(3.023)
Participação de Empregados	(125)	(89)	(14)	-	(15)	(93)	-	(336)
Lucro líquido	3.422	6.185	1.164	(49)	610	(6.822)	18	4.528
Resultado atribuível aos não controladores	(9)	(2)	(77)	-	(1)	891	-	802
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	3.413	6.183	1.087	(49)	609	(5.931)	18	5.330

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 4T-2014

R\$ MILHÕES								
E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita de vendas	36.603	66.530	11.859	188	28.642	-	(58.782)	85.040
Intersegmentos	35.355	21.288	1.323	180	636	-	(58.782)	-
Terceiros	1.248	45.242	10.536	8	28.006	-	-	85.040
Custo dos produtos vendidos	(22.915)	(63.871)	(9.334)	(205)	(26.839)	-	60.139	(63.025)
Lucro bruto	13.688	2.659	2.525	(17)	1.803	-	1.357	22.015
Despesas	(10.702)	(36.118)	(2.054)	(40)	(1.177)	(4.891)	141	(54.841)
Vendas, gerais e administrativas	(516)	(1.261)	(1.706)	(36)	(1.049)	(2.695)	143	(7.120)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(1.493)	-	-	-	-	-	-	(1.493)
Pesquisa e desenvolvimento	(344)	(137)	(55)	(10)	(2)	(183)	-	(731)
Tributárias	(64)	(75)	(107)	(1)	(24)	(338)	-	(609)
Impairment	(10.094)	(34.297)	46	-	-	-	-	(44.345)
Baixa por pagamentos indevidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	1.809	(348)	(232)	7	(102)	(1.675)	(2)	(543)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	2.986	(33.459)	471	(57)	626	(4.891)	1.498	(32.826)
Resultado Financeiro Líquido	-	-	-	-	-	(1.814)	-	(1.814)
Participação em investimentos	(563)	(44)	102	(28)	(4)	(3)	-	(540)
Lucro antes das participações e impostos	2.423	(33.503)	573	(85)	622	(6.708)	1.498	(35.180)
Imposto de renda/contribuição social	(985)	11.405	(156)	20	(208)	(1.078)	(510)	8.488
Participação de Empregados	(90)	(83)	(11)	(2)	(15)	(69)	-	(270)
Lucro líquido	1.348	(22.181)	406	(67)	399	(7.855)	988	(26.962)
Resultado atribuível aos não controladores	(49)	7	(21)	-	1	424	-	362
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	1.299	(22.174)	385	(67)	400	(7.431)	988	(26.600)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 3T-2014

R\$ MILHÕES								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita de vendas	41.460	70.734	10.869	180	28.292	-	(63.158)	88.377
Intersegmentos	40.043	21.308	963	157	687	-	(63.158)	-
Terceiros	1.417	49.426	9.906	23	27.605	-	-	88.377
Custo dos produtos vendidos	(22.290)	(73.669)	(9.850)	(209)	(25.970)	-	64.052	(67.936)
Lucro bruto	19.170	(2.935)	1.019	(29)	2.322	-	894	20.441
Despesas	(5.483)	(9.221)	(4.501)	(39)	(2.532)	(3.723)	137	(25.362)
Vendas, gerais e administrativas	(351)	(1.850)	(2.858)	(25)	(2.339)	(2.156)	139	(9.440)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(2.314)	-	-	-	-	-	-	(2.314)
Pesquisa e desenvolvimento	(327)	(120)	(50)	(8)	(1)	(159)	-	(665)
Tributárias	(37)	(66)	(99)	-	(14)	(336)	-	(552)
Impairment	-	-	(306)	-	-	-	-	(306)
Baixa por pagamentos indevidos	(1.975)	(3.438)	(654)	-	(26)	(101)	-	(6.194)
Outras	(479)	(3.747)	(534)	(6)	(152)	(971)	(2)	(5.891)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	13.687	(12.156)	(3.482)	(68)	(210)	(3.723)	1.031	(4.921)
Resultado Financeiro Líquido	-	-	-	-	-	(972)	-	(972)
Participação em investimentos	96	99	45	(47)	5	-	-	198
Lucro antes das participações e impostos	13.783	(12.057)	(3.437)	(115)	(205)	(4.695)	1.031	(5.695)
Imposto de renda/contribuição social	(5.309)	2.975	966	24	63	1.514	(350)	(117)
Participação de Empregados	(48)	(33)	(12)	-	-	(34)	-	(127)
Lucro líquido	8.426	(9.115)	(2.483)	(91)	(142)	(3.215)	681	(5.939)
Resultado atribuível aos não controladores	(11)	6	6	-	(1)	600	-	600
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	8.415	(9.109)	(2.477)	(91)	(143)	(2.615)	681	(5.339)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 2T-2014

R\$ MILHÕES								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita de vendas	41.210	65.668	10.646	141	26.867	-	(62.234)	82.298
Intersegmentos	39.758	20.758	946	113	659	-	(62.234)	-
Terceiros	1.452	44.910	9.700	28	26.208	-	-	82.298
Custo dos produtos vendidos	(21.294)	(69.306)	(8.906)	(178)	(24.766)	-	60.970	(63.480)
Lucro bruto	19.916	(3.638)	1.740	(37)	2.101	-	(1.264)	18.818
Despesas	(2.939)	(2.154)	(901)	(34)	(1.287)	(2.784)	129	(9.970)
Vendas, gerais e administrativas	(312)	(1.777)	(775)	(27)	(1.306)	(1.293)	138	(5.352)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(1.803)	-	-	-	-	-	-	(1.803)
Pesquisa e desenvolvimento	(306)	(97)	(53)	(8)	-	(137)	-	(601)
Tributárias	(34)	(87)	(41)	-	(18)	(133)	-	(313)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa por pagamentos indevidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(484)	(193)	(32)	1	37	(1.221)	(9)	(1.901)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	16.977	(5.792)	839	(71)	814	(2.784)	(1.135)	8.848
Resultado Financeiro Líquido	-	-	-	-	-	(940)	-	(940)
Participação em investimentos	(13)	88	208	(18)	5	1	-	271
Lucro antes das participações e impostos	16.964	(5.704)	1.047	(89)	819	(3.723)	(1.135)	8.179
Imposto de renda/contribuição social	(5.736)	2.000	(281)	23	(269)	1.201	386	(2.676)
Participação de Empregados	(109)	(90)	(13)	1	(22)	(79)	-	(312)
Lucro líquido	11.119	(3.794)	753	(65)	528	(2.601)	(749)	5.191
Resultado atribuível aos não controladores	(11)	4	(12)	-	-	(213)	-	(232)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	11.108	(3.790)	741	(65)	528	(2.814)	(749)	4.959

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 1T-2014

	R\$ MILHÕES							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita de vendas	41.433	65.607	9.839	115	26.377	-	(61.826)	81.545
Intersegmentos	40.224	19.965	856	110	671	-	(61.826)	-
	1.209	45.642	8.983	5	25.706	-	-	81.545
Custo dos produtos vendidos	(20.976)	(70.435)	(8.763)	(136)	(24.105)	-	62.033	(62.382)
Lucro bruto	20.457	(4.828)	1.076	(21)	2.272	-	207	19.163
Despesas	(3.779)	(2.541)	(383)	(45)	(1.415)	(3.545)	122	(11.586)
Vendas, gerais e administrativas	(300)	(1.798)	(702)	(30)	(1.250)	(1.323)	118	(5.285)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(1.525)	-	-	-	-	-	-	(1.525)
Pesquisa e desenvolvimento	(313)	(98)	(41)	(6)	(1)	(133)	-	(592)
Tributárias	(41)	(48)	(75)	(1)	(23)	(139)	-	(327)
Impairment	-	-	15	-	-	-	-	15
Baixa por pagamentos indevidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(1.600)	(597)	420	(8)	(141)	(1.950)	4	(3.872)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e	16.678	(7.369)	693	(66)	857	(3.545)	329	7.577
Resultado Financeiro Líquido	-	-	-	-	-	(174)	-	(174)
Participação em investimentos	247	158	137	(31)	5	6	-	522
Lucro antes das participações e impostos	16.925	(7.211)	830	(97)	862	(3.713)	329	7.925
Imposto de renda/contribuição social	(5.629)	2.537	(232)	23	(284)	1.894	(112)	(1.803)
Participação de Empregados	(119)	(92)	(12)	(1)	(23)	(89)	-	(336)
Lucro líquido	11.177	(4.766)	586	(75)	555	(1.908)	217	5.786
Resultado atribuível aos não controladores	9	3	(20)	-	(1)	(384)	-	(393)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	11.186	(4.763)	566	(75)	554	(2.292)	217	5.393

Informações por atividade no Exterior

Informações por atividade no Exterior- 1T2014

	R\$ MILHÕES			
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
Ativo - 31/03/2014	30.478	5.438	1.246	2.456
Demonstração do Resultado				
Receita de vendas	1.869	4.488	286	2.878
Intersegmentos	853	827	19	1
Terceiros	1.015	3.661	267	2.877
Lucro Bruto	556	202	62	257
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	666	65	73	103
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	619	65	76	91

Informações por atividade no Exterior- 2T2014

	R\$ MILHÕES			
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
Ativo - 30/06/2014	28.363	5.831	1.214	2.303
Demonstração do Resultado				
Receita de vendas	1.926	4.665	275	2.995
Intersegmentos	761	1.047	20	2
Terceiros	1.165	3.618	255	2.992
Lucro Bruto	538	219	50	244
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	528	130	49	84
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	460	131	53	75

Informações por atividade no Exterior- 3T2014

	R\$ MILHÕES			
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
Ativo - 30/09/2014	31.513	5.606	1.152	2.431
Demonstração do Resultado				
Receita de vendas	1.699	4.453	302	2.857
Intersegmentos	561	769	20	1
Terceiros	1.138	3.684	282	2.857
Lucro Bruto	481	(264)	72	253
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	383	(307)	53	89
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	359	(262)	54	76

Informações por atividade no Exterior- 4T2014

	R\$ MILHÕES			
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
Ativo - 31/12/2014	25.557	4.944	1.255	2.497
Demonstração do Resultado				
Receita de vendas	1.529	3.706	288	3.438
Intersegmentos	728	941	20	2
Terceiros	801	2.766	268	3.437
Lucro Bruto	394	(825)	35	179
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	(1.715)	(1.273)	28	(46)
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(2.833)	(1.143)	30	(59)

Informações por atividade no Exterior- 1T2015

	R\$ MILHÕES			
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
Ativo - 31/03/2015	30.920	5.126	1.493	2.856
Demonstração do Resultado				
Receita de vendas	1.320	3.295	355	3.104
Intersegmentos	732	834	24	2
Terceiros	588	2.461	331	3.101
Lucro Bruto	417	149	58	288
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	412	8	65	81
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	352	5	69	63

Informações por atividade no Exterior- 2T2015

	R\$ MILHÕES			
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
Ativo - 30/06/2015	29.558	5.370	1.390	2.701
Demonstração do Resultado				
Receita de vendas	1.554	3.601	366	3.321
Intersegmentos	724	1.164	28	1
Terceiros	830	2.437	338	3.320
Lucro Bruto	587	356	51	321
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	582	232	57	83
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	539	202	59	68

Informações por atividade no Exterior- 3T2015

	R\$ MILHÕES			
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
Ativo - 30/09/2015	37.902	6.724	1.867	3.213
Demonstração do Resultado				
Receita de vendas	1.688	4.339	583	3.525
Intersegmentos	897	1.711	31	1
Terceiros	791	2.628	552	3.525
Lucro Bruto	545	172	119	299
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	9	51	89	62
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(44)	95	91	41

Informações por atividade no Exterior- 4T2015

	R\$ MILHÕES			
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
Ativo - 31/12/2015	31.683	5.459	1.577	3.057
Demonstração do Resultado				
Receita de vendas	1.613	4.104	544	3.764
Intersegmentos	872	3.180	25	1
Terceiros	742	923	519	3.763
Lucro Bruto	316	(69)	105	299
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	(4.343)	(589)	136	56
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(4.410)	(547)	135	48

RESULTADOS CONSOLIDADOS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2015

Auditados pelos auditores independentes de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016

- **Prejuízo de R\$ 34.836 milhões em 2015 e de R\$ 36.938 milhões no 4T-2015, ocasionado por :**
 - i) *impairment* de ativos e de investimentos, principalmente em função do declínio dos preços do petróleo e incremento nas taxas de desconto, reflexo do aumento do risco Brasil pela perda do grau de investimento (R\$ 49.748 milhões); e
 - ii) despesas de juros e perda cambial (R\$ 32.908 milhões).
- **Redução de R\$ 8.931 milhões no prejuízo operacional em 2015 (R\$ 21.322 milhões em 2014 e R\$ 12.391 milhões em 2015).**
- **EBITDA ajustado de R\$ 73.859 milhões em 2015, 25% superior a 2014 pelos maiores preços de diesel e gasolina, além da redução dos gastos com participações governamentais e importações de petróleo e derivados.**
- **Fluxo de caixa livre positivo de R\$ 15.626 milhões em 2015, comparado ao fluxo de caixa livre negativo de R\$ 19.554 milhões em 2014.**
- **Endividamento líquido de US\$ 100.379 milhões em 31.12.2015, 5% inferior em relação a 31.12.2014.**
- **Aumento do prazo médio da dívida de 6,10 anos em 31.12.2014 para 7,14 anos em 31.12.2015.**
- **Investimentos de R\$ 76.315 milhões, 12% inferior a 2014 (R\$ 10.825 milhões).**

Exercício			R\$ milhões			
2015	2014	2015 x 2014 (%)	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
(34.836)	(21.587)	(61)	(36.938)	(3.759)	(883)	(26.600)
(12.391)	(21.322)	42	(41.026)	5.813	(806)	(32.826)
73.859	59.140	25	17.064	15.506	10	20.057
			Prejuízo - Acionistas Petrobras			
			Lucro (Prejuízo) operacional			
			EBITDA ajustado			

Destaques do exercício de 2015:

- Crescimento de 4% da produção de petróleo e gás natural da Petrobras (Brasil e exterior);
- Menores gastos com importações de petróleo e derivados;
- Redução dos gastos com participações governamentais;
- Redução de 9% na demanda de derivados no mercado doméstico (224 mil barris/dia); e
- Aumento de 55% das exportações de petróleo (128 mil barris/dia).

Destaques do 4T-2015:

- *Impairment* de ativos, principalmente de exploração e produção (R\$ 46.390 milhões);
- Redução de 1% da produção de petróleo e gás natural da Petrobras (Brasil e exterior);
- Redução 5% na demanda de derivados no mercado doméstico (111 mil barris/dia);
- Aumento de 6% das exportações de petróleo (22 mil barris/dia); e
- Menores despesas financeiras líquidas devido à redução da perda cambial (R\$ 6.516 milhões).

Impairment de ativos e de investimentos em 2015 (R\$ milhões)

Impairment de ativos	47.676
Exploração e Produção - Brasil e Exterior	38.292
Campos de Produção	36.184
Sondas	1.978
Outros	130
Abastecimento	6.399
COMPERJ	5.281
Complexo Petroquímico Suape	782
Outros	336
Gás e Energia (*)	2.507
UFN III - Três Lagoas	1.955
UFN V - Uberaba	585
Outros ativos	478
Impairment de investimentos	2.072
Impairment de ativos e de investimentos	49.748

(*) Inclui reversão de *impairment* (R\$ 33 milhões).

Para mais informações, vide apêndice 1 – *Impairment* de ativos.

www.petrobras.com.br/ri

Para mais informações:

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS | Relacionamento com Investidores

e-mail: petroinvest@petrobras.com.br / acionistas@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 - 1002 B - 20031-912 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 55 (21) 3224-1510 / 99471 0800-282-1540



Este documento pode conter previsões segundo o significado da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários de 1933, conforme alterada (Lei de Valores Mobiliários), e Seção 21E da Lei de Negociação de Valores Mobiliários de 1934, conforme alterada (Lei de Negociação) que refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê",

"pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas previstos ou não pela Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Principais itens e indicadores econômicos consolidados

R\$ milhões							
Exercício			Resultados, valor de mercado e investimentos	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
321.638	337.260	(5)	Receita de vendas	85.103	82.239	3	85.040
98.576	80.437	23	Lucro bruto	26.849	23.755	13	22.015
(12.391)	(21.322)	42	Lucro (Prejuízo) operacional	(41.026)	5.813	(806)	(32.826)
(28.041)	(3.900)	(619)	Resultado financeiro líquido	(4.928)	(11.444)	57	(1.814)
(34.836)	(21.587)	(61)	Prejuízo - Acionistas Petrobras	(36.938)	(3.759)	(883)	(26.600)
(2,67)	(1,65)	(62)	Prejuízo por ação ¹	(2,83)	(0,29)	(876)	(2,04)
101.316	127.506	(21)	Valor de mercado (Controladora)	101.316	104.117	(3)	127.506
73.859	59.140	25	EBITDA ajustado ²	17.064	15.506	10	20.057
31	24	7	Margem bruta (%)	32	29	3	26
(4)	(4)	-	Margem operacional (%) ³	(48)	7	(55)	(39)
(11)	(6)	(5)	Margem líquida (%)	(43)	(5)	(38)	(31)
76.315	87.140	(12)	Investimento total	20.826	19.315	8	24.598
63.321	60.072	5	. E&P	17.330	16.093	8	17.237
8.390	18.510	(55)	. Abastecimento	2.138	2.222	(4)	4.495
2.581	6.064	(57)	. Gás e Energia	617	529	17	1.909
853	1.152	(26)	. Distribuição	285	192	48	405
152	281	(46)	. Biocombustível	94	19	395	258
1.018	1.061	(4)	. Corporativo	362	260	39	294

R\$ milhões							
Exercício			Resultado operacional por área de negócio	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
25.438	(58.776)	143	. Abastecimento	3.236	4.631	(30)	(33.460)
(17.938)	50.328	(136)	. E&P	(36.089)	3.769	(1058)	2.986
817	(1.479)	155	. Gás e Energia	(1.995)	1.056	(289)	471
(1.249)	2.087	(160)	. Distribuição	(2.257)	(304)	(642)	626
(423)	(262)	(61)	. Biocombustível	(249)	(63)	(295)	(57)
(21.076)	(14.943)	(41)	. Corporativo	(6.028)	(4.570)	(32)	(4.890)

R\$ milhões							
Exercício			Indicadores	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
228,18	226,52	1	Preço derivados básicos - Mercado interno (R\$/bbl)	239,36	228,15	5	228,81
172,65	231,30	(25)	Brent (R\$/bbl)	167,86	177,38	(5)	193,35
52,46	98,99	(47)	Brent (US\$/bbl)	43,69	50,26	(13)	76,27
Preço de venda - Brasil							
42,16	87,84	(52)	. Petróleo (US\$/bbl) ⁴	33,50	39,76	(16)	66,49
36,24	47,93	(24)	. Gás natural (US\$/bbl)	32,47	35,47	(8)	45,54
3,34	2,35	42	Dólar médio de venda (R\$)	3,84	3,54	8	2,54
3,90	2,66	47	Dólar final de venda (R\$)	3,90	3,97	(2)	2,66
47,0	13,4	34	Variação - Dólar final de venda (%)	(1,7)	28,1	(30)	8,4
13,38	10,86	3	Selic - Taxa média (%)	14,15	13,99	-	11,22
2.227	2.150	4	Produção total de Petróleo e LGN (mil barris/dia)	2.214	2.234	(1)	2.256
560	519	8	Produção total de Gás natural (mil barris/dia)	563	566	(1)	543
Produção total de Petróleo e Gás natural (mil barris/dia)							
2.787	2.669	4	Produção total de Petróleo e Gás natural (mil barris/dia)	2.777	2.800	(1)	2.799
3.845	3.967	(3)	Volume total de vendas (mil barris/dia)	3.872	3.889	-	4.010

¹ Lucro líquido por ação calculado com base na média ponderada da quantidade de ações.

² Somatório do EBITDA, participações em investimentos, impairment e baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente.

³ Margem operacional calculada com base no lucro (prejuízo) operacional, excluindo do cálculo a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente.

⁴ Média dos preços de exportação e preços internos de transferência da área de E&P para a área de Abastecimento.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Resultados dos exercícios de 2015 x 2014:

Lucro bruto 23% superior (R\$ 18.139 milhões) em função do maior recuo dos custos em relação à redução na receita de vendas.

- Receita de vendas de R\$ 321.638 milhões, 5% inferior (R\$ 15.622 milhões), influenciada por:
 - Redução da demanda de derivados no mercado interno (9%) em função do menor nível de atividade econômica;
 - Menores preços das exportações de petróleo e derivados;
 - Decréscimo nos preços de nafta, QAV e óleo combustível no mercado interno;
 - Maiores preços de diesel e gasolina, refletindo os reajustes ocorridos em novembro de 2014 e setembro de 2015; e
 - Elevação de 55% no volume de petróleo exportado devido ao aumento da produção nacional (5%) e à menor carga processada nas refinarias (6%).
- Custo dos produtos vendidos de R\$ 223.062 milhões, 13% inferior (R\$ 33.761 milhões), refletindo:
 - Menores custos unitários com importações e participações governamentais;
 - Redução na demanda de derivados no mercado interno, ocasionando menor processamento de petróleo importado e menor participação de derivados importados no *mix* das vendas; e
 - Aumento dos custos com depreciação.

Prejuízo operacional de R\$ 12.391 milhões, 42% inferior (R\$ 8.931 milhões) ao prejuízo de R\$ 21.322 milhões em 2014, decorrente de:

- Aumento do lucro bruto (R\$ 18.139 milhões);
- Acréscimo nas despesas tributárias em decorrência da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal– REFIS e aos Programas de Anistias Estaduais (R\$ 7.437 milhões);
- Maior despesa com contingências judiciais, principalmente com processos fiscais e trabalhistas (R\$ 5.103 milhões);
- Maior *impairment* de ativos (R\$ 3.040 milhões), conforme detalhado no apêndice 1; e
- Maior despesa com plano de pensão e saúde com assistidos devido à revisão atuarial de 2014 que resultou no maior saldo de obrigação atuarial líquida, principalmente pela diminuição na taxa de juros real (R\$ 1.352 milhões).

Despesa financeira líquida de R\$ 28.041 milhões, superior em R\$ 24.141 milhões, em razão de:

- Acréscimo nas despesas com juros (R\$ 12.290 milhões), refletindo:
 - i) maior endividamento (R\$ 7.118 milhões);
 - ii) menor capitalização ocasionada pela redução do saldo de ativos em construção (R\$ 2.590 milhões), refletindo a conclusão de projetos relevantes ao longo de 2014, bem como as baixas e o *impairment* de ativos em dezembro de 2014; e
 - iii) juros sobre despesa tributária devido à adesão ao REFIS de imposto sobre operações financeiras – IOF (R\$ 1.410 milhões) e de imposto de renda retido na fonte – IRRF (R\$ 1.074 milhões);
- Perda cambial de R\$ 9.240 milhões decorrente da depreciação de 47,0% do real sobre a exposição passiva média líquida em dólar (depreciação cambial de 13,4% no exercício de 2014), já considerados os efeitos do *hedge accounting*, conforme apresentado no item 5 do apêndice; e
- Perda cambial de R\$ 2.100 milhões decorrente da depreciação de 31,7% do real sobre a exposição passiva líquida em euro (depreciação cambial de 0,02% no exercício de 2014).

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Resultados do 4T-2015 x 3T-2015:

Lucro bruto 13% superior (R\$ 3.094 milhões) reflexo do aumento da receita de vendas.

- Receita de vendas de R\$ 85.103 milhões, 3% superior, influenciada por:
 - Maiores preços nas vendas de derivados no mercado interno, refletindo os reajustes nos preços da gasolina (6%) e do diesel (4%) em setembro de 2015;
 - Menor demanda de derivados no mercado interno (5%); e
 - Redução da receita de exportação de petróleo em razão do declínio do *Brent* (5% em reais), compensado parcialmente pelo maior volume em função da realização de estoques formados no 3T-2015.
- Custo dos produtos vendidos de R\$ 58.254 milhões no mesmo patamar do 3T-2015, com destaque para:
 - Menores custos com participações governamentais;
 - Redução da demanda de derivados no mercado interno, ocasionando menor processamento de petróleo importado e menor participação de derivados importados no *mix* das vendas;
 - Aumento dos custos com depreciação; e
 - Realização de estoques formados a custos maiores no trimestre anterior.

Prejuízo operacional de R\$ 41.026 milhões (lucro operacional de R\$ 5.813 milhões no 3T-2015) decorrente de:

- *Impairment* de ativos (R\$ 46.390 milhões);
- Maior lucro bruto (R\$ 3.094 milhões);
- Maiores despesas de vendas, principalmente, pelas perdas com recebíveis do setor elétrico (R\$ 2.573 milhões);
- Menores despesas tributárias devido, principalmente, à redução dos valores incluídos no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (R\$ 1.585 milhões);
- Maiores gastos com paradas não programadas, principalmente com ociosidade de sondas e greve (R\$ 670 milhões);
- Gastos com desmobilização da refinaria Nansei Sekiyu K.K. decorrente do encerramento das atividades de refino no Japão (R\$ 352 milhões);
- Maior despesa com contingências judiciais, principalmente com processos tributários e trabalhistas (R\$ 350 milhões);
- Maiores despesas com baixas de ativos devido, principalmente, ao cancelamento de projetos (R\$ 348 milhões);
- Maiores gastos com devolução de campos à ANP (R\$ 288 milhões); e
- Provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário, tendo em vista o reingresso de participantes inscritos no programa de 2014 que haviam desistido e a adesão ao novo programa da BR Distribuidora (R\$ 307 milhões).

Despesas financeiras líquidas de R\$ 4.928 milhões 57% inferior (R\$ 6.516 milhões), impactadas por:

- Menor perda cambial (R\$ 2.712 milhões) decorrente da apreciação de 1,7% do real sobre a exposição passiva média líquida em dólar (depreciação de 28,1% no 3T-2015);
- Menor perda cambial (R\$ 2.406 milhões) decorrente da apreciação de 4,2% do real sobre a exposição passiva líquida em euro (depreciação de 28,2% no 3T-2015); e
- Menores encargos financeiros relativos à adesão ao REFIS, que oneraram o trimestre anterior (R\$1.121 milhões).

ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

RESULTADO POR ÁREA DE NEGÓCIO

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás natural transferida da área de Exploração e Produção para outras áreas de negócio da Companhia. Na apuração dos resultados por área de negócio são consideradas as transações realizadas com terceiros e entre empresas do Sistema Petrobras, além das transferências entre áreas de negócio valoradas por preços internos definidos através de metodologias fundamentadas em parâmetros de mercado.

Com a extinção da Diretoria Internacional, foram aprovados ajustes organizacionais nas demais áreas de negócio envolvendo a transferência da gestão de atividades da área de negócio internacional. Os resultados dessas atividades foram realocados para as áreas de negócio correlatas no país, assegurando suas especificidades.

Para fins de comparabilidade e avaliação, os resultados divulgados no exercício de 2014 foram ajustados ao modelo de negócio vigente.

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

Exercício			Resultado líquido				
2015	2014	2015 x 2014 (%)		4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
(12.963)	32.008	(140)		(24.567)	2.273	(1.181)	1.299

(2015 x 2014): O prejuízo decorreu dos menores preços de venda/transferência de petróleo e do *impairment* nos campos de produção no país e no exterior, em função da revisão de premissas de preço, decorrente da queda das projeções dos preços do petróleo no mercado internacional que ocasionaram redução nas reservas de óleo e gás e nos fluxos de caixa dos projetos, bem como pelo aumento da taxa de desconto e revisão geológica do reservatório de Papa-Terra.

Parte desses efeitos foi compensada pelo maior volume de petróleo transferido, devido ao aumento na produção.

(4T-2015 x 3T-2015): O prejuízo do trimestre decorreu do *impairment* nos campos de produção no país e no exterior e da redução na receita de venda/transferência de petróleo ocasionados pelo declínio das cotações internacionais da *commodity* (13%).

Exercício			Produção país (mil barris/dia) ^(*)				
2015	2014	2015 x 2014 (%)		4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2.128	2.034	5	Petróleo e LGN ⁵	2.117	2.136	(1)	2.150
469	426	10	Gás natural ⁶	468	476	(2)	453
2.597	2.460	6	Total	2.585	2.612	(1)	2.603

(2015 x 2014): A produção de petróleo e LGN aumentou 5% devido ao *ramp-up* da P-55 e P-62 (Roncador), da P-58 (Parque das Baleias) e dos FPSOs Cidade de Paraty (Lula NE), Cidade de São Paulo (Sapinhoá), Cidade de Mangaratiba (Iracema Sul, campo de Lula) e Cidade de Ilhabela (Sapinhoá), além da entrada em operação dos sistemas FPSO Cidade de Itaguaí (Iracema Norte, campo de Lula) e P-61 (Papa-Terra). Este aumento foi parcialmente compensado pelo declínio natural dos campos maduros.

A produção de gás natural cresceu 10% devido à entrada em operação dos sistemas já mencionados e ao aumento da produtividade da plataforma de Mexilhão e do FPSO Cidade de Santos (Uruguá-Tambaú), compensando o declínio natural dos campos maduros.

(4T-2015 x 3T-2015): A produção de petróleo e LGN reduziu (1%) devido ao movimento de greve ocorrido em novembro.

A produção de gás natural reduziu 2% devido às restrições operacionais ocorridas nas plataformas P-55 (Roncador) e P-56 (Marlim Sul).

^(*) Não auditado pelo auditor independente.

⁵ LGN – Líquido de gás natural.

⁶ Exclui gás liquefeito e inclui gás reinjetado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Exercício			Lifting cost ⁷ - país ^(*)	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
US\$/barril:							
11,95	14,57	(18)	· · sem participação governamental	10,58	11,24	(6)	14,21
18,53	30,54	(39)	· · com participação governamental	15,23	16,92	(10)	25,72
R\$/barril:							
39,31	34,26	15	· · sem participação governamental	39,78	40,82	(3)	36,12
61,52	72,04	(15)	· · com participação governamental	57,10	64,33	(11)	66,41

Lifting Cost sem participações governamentais – US\$/barril

(2015 x 2014): Desconsiderando os efeitos cambiais, houve um aumento de 3% devido aos maiores gastos com intervenções em poços e com engenharia e manutenção submarina na Bacia de Campos, compensados parcialmente pelo aumento da produção.

(4T-2015 x 3T-2015): Desconsiderando os efeitos cambiais, houve uma redução de 4% devido aos menores gastos com intervenções em poços, transporte *offshore* e com engenharia e manutenção submarina na Bacia de Campos.

Lifting Cost com participações governamentais – US\$/barril

(2015 x 2014): O indicador em dólar reduziu 39% em função dos menores gastos com *royalties* e participação especial, em consequência do decréscimo nas cotações de petróleo nacional em dólares.

(4T-2015 x 3T-2015): O indicador em dólar reduziu 10% em função dos menores gastos com *royalties* e participação especial, em consequência do decréscimo nas cotações de petróleo nacional em dólares, associado ao recuo no custo de extração.

^(*) Não auditado pelo auditor independente.

⁷ Indicador de custo de extração de petróleo e gás natural.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

ABASTECIMENTO

Exercício			Resultado líquido	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
18.034	(39.836)	145		2.317	3.759	(38)	(22.175)

(2015 x 2014): O lucro líquido decorrente de:

- menores custos com aquisição/transferência de petróleo devido à redução das cotações internacionais da *commodity*;
- menores participações de óleo importado na carga processada e de derivados importados no mix das vendas; e
- reajustes de preços do diesel e gasolina ocorridos em novembro de 2014 e em setembro de 2015.

A redução da demanda por derivados no mercado interno, em função do menor nível de atividade econômica, e o *impairment* no COMPERJ compensaram em parte esses fatores.

(4T-2015 x 3T-2015): O lucro líquido no trimestre reduziu devido ao *impairment* no COMPERJ, compensado, em parte, pela redução dos custos com transferência de petróleo do E&P, pela menor participação de óleo importado na carga processada e pelos reajustes nos preços da gasolina (6%) e diesel em (4%) em setembro.

Exercício			Importações e exportações de petróleo e derivados (mil barris/dia) ^(*)	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
277	392	(29)	Importação de petróleo	215	313	(31)	371
256	413	(38)	Importação de derivados	150	218	(31)	412
533	805	(34)	Importação de petróleo e derivados	365	531	(31)	783
360	232	55	Exportação de petróleo ⁸	387	365	6	270
149	158	(6)	Exportação de derivados	145	145	-	123
509	390	31	Exportação de petróleo e derivados	532	510	4	393
(24)	(415)	94	Exportação (import.) líquida de petróleo e derivados	167	(21)	895	(390)

(2015 x 2014): Aumento da produção de petróleo e redução na carga processada, principalmente de óleo importado, contribuíram para as menores importações e o acréscimo da exportação de petróleo.

Menor importação de derivados devido à retração da atividade econômica.

Menores exportações de derivados, acompanhando a redução na carga processada e menor produção de óleo combustível.

(4T-2015 x 3T-2015): Sazonalidade das vendas no mercado interno, com destaque para a maior demanda do óleo diesel no 3T-2015, refletiu na redução das importações de petróleo e derivados.

Realização das exportações de petróleo ocorridas em setembro de 2015, efetivamente entregues no 4T-2015, e menor carga processada influenciaram no aumento de 6%.

^(*) Não auditado pelo auditor independente.

⁸ Volumes de exportação de petróleo oriundos das áreas de negócio de Abastecimento e de Exploração e Produção.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Exercício			Indicadores Operacionais de Refino (mil barris/dia) ^(*)	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
2.026	2.170	(7)	Produção de derivados	1.955	2.085	(6)	2.171
2.176	2.176	-	Carga de referência ⁹	2.176	2.176	-	2.176
89	98	(9)	Fator de utilização do parque de refino (%) ¹⁰	85	93	(8)	98
1.936	2.065	(6)	Carga fresca processada - país ¹¹	1.857	2.013	(8)	2.085
1.976	2.106	(6)	Carga processada - país ¹²	1.897	2.052	(8)	2.127
86	82	4	Participação do óleo nacional na carga processada (%)	88	84	4	84

(2015 x 2014): A carga processada diária foi 6% inferior, em função de parada programada, principalmente na unidade de destilação da RLAM, e parada não programada na REDUC, em parte compensadas pela entrada em operação da RNEST, em novembro de 2014.

(4T-2015 x 3T-2015): A carga processada diária reduziu 8%, devido, principalmente, às paradas programadas na RPBC e REDUC. Esta redução foi parcialmente compensada pela retomada da operação na RECAP, em atividade de parada programada no 3T-2015.

Exercício			Custo de refino - país ^(*)	4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
2,46	2,90	(15)	Custo de refino (US\$/barril)	2,26	2,12	7	2,71
8,16	6,82	20	Custo de refino (R\$/barril)	8,63	7,89	9	6,90

(2015 x 2014): Aumento de 20% em reais devido, principalmente, aos reajustes salariais concedidos pelos Acordos Coletivos de Trabalho 2014/2015 e 2015/2016, e à redução da carga processada.

(4T-2015 x 3T-2015): Aumento de 9% em reais devido, principalmente, ao reajuste salarial concedido pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016 e à redução da carga processada.

^(*) Não auditado pelo auditor independente.

⁹ Carga de referência ou capacidade instalada de processamento primário – carga máxima sustentável de petróleo alcançada nas unidades de destilação, no final do período, respeitando os limites de projeto dos equipamentos e os requisitos de segurança, meio ambiente e qualidade dos produtos. É menor que a capacidade autorizada pela ANP (inclusive autorizações temporárias) e órgãos ambientais.

¹⁰ Fator de utilização do parque de refino (%) – relação entre a carga fresca processada e a carga de referência.

¹¹ Carga fresca processada – volume de petróleo processado no país utilizado para o cálculo do fator de utilização do parque de refino.

¹² Carga processada – volumes de petróleo e LGN processados no país.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

GÁS & ENERGIA

Exercício			Resultado líquido				
2015	2014	2015 x 2014 (%)		4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
423	(785)	154		(1.482)	680	(318)	385

(2015 x 2014): O lucro líquido decorreu de: i) redução nos custos de aquisição de gás importado (GNL e boliviano); ii) maior margem de comercialização do gás natural, em função de acréscimo do preço médio de realização; e iii) menores perdas com recebíveis do setor elétrico.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por: i) menor margem de energia elétrica, devido ao recuo de 57% do PLD; ii) *impairment* das Unidades de Fertilizantes Nitrogenados III e V; e iii) despesas tributárias referentes ao diferimento de ICMS sobre a aquisição de gás natural e estorno de crédito de ICMS sobre operações de transporte de gás.

(4T-2015 x 3T-2015): O prejuízo decorreu do *impairment* no ativo da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III, perda com recebíveis do setor elétrico, além da menor geração de energia elétrica.

Exercício			Indicadores físicos e financeiros ^(*)				
2015	2014	2015 x 2014 (%)		4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
858	1.183	(27)	Vendas de energia elétrica (ACL) ¹³ - MW médio	800	822	(3)	1.128
3.160	2.425	30	Vendas de energia elétrica (ACR) ¹⁴ - MW médio	3.058	3.058	-	2.671
4.646	4.637	-	Geração de energia elétrica - MW médio	4.099	4.401	(7)	4.941
287	674	(57)	Preço de liquidação das diferenças (PLD)-R\$/MWh ¹⁵	192	202	(5)	724
105	144	(27)	Importação de GNL (mil barris/dia)	82	92	(11)	190
200	205	(2)	Importação de Gás Natural (mil barris/dia)	193	196	(2)	201

(2015 x 2014): A redução de 27% no volume de vendas de energia no ambiente de contratação livre (ACL) ocorreu devido à migração de parte do lastro disponível (1.049 MW/médio) para o ambiente de contratação regulada (ACR).

A geração térmica de 2015 ficou estável em relação ao ano anterior.

O decréscimo de 57% no PLD foi reflexo da alteração da metodologia da ANEEL a partir de 27 de dezembro de 2014, estabelecendo um menor valor para o limite máximo do PLD e da redução da carga projetada de geração termelétrica devido à relativa melhora nas condições hidrológicas.

A redução de 27% na importação de GNL e de 2% na importação de gás natural boliviano decorreu da maior oferta de gás nacional, em função do aumento da produção em 10%.

(4T-2015x 3T-2015): A redução de 3% no volume de vendas de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) decorreu da sazonalidade dos contratos de venda.

As vendas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) se mantiveram no mesmo patamar.

Recuo de 7% no volume de geração de energia motivado, principalmente, por encerramento do contrato de aluguel da UTE Cuiabá em outubro de 2015 e decisão em agosto de 2015 do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE de desligar usinas com custo variável unitário superior a R\$ 600 /MWh.

A redução no PLD de 5% foi reflexo da melhoria das condições hidrológicas dos subsistemas do país.

A redução de 11% na importação GNL e de 2% na importação de gás natural boliviano decorreu da menor demanda termelétrica no período.

^(*) Não auditado pelo auditor independente.

¹³ ACL - Ambiente de Contratação Livre.

¹⁴ ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

¹⁵ PLD - Preços semanais ponderados por patamar de carga livre (leve, médio e pesado), número de horas e capacidade do submercado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DISTRIBUIÇÃO

Exercício			Resultado líquido	4T-2015			
2015	2014	2015 x 2014 (%)		4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
(798)	1.339	(160)		(1.393)	(254)	(448)	400

(2015 x 2014): O prejuízo decorreu do menor volume de vendas no país (7%), além das maiores perdas com recebíveis do setor elétrico e *impairment* de ativos.

(4T-2015x 3T-2015): O resultado refletiu o *impairment* de ativos, as perdas com recebíveis do setor elétrico e as maiores despesas tributárias e com contingências fiscais, compensados pelas maiores margens de comercialização no país (8%).

Exercício			Market Share - Brasil ^{(*) 16}	4T-2015			
2015	2014	2015 x 2014 (%)		4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
35,1%	37,0%	(2)		33,7%	34,7%	(1)	36,9%

(2015 x 2014): Redução do *market share* devido a: i) expansão do mercado de etanol hidratado (36,5%), em que a Petrobras Distribuidora possui uma menor participação; ii) menores vendas para o setor termoeletrico; e iii) aumento da importação de gasolina/diesel e aquisição de gasolina formulada pelos concorrentes.

(4T-2015 x 3T-2015): Perda de *market share* resulta da redução das vendas de óleo diesel para o nicho de grandes consumidores (têrmicas) e TRR (Transportador-Revendedor-Retalhista), bem como de gasolina para o nicho bandeira branca.

As perdas observadas no TRR e bandeira branca decorrem da nova estratégia de melhoria das margens implantada no 4T-2015, e também da importação de diesel pelos concorrentes.

BIOCOMBUSTÍVEL

Exercício			Resultado líquido	4T-2015			
2015	2014	2015 x 2014 (%)		4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
(966)	(298)	(224)		(503)	(110)	(357)	(67)

(2015 x 2014): O aumento no prejuízo decorreu da perda em investimentos nos setores de etanol e biodiesel, além do *impairment* nas usinas de biodiesel devido à piora nas condições de mercado e à elevação da taxa de desconto pelo aumento do prêmio de risco setorial e risco país.

(4T-2015 x 3T-2015): O aumento no prejuízo decorreu da perda em investimentos no setor de etanol devido à piora nas condições de mercado, bem como do *impairment* nos ativos das usinas de biodiesel.

^(*) Não auditado pelo auditor independente.

¹⁶ A partir de 2015, o cálculo do *market share* foi revisado para não mais contemplar as vendas entre distribuidoras. Adicionalmente, passamos a atualizar o indicador em aderência à revisão dos valores históricos efetuados pela ANP e Sindicom. Os trimestres anteriores foram recalculados pelo novo critério, para fins de comparação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Volume de vendas – mil barris/dia (*)

Exercício				4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)					
923	1.001	(8)	Diesel	907	953	(5)	1.010
553	620	(11)	Gasolina	562	540	4	644
104	119	(13)	Óleo combustível	97	97	-	126
133	163	(18)	Nafta	102	137	(26)	152
232	235	(1)	GLP ¹⁷	226	243	(7)	233
110	110	-	QAV ¹⁸	108	113	(4)	113
179	210	(15)	Outros	169	199	(15)	209
2.234	2.458	(9)	Total de derivados	2.171	2.282	(5)	2.487
123	99	24	Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	126	134	(6)	113
432	446	(3)	Gás natural	416	418	-	455
2.789	3.003	(7)	Total mercado interno	2.713	2.834	(4)	3.055
510	393	30	Exportação	534	511	5	395
546	571	(4)	Vendas internacionais	625	544	15	560
1.056	964	10	Total mercado externo	1.159	1.055	10	955
3.845	3.967	(3)	Total geral	3.872	3.889	-	4.010

(2015 x 2014): O volume de vendas no mercado interno foi 7% inferior, destacando-se os seguintes produtos:

- Diesel (redução de 8%):
 - menor consumo em obras de infraestrutura;
 - aumento das vendas por importadores; e
 - aumento do percentual de biodiesel na mistura diesel/biodiesel.
 Esses fatores suplantaram o crescimento da frota de veículos leves a diesel (van, pick up e SUV).
- Gasolina (redução de 11%):
 - aumento do teor de etanol anidro na gasolina C de 25% para 27%;
 - maior disponibilização de gasolina por outros concorrentes;
 - maior consumo de etanol hidratado em veículos flex; e
 - redução da frota de veículos movidos somente a gasolina.
- Nafta (redução de 18%): menor demanda por parte de clientes, principalmente Braskem;
- Óleo combustível (redução de 13%): menores entregas para demanda térmica e industrial em vários estados; e
- Gás natural (redução de 3%): redução da demanda do setor elétrico.

(4T-2015 x 3T-2015): O volume de vendas no mercado interno foi 4% inferior, destacando-se os seguintes produtos:

- Diesel (redução de 5%): sazonalidade do consumo, maior no 3º trimestre, tendo em vista o plantio da safra de grãos de verão e a atividade industrial;
- Nafta (redução de 26%): menor demanda por parte dos clientes, principalmente Braskem;
- GLP (redução de 7%): temperaturas médias maiores; e
- Gasolina (aumento de 4%): aumento da renda disponível, por conta do décimo terceiro salário, e grande movimentação de veículos devido às festas de final de ano.

(*) Não auditado pelo auditor independente.

¹⁷ GLP – Gás liquefeito de petróleo.

¹⁸ QAV – Querosene de aviação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Exercício			R\$ milhões		
2015	2014		4T-2015	3T-2015	4T-2014
68.946	46.257	Disponibilidades ajustadas no início do período ¹⁹	104.236	91.636	70.259
(24.707)	(9.085)	Títulos públicos federais e <i>time deposits</i> acima de 3 meses no início do período	(4.366)	(10.470)	(20.635)
44.239	37.172	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	99.870	81.166	49.624
86.407	62.241	Recursos gerados pelas atividades operacionais	25.274	21.816	14.974
(42.218)	(85.208)	Recursos utilizados em atividades de investimento	(14.574)	(11.566)	(16.980)
(70.781)	(81.795)	Investimentos em área de negócios	(17.971)	(17.977)	(22.189)
2.592	9.399	Recebimentos pela venda de ativos (desinvestimentos)	1.967	13	8.043
25.971	(12.812)	Investimentos em títulos e valores mobiliários	1.430	6.398	(2.834)
44.189	(22.967)	(=) Fluxo de caixa líquido	10.700	10.250	(2.006)
(14.434)	35.134	Financiamentos líquidos	(11.347)	(11.668)	(6.163)
56.158	72.871	Captações	6.109	12.577	3.823
(70.592)	(37.737)	Amortizações	(17.456)	(24.245)	(9.986)
-	(8.735)	Dividendos pagos a acionistas	-	-	14
243	(250)	Participação de acionistas não controladores	(72)	(190)	(194)
23.608	3.885	Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1.306)	20.312	2.964
97.845	44.239	Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	97.845	99.870	44.239
3.042	24.707	Títulos públicos federais e <i>time deposits</i> acima de 3 meses no fim do período	3.042	4.366	24.707
100.887	68.946	Disponibilidades ajustadas no fim do período ¹⁹	100.887	104.236	68.946

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 121% em relação a 31 de dezembro de 2014 e as disponibilidades ajustadas¹⁹ aumentaram 46%. As principais aplicações de recursos em 2015 foram destinadas ao cumprimento do serviço da dívida do período e financiamento dos investimentos em áreas de negócio. Esses recursos foram proporcionados por uma geração de caixa operacional de R\$ 86.407 milhões, além de captações de R\$ 56.158 milhões. O saldo de disponibilidades ajustadas foi impactado positivamente em 2015 pelo efeito da variação do câmbio sobre as aplicações no exterior.

A geração operacional de caixa aumentou 39% em relação a 2014, principalmente motivada pelos maiores preços de diesel e gasolina, aumento no volume de exportação de petróleo, redução dos gastos com participação governamental e importações de petróleo e derivados, além da maior participação do petróleo nacional na carga processada.

Os investimentos nos negócios da Companhia foram 13% inferiores em 2015, com destaque para a redução de 55% na área de abastecimento.

O montante de R\$ 25.971 milhões recebido de títulos e valores mobiliários refere-se a aplicações financeiras com prazos superiores a três meses vencidas no período e, em sua maior parte, reaplicadas com prazos de até três meses (caixa e equivalentes de caixa).

O fluxo de caixa livre²⁰ foi positivo em R\$ 15.626 milhões em 2015, comparado ao fluxo de caixa livre negativo em R\$ 19.554 milhões em 2014.

De janeiro a dezembro de 2015 a Companhia captou R\$ 56.158 milhões, com destaque para os acordos de cooperação assinados com o *China Development Bank* (CDB) no valor de US\$ 5 bilhões e a emissão de *Global Notes* com vencimento de 100 anos (US\$ 2 bilhões), além de créditos bilaterais com bancos brasileiros. Em 31 de dezembro de 2015, o prazo médio de vencimento da dívida ficou em 7,14 anos (6,10 anos em 2014).

As amortizações de juros e principal somaram R\$ 70.592 milhões em 2015, 87% superiores a 2014 e o fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	R\$ milhões							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	31.12.2015	31.12.2014
Principal	50.764	44.709	63.124	88.529	60.325	189.838	497.289	354.226
Juros	25.854	23.482	21.809	18.055	13.293	128.038	230.531	123.105
Total	76.618	68.191	84.933	106.584	73.618	317.876	727.820	477.331

¹⁹ A medida disponibilidades ajustadas inclui investimentos em títulos governamentais e aplicações financeiras no exterior em *time deposits* de instituições financeiras de primeira linha com vencimentos superiores a 3 meses a partir da data de aplicação, considerando a expectativa de realização desses investimentos no curto prazo. A medida disponibilidades ajustadas não está prevista nas normas internacionais de contabilidade, não devendo ser considerada isoladamente ou em substituição ao caixa e equivalentes de caixa apurados em IFRS. Além disso, a medida disponibilidades ajustadas não deve ser base de comparação com as disponibilidades ajustadas de outras empresas, contudo a Administração acredita que é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

²⁰ Fluxo de caixa livre corresponde aos recursos gerados pelas atividades operacionais subtraídos dos investimentos em áreas de negócio.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Endividamento consolidado

	R\$ milhões		
	31.12.2015	31.12.2014	Δ%
Endividamento curto prazo ²¹	57.382	31.565	82
Endividamento longo prazo ²²	435.467	319.470	36
Total	492.849	351.035	40
Disponibilidades	97.845	44.239	121
Títulos públicos federais e <i>Time Deposits</i> (vencimento superior a 3 meses)	3.042	24.707	(88)
Disponibilidades ajustadas	100.887	68.946	46
Endividamento líquido ²³	391.962	282.089	39
Endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido)	60%	48%	12
Passivo total líquido ²⁴	799.248	724.429	10
Estrutura de capital (capital de terceiros líquido / passivo total líquido)	68%	57%	11
Índice de Dívida Líquida/LTM EBITDA ajustado ²⁵	5,31	4,77	11

	U.S.\$ milhões		
	31.12.2015	31.12.2014	Δ%
Endividamento curto prazo ²¹	14.695	11.884	24
Endividamento longo prazo ²²	111.521	120.274	(7)
Total	126.216	132.158	(4)
Endividamento líquido ²³	100.379	106.201	(5)
Prazo médio da dívida (anos)	7,14	6,10	1,04

	R\$ milhões		
	31.12.2015	31.12.2014	Δ%
Informações sumarizadas sobre financiamentos:			
Por taxa			
Indexados a taxas flutuantes	243.293	173.977	40
Indexados a taxas fixas	249.355	176.868	41
Total	492.648	350.845	40
Por moeda			
Reais	80.269	62.223	29
Dólar	365.354	252.787	45
Euro	33.909	25.820	31
Outras moedas	13.116	10.015	31
Total	492.648	350.845	40
Por vencimento			
até 1 ano	57.334	31.523	82
1 a 2 anos	44.505	33.397	33
2 a 3 anos	62.827	31.742	98
3 a 4 anos	88.231	47.254	87
4 a 5 anos	60.670	64.252	(6)
5 anos em diante	179.081	142.677	26
Total	492.648	350.845	40

O endividamento líquido do Sistema Petrobras em Reais aumentou 39% em relação a 31.12.2014, principalmente em decorrência da depreciação cambial de 47,0%.

²¹ Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 48 milhões em 31.12.2015 e R\$ 42 milhões em 31.12.2014).

²² Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 154 milhões em 31.12.2015 e R\$ 148 milhões em 31.12.2014).

²³ A medida endividamento líquido não está prevista nas normas internacionais de contabilidade – IFRS e não deve ser considerada isoladamente ou em substituição ao endividamento total de longo prazo, calculado de acordo com IFRS. O cálculo do endividamento líquido não deve ser base de comparação com o endividamento líquido de outras empresas, contudo a Administração acredita que é uma informação complementar que ajuda os investidores a avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

²⁴ Passivo total líquido das disponibilidades ajustadas.

²⁵ Com a finalidade de alinhar às melhores práticas de mercado, salientamos que, a partir do 2T-2015, a Companhia passou a adotar a soma dos últimos 12 meses do EBITDA Ajustado (*Last Twelve Months* - LTM EBITDA Ajustado), em substituição a anualização anteriormente adotada, com base na repetição da média mensal para o restante do ano.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Resultado – Consolidado ²⁶

Exercício		R\$ milhões		
2015	2014	4T-2015	3T-2015	4T-2014
321.638	337.260	85.103	82.239	85.040
(223.062)	(256.823)	(58.254)	(58.484)	(63.025)
98.576	80.437	26.849	23.755	22.015
(15.893)	(15.974)	(6.428)	(3.855)	(3.744)
(11.031)	(11.223)	(2.803)	(2.754)	(3.376)
(6.467)	(7.135)	(1.830)	(2.234)	(1.493)
(2.024)	(2.589)	(294)	(556)	(731)
(9.238)	(1.801)	(1.470)	(3.055)	(609)
-	(6.194)	-	-	-
(47.676)	(44.636)	(46.390)	-	(44.345)
(18.638)	(12.207)	(8.660)	(5.488)	(543)
(110.967)	(101.759)	(67.875)	(17.942)	(54.841)
(12.391)	(21.322)	(41.026)	5.813	(32.826)
4.867	4.634	1.652	1.866	1.660
(21.545)	(9.255)	(5.890)	(6.403)	(2.882)
(11.363)	721	(690)	(6.907)	(592)
(28.041)	(3.900)	(4.928)	(11.444)	(1.814)
(797)	451	(1.339)	200	(540)
-	(1.045)	131	232	(270)
(41.229)	(25.816)	(47.162)	(5.199)	(35.450)
6.058	3.892	11.580	174	8.488
(35.171)	(21.924)	(35.582)	(5.025)	(26.962)
(34.836)	(21.587)	(36.938)	(3.759)	(26.600)
(335)	(337)	1.356	(1.266)	(362)
(35.171)	(21.924)	(35.582)	(5.025)	(26.962)

²⁶ A partir de 2014, o valor do ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de outras receitas (despesas), líquidas para custo dos produtos e serviços vendidos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Balço Patrimonial – Consolidado

ATIVO	R\$ milhões	
	31.12.2015	31.12.2014
Circulante	169.581	135.023
Caixa e equivalentes de caixa	97.845	44.239
Títulos e valores mobiliários	3.047	24.763
Contas a receber, líquidas	22.659	21.167
Estoques	29.057	30.457
Impostos e contribuições	10.732	10.123
Ativos classificados como mantidos para venda	595	13
Outros ativos circulantes	5.646	4.261
Não Circulante	730.554	658.352
Realizável a L. Prazo	74.879	50.104
Contas a receber, líquidas	14.327	12.834
Títulos e valores mobiliários	342	290
Depósitos judiciais	9.758	7.124
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.490	2.673
Impostos e contribuições	11.017	10.645
Adiantamento a fornecedores	6.395	6.398
Outros ativos realizáveis a longo prazo	9.550	10.140
Investimentos	13.772	15.282
Imobilizado	629.831	580.990
Intangível	12.072	11.976
Total do Ativo	900.135	793.375

PASSIVO	R\$ milhões	
	31.12.2015	31.12.2014
Circulante	111.572	82.659
Fornecedores	24.913	25.924
Financiamentos	57.382	31.565
Impostos e contribuições	13.549	11.453
Salários, férias, encargos e participações	5.085	5.489
Planos de pensão e saúde	2.556	2.115
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	488	-
Outras contas e despesas a pagar	7.599	6.113
Não Circulante	530.633	399.994
Financiamentos	435.467	319.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	906	8.052
Planos de pensão e saúde	47.618	43.803
Provisão para desmantelamento de áreas	35.728	21.958
Provisão para processos judiciais	8.776	4.091
Outras contas e despesas a pagar	2.138	2.620
Patrimônio Líquido	257.930	310.722
Capital Social realizado	205.432	205.432
Reservas de lucros e outras	49.299	103.416
Participação dos acionistas não controladores	3.199	1.874
Total do passivo	900.135	793.375

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado

Exercício			R\$ milhões		
2015	2014		4T-2015	3T-2015	4T-2014
(35.171)	(21.924)	Prejuízo do período	(35.582)	(5.025)	(26.962)
121.578	84.165	(+) Ajustes	60.856	26.841	41.936
38.574	30.677	Depreciação, depleção e amortização	11.569	9.461	8.808
30.784	8.461	Variações cambiais e monetárias e encargos sobre financiamentos e outras	7.961	10.952	2.954
797	(451)	Resultado de participações em investimentos	1.339	(200)	540
-	6.194	Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	-	-
3.641	5.555	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	3.075	542	1.392
		Resultado com alienações, baixas de ativos, áreas devolvidas e projetos cancelados	1.859	1.223	(3.025)
2.893	743				
(8.911)	(8.025)	Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(11.735)	(988)	(10.213)
4.921	5.048	Baixa de poços secos e/ou subcomerciais	1.503	1.755	786
47.676	44.636	Perda na recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	46.386	-	44.345
1.547	2.461	Ajuste ao valor de mercado dos estoques	664	844	1.349
6.388	4.773	Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	1.333	1.687	1.612
1.730	1.378	Variação dos estoques	2.573	1.811	1.189
(1.496)	(5.929)	Variação de contas a receber	(1.768)	616	(1.324)
(2.526)	(1.194)	Variação depósitos judiciais	(848)	266	(364)
(3.890)	(2.982)	Variação de fornecedores	(1.488)	54	(1.832)
(2.367)	(1.967)	Variação de planos de pensão e de saúde	(766)	(479)	(651)
2.716	(3.171)	Variação de impostos, taxas e contribuições	(1.218)	(2.058)	(2.883)
(899)	(2.042)	Variação de outros ativos e passivos	417	1.355	(747)
86.407	62.241	(=) Recursos gerados pelas atividades operacionais	25.274	21.816	14.974
(42.218)	(85.208)	(-) Recursos utilizados em atividades de investimento	(14.574)	(11.566)	(16.980)
(70.781)	(81.795)	Investimentos em área de negócios	(17.971)	(17.977)	(22.189)
2.592	9.399	Recebimentos pela venda de ativos (desinvestimentos)	1.967	13	8.043
25.971	(12.812)	Investimentos em títulos e valores mobiliários	1.430	6.398	(2.834)
44.189	(22.967)	(=) Fluxo de caixa líquido	10.700	10.250	(2.006)
(14.191)	26.149	(-) Recursos gerados pelas atividades de financiamento	(11.419)	(11.858)	(6.343)
56.158	72.871	Captações	6.109	12.577	3.823
(49.741)	(23.628)	Amortizações de principal	(12.014)	(18.281)	(6.334)
(20.851)	(14.109)	Amortizações de juros	(5.442)	(5.964)	(3.652)
-	(8.735)	Dividendos pagos a acionistas	-	-	14
243	(250)	Participação de acionistas não controladores	(72)	(190)	(194)
23.608	3.885	Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1.306)	20.312	2.964
53.606	7.067	(=) Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no período	(2.025)	18.704	(5.385)
44.239	37.172	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	99.870	81.166	49.624
97.845	44.239	Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	97.845	99.870	44.239

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS POR ÁREA DE NEGÓCIO

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – 2015

R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM.	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Receita de vendas	117.098	245.613	43.185	769	110.030	-	(195.057)	321.638
Intersegmentos	112.071	73.635	6.827	716	1.808	-	(195.057)	-
Terceiros	5.027	171.978	36.358	53	108.222	-	-	321.638
Custo dos produtos e serviços vendidos	(82.908)	(199.596)	(34.490)	(846)	(101.623)	-	196.401	(223.062)
Lucro bruto	34.190	46.017	8.695	(77)	8.407	-	1.344	98.576
Despesas	(52.128)	(20.579)	(7.878)	(346)	(9.656)	(21.076)	696	(110.967)
Vendas, gerais e administrativas	(2.128)	(8.112)	(2.752)	(102)	(8.204)	(6.330)	704	(26.924)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(6.467)	-	-	-	-	-	-	(6.467)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(499)	(386)	(169)	(30)	(4)	(936)	-	(2.024)
Tributárias	(552)	(2.488)	(1.295)	(6)	(244)	(4.653)	-	(9.238)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(38.292)	(6.399)	(2.507)	(181)	(297)	-	-	(47.676)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.190)	(3.194)	(1.155)	(27)	(907)	(9.157)	(8)	(18.638)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	(17.938)	25.438	817	(423)	(1.249)	(21.076)	2.040	(12.391)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(28.041)	-	(28.041)
Resultado de participações em investimentos	(1.145)	1.192	403	(687)	31	(591)	-	(797)
Participação nos lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(19.083)	26.630	1.220	(1.110)	(1.218)	(49.708)	2.040	(41.229)
Imposto de renda e contribuição social	6.099	(8.649)	(277)	144	425	9.010	(694)	6.058
Lucro líquido (prejuízo)	(12.984)	17.981	943	(966)	(793)	(40.698)	1.346	(35.171)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	(12.963)	18.034	423	(966)	(798)	(39.912)	1.346	(34.836)
Acionistas não controladores	(21)	(53)	520	-	5	(786)	-	(335)
	(12.984)	17.981	943	(966)	(793)	(40.698)	1.346	(35.171)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – 2014²⁷

R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM.	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Receita de vendas	160.706	268.539	43.213	624	110.178	-	(246.000)	337.260
Intersegmentos	155.380	83.319	4.088	560	2.653	-	(246.000)	-
Terceiros	5.326	185.220	39.125	64	107.525	-	-	337.260
Custo dos produtos e serviços vendidos	(87.475)	(277.281)	(36.853)	(728)	(101.680)	-	247.194	(256.823)
Lucro bruto	73.231	(8.742)	6.360	(104)	8.498	-	1.194	80.437
Despesas	(22.903)	(50.034)	(7.839)	(158)	(6.411)	(14.943)	529	(101.759)
Vendas, gerais e administrativas	(1.479)	(6.686)	(6.041)	(118)	(5.944)	(7.467)	538	(27.197)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(7.135)	-	-	-	-	-	-	(7.135)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.290)	(452)	(199)	(32)	(4)	(612)	-	(2.589)
Tributárias	(176)	(276)	(322)	(2)	(79)	(946)	-	(1.801)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(10.094)	(34.297)	(245)	-	-	-	-	(44.636)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(1.975)	(3.438)	(654)	-	(26)	(101)	-	(6.194)
Outras receitas (despesas), líquidas	(754)	(4.885)	(378)	(6)	(358)	(5.817)	(9)	(12.207)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	50.328	(58.776)	(1.479)	(262)	2.087	(14.943)	1.723	(21.322)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(3.900)	-	(3.900)
Resultado de participações em investimentos	(233)	301	492	(124)	11	4	-	451
Participação nos lucros ou resultados	(366)	(298)	(48)	(2)	(60)	(271)	-	(1.045)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	49.729	(58.773)	(1.035)	(388)	2.038	(19.110)	1.723	(25.816)
Imposto de renda e contribuição social	(17.659)	18.917	297	90	(698)	3.531	(586)	3.892
Lucro líquido (prejuízo)	32.070	(39.856)	(738)	(298)	1.340	(15.579)	1.137	(21.924)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	32.008	(39.836)	(785)	(298)	1.339	(15.152)	1.137	(21.587)
Acionistas não controladores	62	(20)	47	-	1	(427)	-	(337)
	32.070	(39.856)	(738)	(298)	1.340	(15.579)	1.137	(21.924)

²⁷ A partir de 2014, o valor do ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de outras receitas (despesas), líquidas para custo dos produtos e serviços vendidos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Demonstração do grupo de Outras Receitas (Despesas) – 2015

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM.	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
(Perdas)/Ganhos c/Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	(176)	(1.376)	(26)	-	(788)	(3.217)	-	(5.583)
Paradas não Programadas e Gastos Pré-Operacionais	(3.056)	(749)	(327)	-	-	(24)	-	(4.156)
Plano de Pensão e Saúde	-	-	-	-	-	(3.790)	-	(3.790)
Resultado c/Alienações/Baixas de Ativos	(893)	(219)	(654)	(7)	13	(100)	-	(1.860)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(61)	(54)	(5)	-	(205)	(1.076)	-	(1.401)
Perdas s/Multas Aplicadas	(51)	(354)	(6)	-	-	(795)	-	(1.206)
Devolução de Campos e Projetos Cancelados de E&P	(1.033)	-	-	-	-	-	-	(1.033)
Resultado das Revisões Anuais de Estimativa de Abandono	(550)	-	-	-	-	-	-	(550)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário	(100)	(65)	(126)	(18)	(91)	(17)	-	(417)
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(64)	(67)	(23)	(1)	(2)	(157)	-	(314)
Despesas c/Provisão de Distratos	-	(45)	(103)	-	-	-	-	(148)
Subvenções e Assistências Governamentais	18	27	7	-	-	10	-	62
Ressarcimento de Gastos Adicionais Capitalizados Indevidamente	-	-	-	-	-	230	-	230
Gastos/Ressarcimentos c/Operações em Parcerias de E&P	1.863	-	-	-	-	-	-	1.863
Outros	(87)	(292)	108	(1)	166	(221)	(8)	(335)
	(4.190)	(3.194)	(1.155)	(27)	(907)	(9.157)	(8)	(18.638)

Demonstração do grupo de Outras Receitas (Despesas) – 2014²⁸

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM.	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
(Perdas)/Ganhos c/Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	251	(226)	-	(1)	(120)	(584)	-	(480)
Paradas não Programadas e Gastos Pré-Operacionais	(1.950)	(283)	(293)	-	-	(39)	-	(2.565)
Plano de Pensão e Saúde	-	-	-	-	-	(2.438)	-	(2.438)
Resultado c/Alienações/Baixas de Ativos	3.135	(3.402)	80	(1)	45	10	-	(133)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(118)	(77)	(11)	-	(197)	(1.339)	-	(1.742)
Perdas s/Multas Aplicadas	(8)	(2)	(40)	-	-	(397)	-	(447)
Devolução de Campos e Projetos Cancelados de E&P	(610)	-	-	-	-	-	-	(610)
Resultado das Revisões Anuais de Estimativa de Abandono	(1.128)	-	-	-	-	-	-	(1.128)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário	(983)	(497)	(152)	(10)	(158)	(643)	-	(2.443)
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(69)	(65)	(23)	(1)	(2)	(176)	-	(336)
Subvenções e Assistências Governamentais	23	77	17	-	-	22	-	139
Gastos/Ressarcimentos c/Operações em Parcerias de E&P	855	-	-	-	-	-	-	855
Acordos Coletivos de Trabalho	(394)	(219)	(40)	-	(58)	(291)	-	(1.002)
Outros	242	(191)	84	7	132	(142)	(9)	123
	(754)	(4.885)	(378)	(6)	(358)	(5.817)	(9)	(12.207)

Ativo Consolidado por Área de Negócio – 31.12.2015

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM.	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Ativo	483.396	177.631	76.023	1.885	20.588	154.065	(13.453)	900.135
Circulante	14.215	35.247	10.398	176	8.979	112.715	(12.149)	169.581
Não circulante	469.181	142.384	65.625	1.709	11.609	41.350	(1.304)	730.554
Realizável a longo prazo	25.250	9.309	5.303	12	3.355	32.792	(1.142)	74.879
Investimentos	7.054	3.431	1.781	1.339	134	33	-	13.772
Imobilizado	428.447	128.982	57.300	358	7.296	7.610	(162)	629.831
Em operação	310.761	112.470	47.611	317	6.175	5.798	(162)	482.970
Em construção	117.686	16.512	9.689	41	1.121	1.812	-	146.861
Intangível	8.430	662	1.241	-	824	915	-	12.072

Ativo Consolidado por Área de Negócio – 31.12.2014

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM.	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Ativo	428.010	189.854	76.606	2.947	21.677	89.278	(14.997)	793.375
Circulante	17.864	41.147	11.114	173	10.323	64.293	(9.892)	135.023
Não circulante	410.146	148.707	65.491	2.774	11.354	24.985	(5.105)	658.352
Realizável a longo prazo	22.112	9.607	3.780	8	3.349	16.185	(4.938)	50.104
Investimentos	6.030	4.876	1.658	2.221	111	386	-	15.282
Imobilizado	373.412	133.533	59.068	545	7.134	7.465	(167)	580.990
Em operação	271.293	109.910	47.741	502	5.462	5.622	(167)	440.363
Em construção	102.119	23.623	11.327	43	1.672	1.843	-	140.627
Intangível	8.591	690	986	-	760	949	-	11.976

²⁸ A partir de 2014, o valor do ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de outras despesas receitas (despesas), líquidas para custo dos produtos e serviços vendidos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Demonstração Consolidada do EBITDA Ajustado por Área de Negócio – 2015

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM.	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo)	(12.984)	17.981	943	(966)	(793)	(40.698)	1.346	(35.171)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	28.041	-	28.041
Imposto de renda/Contribuição social	(6.099)	8.649	277	(144)	(425)	(9.010)	694	(6.058)
Depreciação, depleção e amortização	26.563	7.525	2.962	29	597	898	-	38.574
EBITDA	7.480	34.155	4.182	(1.081)	(621)	(20.769)	2.040	25.386
Participação em investimentos	1.145	(1.192)	(403)	687	(31)	591	-	797
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	38.292	6.399	2.507	181	297	-	-	47.676
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA ajustado	46.917	39.362	6.286	(213)	(355)	(20.178)	2.040	73.859

Demonstração Consolidada do EBITDA Ajustado por Área de Negócio – 2014

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM.	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo)	32.070	(39.856)	(738)	(298)	1.340	(15.579)	1.137	(21.924)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	3.900	-	3.900
Imposto de renda/Contribuição social	17.659	(18.917)	(297)	(90)	698	(3.531)	586	(3.892)
Depreciação, depleção e amortização	20.151	7.033	2.033	30	490	940	-	30.677
EBITDA	69.880	(51.740)	998	(358)	2.528	(14.270)	1.723	8.761
Participação em investimentos	233	(301)	(492)	124	(11)	(4)	-	(451)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	10.094	34.297	245	-	-	-	-	44.636
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	1.975	3.438	654	-	26	101	-	6.194
EBITDA ajustado	82.182	(14.306)	1.405	(234)	2.543	(14.173)	1.723	59.140

APÊNDICE

1. Impairment de ativos

Ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC)	R\$ milhões			Segmento
	2015	2014	Variação	
Campos de produção de óleo e gás no Brasil (diversas UGCs)	33.722	4.149	29.573	E&P, Brasil
Comperj	5.281	21.833	(16.552)	Abastecimento, Brasil
Campos de produção de óleo e gás no exterior	2.462	4.429	(1.967)	E&P, Exterior
Equipamentos vinculados à produção de óleo e gás e perfuração de poços	1.978	1.424	554	E&P, Brasil
UFN III	1.955	-	1.955	Gás e Energia, Brasil
Complexo Petroquímico Suape	782	2.978	(2.196)	Abastecimento, Brasil
UFN V	585	-	585	Gás e Energia, Brasil
Usinas de Biocombustível	181	-	181	Biocombustíveis, Brasil
2º trem de refino da RNEST	-	9.143	(9.143)	Abastecimento, Brasil
Refinaria Nansei Seikiyu K.K. (Japão)	-	343	(343)	Abastecimento, Exterior
Outros	730	337	393	Diversos
Total	47.676	44.636	3.040	

Explicações detalhadas sobre *impairment* de ativos estão disponíveis na nota explicativa 14 das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Petrobras.

2. Reconciliação do EBITDA Ajustado

Exercício				4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 X 2014 (%)					
(35.171)	(21.924)	(60)	Prejuízo	(35.582)	(5.025)	(608)	(26.962)
28.041	3.900	619	Resultado Financeiro Líquido	4.928	11.444	(57)	1.814
(6.058)	(3.892)	(56)	Imposto de renda e contribuição social	(11.580)	(174)	(6.555)	(8.488)
38.574	30.677	26	Depreciação, depleção e amortização	11.569	9.461	22	8.808
25.386	8.761	190	EBITDA	(30.665)	15.706	(295)	(24.828)
797	(451)	277	Resultado de participações em investimentos	1.339	(200)	770	540
47.676	44.636	7	Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	46.390	-	-	44.345
-	6.194	(100)	Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	-	-	-
73.859	59.140	25	EBITDA ajustado	17.064	15.506	10	20.057
23	18	5	Margem do EBITDA ajustado (%) ²⁹	20	19	1	24

A Companhia divulga o EBITDA ajustado conforme Instrução CVM n.º 527 de 4 de outubro de 2012, calculado como sendo o resultado líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, além da participação em investimentos e do *impairment*.

A divulgação do EBITDA ajustado tem como objetivo proporcionar informação suplementar sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, de realização e manutenção de seus investimentos e de cobrir sua necessidade de capital de giro. O EBITDA ajustado não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Especificamente em 2014, a Companhia optou por não incluir a *baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente* no cálculo do EBITDA ajustado, por entender que este item não afeta a geração futura de caixa, assim como a posição atual de caixa da Companhia, contribuindo, dessa forma, para o fornecimento de uma informação mais adequada a respeito de seu potencial de geração bruta de caixa.

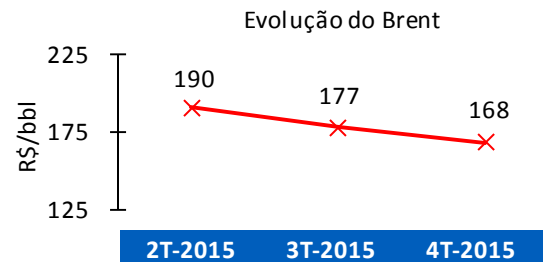
²⁹ A Margem do EBITDA ajustado é igual ao EBITDA ajustado dividido pela receita de vendas.

APÊNDICE

3. Efeito custo médio no CPV (R\$ milhões)

Em função do período de permanência dos produtos nos estoques, de 60 dias em média, o comportamento das cotações internacionais do petróleo e derivados, bem como do câmbio, sobre as importações e as participações governamentais, não influenciam integralmente o custo das vendas do período, vindo a ocorrer por completo apenas no período subsequente. O quadro abaixo demonstra a estimativa dos efeitos no custo das vendas:

	R\$ milhões		
	3T-2015	4T-2015	Δ *
Efeito custo médio no CPV*	28	(369)	(396)



* O CPV do 4T-2015 foi influenciado negativamente pelo efeito do custo médio dos estoques, diferentemente do trimestre anterior.

() O valor expresso entre parênteses representa o efeito negativo sobre o CPV.

4. Participações Governamentais

				R\$ milhões			
Exercício				4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
2015	2014	2015 x 2014 (%)	País				
11.080	15.474	(28)	Royalties	2.608	2.846	(8)	3.385
7.488	14.803	(49)	Participação Especial	999	2.132	(53)	3.080
166	164	1	Retenção de área	39	43	(9)	40
18.734	30.441	(38)	Subtotal País	3.646	5.021	(27)	6.505
1.078	1.148	(6)	Exterior	354	276	28	257
19.812	31.589	(37)	Total	4.000	5.297	(24)	6.762

(2015 x 2014): A redução nas participações governamentais, no país, em 38%, deve-se, principalmente às menores cotações internacionais de petróleo. Esses fatores foram parcialmente compensados pelo aumento na produção.

(4T-2015 x 3T-2015): A redução nas participações governamentais, no país, em 27%, deve-se, principalmente às menores cotações internacionais de petróleo e à queda da produção.

APÊNDICE

5. Hedge Fluxo de Caixa sobre exportações

Exercício			R\$ milhões				
2015	2014	2015 x 2014 (%)		4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
(73.014)	(13.257)	(451)	Varição Monetária e Cambial Total	6.052	(54.673)	111	(10.166)
68.739	15.641	339	Varição Cambial Diferida registrada no Patrimônio Líquido	(3.847)	49.628	(108)	10.185
(7.088)	(1.663)	(326)	Reclassificação do Patrimônio Líquido para o resultado	(2.895)	(1.862)	(55)	(611)
(11.363)	721	(1.676)	Varição Monetária e Cambial, Líquidas	(690)	(6.907)	90	(592)

O aumento da reclassificação da despesa de variação cambial do patrimônio líquido para o resultado no 4T-2015 (R\$ 2.895 milhões) em relação ao 3T-2015 (R\$ 1.862 milhões) refletiu as realizações de exportações, protegidas por dívidas em dólares, com maior *spread* de taxa de câmbio (R\$/US\$) entre as datas iniciais das designações e as datas das respectivas exportações.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 é a demonstrada a seguir:

	R\$ milhões									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	Total
Expectativa de realização	(10.708)	(12.357)	(12.795)	(11.325)	(9.516)	(9.188)	(9.413)	(6.630)	(6.387)	(88.319)

APÊNDICE

6. Ativos e Passivos sujeitos à variação cambial

A Companhia possui ativos e passivos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, cujas principais exposições brutas são do real em relação ao dólar norte-americano e do dólar norte-americano em relação ao euro. A partir de meados de maio de 2013 a Companhia estendeu a contabilidade de *hedge* para proteção de exportações futuras altamente prováveis.

A Companhia designa relações de *hedge* entre exportações e obrigações em dólares norte-americanos para que os efeitos da proteção cambial natural existentes entre essas operações sejam reconhecidas simultaneamente nas demonstrações contábeis. Com a extensão da contabilidade de *hedge*, ganhos ou perdas provocados por variações cambiais são acumulados no patrimônio líquido, somente afetando o resultado na medida em que as exportações são realizadas.

Os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de empresas controladas no exterior não são inseridos na exposição abaixo, quando realizados em moedas equivalentes às suas respectivas moedas funcionais.

Em 31 de dezembro de 2015, a exposição cambial líquida da Companhia é passiva.

ITENS	R\$ milhões	
	31.12.2015	31.12.2014
Ativo	67.040	30.600
Passivo	(350.695)	(222.279)
Hedge Accounting	240.222	135.088
Total	(43.433)	(56.591)

SEGREGAÇÃO POR MOEDA	R\$ milhões	
	31.12.2015	31.12.2014
Real/ Dólar	2.881	(20.844)
Real/ Euro	(8.687)	(6.860)
Real/ Libra esterlina	(73)	(1.919)
Dólar/ Iene japonês	(2.180)	(1.728)
Dólar/ Euro	(24.988)	(18.562)
Dólar/ Libra esterlina	(10.241)	(5.376)
Peso/ Dólar	(145)	(1.302)
Total	(43.433)	(56.591)

VARIAÇÃO DAS PRINCIPAIS MOEDAS 2014/2015	%
Real x Dólar	desvalorização do real em 47,01%
Real x Euro	desvalorização do real em 31,71%
Dólar x Euro	valorização do dólar em 10,40%
Dólar x Libra	valorização do dólar em 4,91%

7. Estimativa do efeito cambial

Itens de resultado, patrimônio e indicadores	Efeito	
Lucro líquido (Prejuízo) - Acionistas Petrobras	Redução	17.462
EBITDA ajustado	Redução	11.591
Disponibilidades no exterior	Aumento	27.324
Financiamentos em moeda estrangeira	Aumento	132.238
Patrimônio líquido	Redução	34.528
Endividamento líquido / EBITDA ajustado	Aumento	1,95X
Alavancagem	Aumento	10,5pp

APÊNDICE

8. Itens especiais

Período Jan - Dez		R\$ milhões				
2015	2014		4T-2015	3T-2015	4T-2014	
(49.748)	(44.636)	Impairment de ativos e de investimentos	Diversos	(48.295)	-	(44.345)
(7.617)	-	REFIS	Diversos	(116)	(3.128)	-
(3.746)	2.683	(Perdas)/Ganhos com contingências judiciais	Diversos	(1.885)	(1.861)	-
(1.876)	(4.511)	Perdas com recebíveis do setor elétrico	Despesa de vendas	(2.509)	(492)	(755)
(1.296)	-	Programas de Anistias Estaduais / PRORELIT	Diversos	(428)	(348)	-
(417)	(2.443)	Programa de incentivo ao desligamento voluntário	Outras receitas (despesas)	(307)	(29)	12
-	(6.194)	Baixa de gastos adicionais capitalizados				
-	(2.825)	indevidamente	Linha própria	-	-	-
230	-	Baixa das refinarias Premium I e II	Outras receitas (despesas)	-	-	(118)
464	4.302	Ressarcimento de valores - Operação Lava Jato	Outras receitas (despesas)	-	73	-
		Ganhos/(Perdas) com alienação de ativos	Outras receitas (despesas)	-	-	3.431
(64.006)	(53.624)	Total		(53.540)	(5.785)	(41.775)

Detalhamento do efeito do impairment de ativos e de investimentos nos diversos itens de resultado:

(47.676)	(44.636)	Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(46.390)	-	(44.345)
(2.072)	-	Resultado de participações em investimentos	(1.905)	-	-
(49.748)	(44.636)	Impairment de ativos e de investimentos	(48.295)	-	(44.345)

Detalhamento do efeito da adesão ao REFIS nos diversos itens do resultado:

(5.090)	-	Despesas tributárias	(63)	(1.954)	-
(2.527)	-	Despesas financeiras - Juros	(53)	(1.174)	-
(7.617)	-	REFIS	(116)	(3.128)	-

Detalhamento do efeito das (perdas)/ganhos com contingências judiciais nos diversos itens do resultado:

(3.746)	1.326	Outras receitas (despesas)	(1.885)	(1.861)	-
-	1.357	Variações monetárias e cambiais - Atualização monetária	-	-	-
(3.746)	2.683	(Perdas)/Ganhos com contingências judiciais	(1.885)	(1.861)	-

Detalhamento do efeito dos Programas de Anistias Estaduais e do Programa de Redução de Litígios Tributários (PRORELIT) nos diversos itens do resultado:

(1.074)	-	Despesas tributárias	(308)	(325)	-
(222)	-	Despesas financeiras - Juros	(120)	(23)	-
(1.296)	-	Programas de Anistias Estaduais / PRORELIT	(428)	(348)	-

No julgamento da Administração, os itens especiais apresentados acima, embora relacionados aos negócios da Companhia, foram destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado. Tais itens não ocorrem necessariamente em todos os períodos, sendo divulgados quando relevantes.

APÊNDICE

9. Informações por atividade no exterior

Demonstração do Resultado - Jan-Dez 2015

Receita de vendas
Intersegmentos
Terceiros
Lucro Bruto
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras

EBITDA Ajustado

Demonstração do Resultado - Jan-Dez 2014

Receita de vendas
Intersegmentos
Terceiros
Lucro Bruto
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras

EBITDA Ajustado

Ativo em 31.12.2015

Ativo em 31.12.2014

Exercício			Atividades de Exploração e Produção ^(*)	R\$ milhões			
2015	2014	2015 x 2014 (%)		E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
69	85	(19)	Produção no exterior consolidada	6.175	15.340	1.849	13.714
91	93	(2)	Petróleo e LGN	3.224	6.890	109	5
160	178	(10)	Total	1.866	607	333	1.207
30	31	(3)	Produção no exterior não consolidada	(2.680)	(287)	247	254
190	209	(9)	Produção total no exterior	(3.562)	(246)	354	220
8,03	8,98	(11)	Lifting Cost - Exterior (US\$/barril)	1.722	(71)	316	379
55,99	82,93	(32)	Preço de venda - Internacional	R\$ milhões			
22,62	21,18	7	Petróleo (US\$/bbl)	7.022	17.313	1.151	12.168
			Gás natural (US\$/bbl)	2.903	3.584	79	5
				4.119	13.729	1.072	12.163
				1.969	(668)	219	934
				147	(1.403)	167	222
				(1.395)	(1.210)	213	182
				6.628	(904)	196	304
				R\$ milhões			
				E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
				31.683	5.459	1.577	3.057
				25.557	4.944	1.255	2.497
				R\$ milhões			
				E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
				68	69	(1)	75
				95	90	6	90
				163	159	3	165
				29	29	-	31
				192	188	2	196
				8,90	7,21	23	10,40
				49,28	55,69	(12)	73,66
				19,80	25,84	(23)	22,26
				R\$ milhões			
				4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
				146	146	-	149
				152	150	1	157
				230	230	-	230
				61	60	1	64
				4,09	4,03	1	5,25
				R\$ milhões			
				4T-2015	3T-2015	4T15 X 3T15 (%)	4T-2014
				138	163	(15)	149
				149	175	(15)	157
				230	230	-	230
				58	69	(11)	64
				4,03	4,14	(3)	5,25

(*) Não auditado pelo auditor independente.

DOC. 35

**Fundo de Investimento em
Participações Sondas**
CNPJ nº 13.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Relatório sobre as demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2015

Fundo de Investimento em Participações Sondas
(CNPJ: 12.396.426/0001-95)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações
em 30 de setembro de 2015
(Em milhares de reais)

<u>Aplicações/especificações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor atual</u>	<u>% sobre o patrimônio líquido</u>
Disponibilidades		<u>1</u>	<u>-</u>
Banco conta movimento		1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		<u>77</u>	<u>-</u>
Letras do Tesouro Nacional	81	77	-
Ações de empresas sem negociação em bolsa		<u>6.862.751</u>	<u>100,02</u>
Sete Brasil Participações S.A.	7.838.925	6.862.751	100,02
Valores a receber		<u>2</u>	<u>-</u>
Outros		2	-
Total do ativo		<u>6.862.831</u>	<u>100,02</u>
Valores a pagar		<u>1.396</u>	<u>0,02</u>
Taxa de administração		1.317	0,02
Auditoria e custódia		79	-
Patrimônio líquido		<u>6.861.435</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.862.831</u>	<u>100,02</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Sondas
(CNPJ: 12.396.426/0001-95)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Patrimônio líquido no início do semestre

Representado por 7.801.598.587,000 cotas a R\$ 0,880254 cada 6.867.388

Cotas emitidas no semestre

1.208.959,000 cotas 1.209

Patrimônio líquido antes do resultado do semestre 6.868.597

Resultados do semestre

Receitas 1.208

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez 133

Reversão provisão Cetip/Selic 18

Outros 1.057

Despesas (8.370)

Taxa de administração (7.898)

Assessoria jurídica e outras (88)

Auditoria e custódia (358)

Taxa de fiscalização CVM (22)

Despesas diversas (4)

Resultado do semestre -7.162

Patrimônio líquido no final do semestre

Representado por 7.802.807.546,000 cotas a R\$ 0,8793545 cada 6.861.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Participações Sondas foi constituído em 07 de agosto de 2010 sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, e o registro de funcionamento foi concedido pela CVM por meio do Ofício/CVM/SIN/GIE/No.85/2011, datado de 07 de janeiro de 2011. As operações do Fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 (vinte) anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas do fundo, sendo que os primeiros 10 (dez) anos corresponderão ao período de investimento, e os 10 (dez) anos seguintes ao período de desinvestimento.

O objetivo do Fundo é receber recursos de investidores qualificados, que conheçam e concordem com a política de investimento, especialmente quanto aos riscos inerentes ao investimento, para aquisição de até 95% das ações ordinárias da companhia alvo, Sete Brasil Participações S.A., e proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio do investimento.

O Fundo participará do processo decisório da companhia alvo, seja por meio da indicação de membros para o conselho de administração, da detenção de ações que integrem o bloco de controle da companhia alvo, da celebração de acordo de acionistas ou, ainda, para celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da companhia alvo.

O Fundo tem a seguinte política de investimento, a ser observada pela Administradora:

- (i) Até 100% da carteira poderá ser representada por títulos e valores mobiliários emitidos pela companhia alvo.
- (ii) O saldo de caixa do Fundo, que não for investido em títulos e valores mobiliários de emissão da companhia alvo, até o limite de 1% do capital comprometido, só poderá ser investido em títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil ou de instituição financeira considerada por agência classificadora de risco em funcionamento no país como de baixo risco de crédito ou de instituição financeira de primeira linha. Para atendimento do limite estabelecido, admitir-se-á que as posições diárias do saldo de caixa superem o limite estabelecido, desde que a média, a cada 180 dias, obedeça ao percentual máximo de 1% do capital comprometido.

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

(iii) É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial, por meio de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do Fundo ou no qual haja conversão.

O capital comprometido é o valor correspondente à quantidade total de cotas às quais os cotistas do Fundo se comprometeram a subscrever e integralizar, constante do(s) respectivo(s) Compromisso(s) de Investimento.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – (FGC).

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações - FIP, previstas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especialmente pela Instrução CVM nº 391/03 e alterações posteriores.

As estimativas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e no julgamento da Administradora para a determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas pelo Fundo foram as seguintes:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras do mercado.

c. Ações sem negociação em bolsa

Ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição atualizado de acordo com os seguintes critérios: (i) pelo preço de emissão adotado em aumento de capital subsequente ao investimento realizado pelo Fundo, no qual terceiros tenham adquirido participação igual ou superior a 10% do capital da companhia Alvo; (ii) pelo preço fixado em negociação de participação que represente, no mínimo, 10% do capital da companhia alvo na qual, pelo menos, 10% tenham sido adquiridos por terceiros; (iii) caso seja aprovado pelo Comitê de Investimentos do Fundo, pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006; e (iv) eventos de baixa parcial e baixa total.

Na 28ª Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas (“AGC”) realizada em 06 de setembro de 2013 foi aprovada a adoção do critério indicado no item “iii” acima, sendo as ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado objeto de reavaliação econômica ao menos 1 (uma) vez ao ano. As reavaliações econômicas poderão ser realizadas em prazo inferior a 1 (um) ano, por recomendação da Administradora, desde que ocorra operação societária relevante ou alteração significativa nas premissas que embasaram a última avaliação econômica.

Em função da deliberação da AGC, a prática contábil adotada para avaliação das ações da Companhia Alvo passou de custo de aquisição para valor econômico.

Com exceção ao disposto acima, a Administradora, em qualquer hipótese, deverá ajustar a avaliação dos ativos componentes da carteira do Fundo, sempre que houver indicação de perdas prováveis na realização do seu valor, devendo comunicar previamente aos cotistas do Fundo.

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

4 Investimentos em ações sem cotação em bolsa

A Sete Brasil Participações S.A. (“Companhia” ou “Sete Brasil”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 22 de dezembro de 2010 com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente “o grupo”) foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleo em regiões recém descobertas.

O Objetivo da Companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

As demonstrações financeiras em 31 de março de 2015 da Companhia foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de maio de 2015, com ênfases chamando atenção para (i) Nota 1 dessas demonstrações financeiras que descrevem que a Companhia apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do período no montante de R\$ 17.442 milhões, os quais incluem empréstimos de curto prazo vencidos e não liquidados em 31 de março de 2015 no montante de R\$ 8.957 milhões, dos quais o montante de R\$ 804 milhões obteve notificação de *default*, portanto, declarado vencido e exigível. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. Os planos da administração para obtenção de recursos de longo prazo e outras medidas para saneamento da situação financeira e patrimonial da Companhia estão descritos na referida Nota 1; e (ii) Nota 19 dessas demonstrações financeiras da Companhia, que descreve os reflexos da investigação denominada “Operação Lava Jato” na Companhia.

Diante da impossibilidade em se concluir a captação do financiamento de longo prazo como idealizado inicialmente, a Companhia iniciou negociações com os atuais credores, fornecedores e parceiros comerciais de forma a viabilizar uma solução para a continuidade do projeto de construção e afretamento de sondas.

Em 31 de março de 2015, como parte do processo de reestruturação financeira, a Companhia celebrou um acordo por meio do “Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer” (Instrumento de *Standstill*) com seus

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

credores de curto e longo prazo. Com esse acordo todos credores não poderão tomar qualquer medida ou exercer qualquer direito decorrente das dívidas atualmente existentes contra a Companhia ou suas subsidiárias (inclusive, por exemplo, a execução de dívidas).

Em 14 de maio de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas a apresentação aos credores do plano de reestruturação que visa permitir que se supere a atual retração de crédito por meio da adequação do plano de investimentos da Companhia, o qual contempla a possibilidade de reavaliação do número de sondas e contratos atuais. O referido plano considera uma redução das atuais 29 sondas ora em construção.

Evolução do investimento do Fundo na Sete Brasil Participações S.A.

A primeira aquisição de participação, por meio da qual o Fundo subscreveu 90 ações ordinárias da Companhia cuja integralização ocorreu em 11 de maio de 2011, no valor de R\$ 0,09, correspondente a uma participação equivalente a 90% do patrimônio líquido da Companhia.

Em 1º de abril de 2011 foi subscrito o montante de R\$ 17.999 na Companhia mediante a emissão de 17.999.910 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo integralizadas em moeda corrente nacional, R\$ 1.799 em 11 de maio de 2011 e R\$ 16.200 em 29 de junho de 2011.

Em 18 de julho de 2011 foi subscrito o montante de R\$ 24.750 na Companhia mediante a emissão de 24.750.910 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em 01 de agosto de 2011, quando o Fundo passou a deter uma participação de 95% do patrimônio líquido da Companhia.

Em 11 de agosto de 2011 foi subscrito o montante de R\$ 42.750 na Companhia mediante a emissão de 42.750.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em 25 de agosto de 2011.

Em 17 de outubro de 2011 foi subscrito o montante de R\$ 228.000 na Companhia mediante a emissão de 228.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas nas datas e montantes abaixo apresentadas:

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

Data da integralização	Quantidade ações integralizadas	Montante integralizado (R\$)
11/11/2011	114.000.000	114.000
28/12/2011	57.000.000	57.000
14/02/2012	19.000.000	19.000
12/04/2012	38.000.000	38.000

Em 19 de abril de 2012 foi subscrito o montante de R\$ 219.450 na Companhia mediante a emissão de 219.450.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em 07 e 08 de maio de 2012, nos montantes de R\$ 208.478 e R\$ 10.972, respectivamente.

Em 31 de julho de 2012 foi subscrito o montante de R\$ 817.000 na Companhia mediante a emissão de 817.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em até o dia 13 de agosto de 2012.

Em 31 de agosto de 2012 foi subscrito ainda o montante de R\$ 570.000 na Companhia mediante a emissão de 570.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em até o dia 03 de setembro de 2012 e 17 de setembro de 2012, nos montantes de R\$ 285.000 e R\$ 285.000, respectivamente.

Em 10 de maio de 2013 foi subscrito o montante de R\$ 483.075 na Companhia mediante a emissão de 483.075.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em 13 de maio de 2013.

Em 26 de março de 2014 foi subscrito o montante de R\$ 475.000 na Companhia mediante a emissão de 475.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em 17 de abril de 2014.

Em 05 de maio de 2014 foi subscrito o montante de R\$ 760.000 na Companhia mediante a emissão de 760.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em 13 de maio de 2014.

Em 23 de maio de 2014 foi subscrito o montante de R\$ 380.000 na Companhia mediante a emissão de 380.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

corrente nacional em 12 de junho de 2014.

Em 14 de agosto de 2014 foi subscrito o montante de R\$ 280.250 na Companhia mediante a emissão de 280.250.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em 15 e 19 de agosto de 2014.

Em 28 de agosto de 2014 foi subscrito o montante de R\$ 437.000 na Companhia mediante a emissão de 437.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional em 28 e 29 de agosto de 2014.

Em 17 de outubro de 2014 foi subscrito o montante de R\$ 3.103.650 na Companhia mediante a emissão de 3.103.650.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional, conforme abaixo:

Data da integralização	Quantidade ações integralizadas	Montante integralizado (R\$)
17/10/2014	190.728.920	190.729
20/10/2014	75.260.073	75.260
21/10/2014	16.365.261	16.365
22/10/2014	12.610.119	12.610
23/10/2014	63.185.627	63.186
14/11/2014	348.650.000	348.650
11/12/2014	608.000.000	608.000
09/01/2015	1.788.850.000	1.788.850

As ações da Companhia na carteira do Fundo estão avaliadas pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, por meio do laudo de avaliação econômico-financeira das ações da Companhia datado em 31 de março de 2015, por R\$ 6.862.750, gerando uma perda de R\$ 2.816.150, registrada no resultado na rubrica “Ajuste a valor justo das ações da companhia investida”.

Em 31 de março de 2014, o investimento do Fundo na Companhia Alvo foi avaliado ao valor econômico de R\$ 4.243.000, gerando um ganho de R\$ 1.839.975, registrado no resultado na rubrica “Ajuste a valor justo das ações da companhia investida”.

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 9.115.784,

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições de emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização, observado o disposto no plano de negócio da Companhia.

O regulamento vigente do Fundo, datado em 27 de dezembro de 2013, determina que o Comitê de Investimento terá como competência deliberar sobre quaisquer matérias relativas à Companhia.

5 Emissão, integralização, distribuição e amortização das cotas

O patrimônio previsto para o Fundo é de até R\$ 9.000.000.

A primeira distribuição de cotas de emissão do Fundo foi de, no mínimo, R\$ 1.700.000 e, no máximo, R\$ 4.000.000, sendo certo que o valor unitário por cota a ser utilizado para a primeira subscrição e integralização é de R\$ 1,00. Essa primeira emissão, iniciada em 30 de março de 2011, foi encerrada em 28 de dezembro de 2011, com a subscrição de R\$ 1.822.105 ao preço unitário de R\$ 1,00. No dia 31 de março de 2011 foi realizada a integralização inicial do valor de R\$ 1.800 a R\$ 1,00, cada, nos termos dos respectivos Boletins de Subscrição e Integralização, em moeda corrente nacional.

No exercício findo em 31 de março de 2012 foram integralizadas 278.772.987 cotas a R\$ 1,00, tendo permanecido pendente 1.541.532.277 cotas.

Em 29 de março de 2012 foi aprovada a 2ª emissão de cotas do Fundo, no montante total de R\$ 6.077.890, incluindo a taxa de ingresso escalonada entre R\$ 0,008 e R\$ 0,025 por cota, sendo certo que o valor unitário da cota a ser utilizado para subscrição e integralização será de R\$ 1,00. A oferta pública de distribuição de cotas foi realizada com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476/09, com dispensa de registro na CVM, iniciada em 30 de abril de 2012 e encerrada em 18 de fevereiro de 2013.

No exercício findo em 31 de março de 2013 foram integralizadas as cotas correspondentes a R\$ 1.656.893, da 1ª e da 2ª emissão, sendo R\$ 15.513 relativos à taxa de ingresso.

No exercício findo em 31 de março de 2014 foram integralizadas 486.883.213,220 cotas correspondentes ao montante de R\$ 495.131, sendo R\$ 8.248 relativos à taxa de ingresso.

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

No exercício findo em 31 de março de 2015 foram integralizadas 5.392.762.301 cotas correspondentes ao montante de R\$ 5.454.850, sendo R\$ 62.088 relativos à taxa de ingresso.

Em 31 de março de 2015 o investimento do Fundo na Companhia Alvo foi avaliado ao valor justo de R\$ 6.862.750 gerando uma perda de R\$ 2.816.150 registrada no resultado na rubrica “Ajuste a valor justo das ações da companhia investida”.

No semestre findo em 30 de setembro de 2015 foram integralizadas 1.208.959 cotas correspondentes ao montante de R\$ 2.265, sendo R\$ 1.056 relativos à taxa de ingresso.

A Administradora somente solicitará chamadas de capital na medida em que for necessário para fazer com que a Companhia dê cumprimento ao seu plano de negócio, aprovado conforme o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, e/ou ao pagamento de despesas e encargos do Fundo, o qual deverá prever o cronograma de aportes necessários ao cumprimento das obrigações assumidas para implementação do projeto.

Desde que dentro do capital comprometido, os cotistas estão isentos de pagamento de qualquer comissão e não será cobrada taxa de ingresso, de saída ou de performance, exceto em emissões adicionais de cotas, quando incidirá taxa de ingresso.

As amortizações de cotas serão realizadas no prazo de 5 dias contados da data em que os recursos forem recebidos. O pagamento das amortizações poderá ser efetuado (i) em espécie, por meio de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente do cotista; ou (ii) em outras formas, que não em espécie, desde que aprovado tal procedimento em Assembleia Geral.

As cotas não são resgatadas, exceto quando da liquidação do Fundo.

Não houve amortizações de cotas no semestre findo em 30 de setembro de 2015.

6 Gerenciamento de riscos

Não obstante os cuidados a serem empregados pela Administradora na implantação da Política de Investimentos aqui descrita, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sujeitos a determinados riscos inerentes

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

ao setor de petróleo e gás, especificamente riscos relacionados à construção, ao financiamento e à operação dos ativos detidos pela companhia alvo, à avaliação e a operação desses ativos, além de aspectos ambientais, técnicos e de licenciamento relacionados. Os investidores devem levar em consideração os fatores de risco inerentes aos ativos que compõem a carteira do Fundo, descritos nos itens abaixo:

(a) Risco de Mercado

O valor dos ativos que integram ou que vierem a integrar a carteira do Fundo podem aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados da companhia alvo cujos valores mobiliários por ela emitidos compõem a carteira, sendo que em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados.

(b) Risco de Crédito

Consiste no risco dos emissores de valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

(c) Risco de Liquidez

O volume inicial de aplicações no Fundo e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo quotas de fundos fechados fazem prever que as quotas de emissão do Fundo poderão não apresentar liquidez satisfatória.

(d) Risco de Concentração

Consiste no risco do Fundo aplicar 100% do patrimônio líquido do Fundo em títulos e valores mobiliários de emissão da companhia alvo.

(e) Participação na Companhia Alvo

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

O Fundo participará do processo de tomada de decisões estratégicas da companhia alvo. O Fundo poderá estar sujeito ao pagamento de determinados passivos da companhia alvo, atribuídos ao Fundo, e desde que não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício das suas funções.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam no setor de petróleo e gás. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor.

7 Taxa de administração

Pela prestação de serviços de administração e gestão ao Fundo, a Administradora receberá, a partir da data da primeira integralização das cotas do Fundo uma taxa de administração nos termos abaixo:

- (a) durante o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo à Administradora corresponderá a 0,20% ao ano, incidente sobre o Capital Comprometido do Fundo; e
- (b) após o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo à Administradora corresponderá a 0,20% ao ano incidente sobre o patrimônio de referência do Fundo, entendido como Patrimônio Líquido, excluído os ajustes decorrentes da reavaliação de ativos e de transações societárias relevantes.

O Período de Investimento é o período de 10 anos a contar da data da primeira integralização de quotas de emissão do Fundo, durante o qual o Fundo deverá efetuar os investimentos e o Período de Desinvestimento é o período de 10 anos seguintes ao Período de Investimento, conforme definido no regulamento do Fundo.

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

A Taxa de Administração será provisionada diariamente, à base de 1/252 por dia, sobre (i) o Capital Comprometido do Fundo, durante o Período de Investimento; e (ii) o patrimônio líquido do Fundo, no dia útil imediatamente anterior, durante o Período de Desinvestimento, e será paga diretamente pelo Fundo à Administradora até o dia 5 do mês subsequente ao da prestação dos serviços de administração ou, caso o dia 5 não seja dia útil, ao dia útil subsequente.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º dia útil do mês imediatamente subsequente à data da primeira integralização de quotas do Fundo, e referido pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data de integralização e o último dia do mês em que tiver ocorrido a integralização.

No semestre a despesa de taxa de administração foi de R\$ 7.898.

8 Encargos e despesas debitadas ao fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do semestre findo em 30 de setembro de 2015 R\$ 6.863.686 é o seguinte:

	<u>30 de setembro de 2015</u>	
	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Taxa de administração	7.898	0,12
Outras despesas	473	-

9 Custódia

As ações da Sete Brasil Participações S.A. estão registradas no Livro Registro de Ações nominativas da própria empresa e as operações compromissadas estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

10 Transações com partes relacionadas

O Fundo mantém em 30 de setembro de 2015 um montante de R\$ 7.898 relativo

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

a taxa de administração, parte relacionada ao Fundo.

11 Legislação tributária

Nas amortizações ou no resgate final de cotas, a base de cálculo do imposto de renda será a diferença positiva entre o valor da amortização ou do resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de quinze por cento.

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciado, nos casos previstos na legislação em vigor.

12 Evolução do valor da cota e rentabilidade

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota no semestre findo em 30 de setembro de 2015 é a seguinte:

Data	Valor da cota	Rentabilidade
	R\$	(%)
Semestre findo em 30 de setembro de 2015	0,879354	(0,10)

A rentabilidade obtida pelo Fundo no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

13 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por um membro indicado por cada um dos cotistas e por um membro indicado pela administradora sem direito a voto.

O comitê de investimento tem como competência deliberar sobre quaisquer matérias relativas à companhia alvo, sendo certo que as suas decisões vincularão o voto do Fundo, com acionista, nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da companhia alvo e/ou dos conselheiros indicados pelo Fundo no Conselho de Administração da companhia alvo, conforme o caso. Há matérias especiais que prevê quórum absoluto que varia de 94% a maioria das quotas emitidas pelo Fundo, conforme disposto no acordo de quotistas.

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos

Fundo de Investimento em Participações Sondas
CNPJ nº 12.396.426/0001-95
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais (exceto as cotas)

direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo, visando o atendimento das normas Legais e Regulamentares. A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

16 Eventos Subsequentes

Em 09 de outubro de 2015 foi registrado na carteira do Fundo provisionamento por redução de valor recuperável decorrente de indicação de perdas prováveis na Sete Brasil Participações S.A., sem modificação do critério contábil, gerando uma perda de R\$ 3.476.874.

* * *

Adenivaldo Nunes de Almeida
CRC 1BA016576/O-5 T SP
Contador

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice-Presidente

DOC. 36



Internet Banking

SETE BRASIL PARTICIPACOES S.A.

Agência: 2263

Conta Corrente: 13-000526-0

Extrato

Período: 01/04/2016 a 27/04/2016

Data/Hora: 27/04/2016 às 11:06h

Data	Histórico	Docto.	Valor R\$	Saldo R\$
01/04/2016	SALDO ANTERIOR			10,00
01/04/2016	TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 13127015000167	000000	500.000,00	
01/04/2016	PAGAMENTO AUTORIZADO	886197	-5.144,81	
01/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310401	-1.003,88	
01/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310401	-2.768,58	
01/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310401	-3.813,65	
01/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310401	-122.030,89	
01/04/2016	APLICACAO EM FUNDO	000000	-365.238,19	10,00
04/04/2016	a DOC E RECEBIDO-TIT DISTINTA CARLOS H N BARBOSA	700025	327,35	
04/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310404	-110,90	
04/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030404	-289,20	
04/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310404	-372,04	
04/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310404	-677,56	
04/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310404	-1.968,52	
04/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310404	-2.146,23	
04/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030404	-2.815,50	
04/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030404	-2.962,57	
04/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310404	-6.675,58	
04/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310404	-36.044,26	
04/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030404	-70.387,50	
04/04/2016	RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	124.122,51	10,00
05/04/2016	TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 004.917.967-57	000000	327,35	
05/04/2016	TED RECEBIDA DIF TITULARIDADE STR 13127015000167	000000	1.000.000,00	
05/04/2016	DEPOSITO EM DINHEIRO NO CAIXA	141030	2.036,66	



05/04/2016	TAR PAGTO FORNEC DOC	496981	-9,00	
05/04/2016	TAR EMISSAO TED CIP PGTO FORNEC	496981	-162,00	
05/04/2016	TAR PAGTO FORNEC TIT BANESPA	496981	-2,50	
05/04/2016	TAR PAGTO FORNEC TIT OUTROS BANCOS	496981	-30,00	
05/04/2016	TAR PAGTO FORNEC CREDITO C/C	496981	-11,25	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-699,10	
05/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030405	-853,07	
05/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030405	-958,50	
05/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030405	-958,80	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-1.461,83	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-4.171,61	
05/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030405	-7.404,60	
05/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030405	-7.974,90	
05/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030405	-22.540,42	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-25.145,42	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-25.206,48	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-33.654,20	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-103.474,30	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-106.331,00	
05/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310405	-113.764,16	
05/04/2016	APLICACAO EM FUNDO	000000	-547.550,87	10,00
06/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030406	-2.162,30	
06/04/2016	PGTO A FORNECEDORES-MESMO TITULAR 2263.4901826981	010406	-31.885,17	
06/04/2016	RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	34.047,47	10,00
07/04/2016	PAGAMENTO AUTORIZADO	905883	-47.455,46	
07/04/2016	b DEPOSITO EM CHEQUE NO ATM	383587	1.018,33	
07/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030407	-50.341,14	
07/04/2016	PGTO A FORNECEDORES-MESMO TITULAR 2263.4901826981	010407	-286.590,80	
07/04/2016	RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	384.387,40	1.028,33
08/04/2016	TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 073.344.177-71	000000	1.233,66	



08/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030408	-932,28	
08/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030408	-1.076,64	
08/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030408	-5.191,86	
08/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030408	-83.408,85	
08/04/2016	RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	88.357,64	10,00
11/04/2016	PAGAMENTO AUTORIZADO	915805	-6.933,26	
11/04/2016	TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 655.274.105-72	000000	8.563,03	
11/04/2016	a DOC E RECEBIDO-TIT DISTINTA FAUSTO ROGERIO AMADIGI	700004	3.054,99	
11/04/2016	PAGAMENTO A FORNECEDORES 2263.4901826981	010411	-28,65	
11/04/2016	PAGAMENTO A FORNECEDORES 2263.4901826981	010411	-50,00	
11/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030411	-74,00	
11/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030411	-296,54	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-360,00	
11/04/2016	PAGAMENTO A FORNECEDORES 2263.4901826981	010411	-399,00	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-432,60	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-452,00	
11/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030411	-539,00	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-1.408,00	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-1.418,00	
11/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030411	-1.617,00	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-2.208,00	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-5.860,00	
11/04/2016	PGTO FORNEC TIT PROPRIOS 2263.4901826981	300411	-6.276,00	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-9.040,00	
11/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310411	-35.853,37	
11/04/2016	RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	61.627,40	10,00
12/04/2016	TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 800.381.747-15	000000	9.726,26	
12/04/2016	TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 669.349.747-00	000000	974,31	



12/04/2016	a	DOC E RECEBIDO-TIT DISTINTA SABRINA DE LIMA MARTINS	800010	1.233,66	
12/04/2016		APLICACAO EM FUNDO	000000	-10.700,57	1.243,66
13/04/2016		TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 24038833000100	000000	3.476,65	
13/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030413	-3.842,83	
13/04/2016		APLICACAO EM FUNDO	000000	-867,48	10,00
14/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310414	-85,47	
14/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030414	-5.176,32	
14/04/2016		RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	5.261,79	10,00
15/04/2016	a	DOC E RECEBIDO-TIT DISTINTA RICARDO F TORRES	300020	1.187,90	
15/04/2016		PAGAMENTO A FORNECEDORES 2263.4901826981	010415	-219,90	
15/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310415	-326,58	
15/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310415	-884,40	
15/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030415	-10.571,90	
15/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030415	-281.550,00	
15/04/2016		RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	292.364,88	10,00
18/04/2016		TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 641.734.106-20	000000	9.133,09	
18/04/2016		TED RECEBIDA DIF TITULARIDADE STR 13127015000167	000000	1.000.000,00	
18/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030418	-539,00	
18/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030418	-539,00	
18/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310418	-121.078,49	
18/04/2016		APLICACAO EM FUNDO	000000	-886.976,60	10,00
19/04/2016		TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 020.577.237-47	000000	1.367,64	
19/04/2016		TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 14840242000106	000000	3.628,22	
19/04/2016		PGTO A FORNECEDORES TED CIP D 2263.4901826981	030419	-40.684,01	
19/04/2016		RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	35.688,15	10,00
20/04/2016		TED DIFERENTE TITULARIDADE CIP 945.926.596-00	000000	10.223,58	
20/04/2016		PAGAMENTO AUTORIZADO	945372	-665.529,57	
20/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310420	-95,45	
20/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310420	-4.000,00	

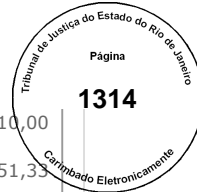


20/04/2016		RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	659.401,44	10,00
22/04/2016		PGTO FORNEC TIT PROPRIOS 2263.4901826981	300422	-386,11	
22/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310422	-1.150,00	
22/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310422	-6.104,80	
22/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030422	-6.837,71	
22/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030422	-7.508,00	
22/04/2016		PAGAMENTO A FORNECEDORES 2263.4901826981	010422	-11.186,92	
22/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310422	-20.247,20	
22/04/2016		PGTO FORNEC TIT PROPRIOS 2263.4901826981	300422	-21.131,30	
22/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030422	-34.959,12	
22/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030422	-34.959,12	
22/04/2016		RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	144.470,28	10,00
25/04/2016		TED MESMA TITULARIDADE STR TRANSFERENCIA ENTRE CONTA	000000	2.058.939,16	
25/04/2016		PAGAMENTO AUTORIZADO	956898	-900.461,00	
25/04/2016		PGTO A FORNECEDORES-DOC E 2263.4901826981	030425	-100,38	
25/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030425	-269,06	
25/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310425	-10.646,08	
25/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310425	-16.904,30	
25/04/2016		TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901826981	030425	-22.540,42	
25/04/2016		PGTO A FORNECEDORES-MESMO TITULAR 2263.4901826981	010425	-365.074,61	
25/04/2016		PAGAMENTO A FORNECEDORES 2263.4901826981	010425	-450.000,00	
25/04/2016		APLICACAO EM FUNDO	000000	-292.943,31	10,00
26/04/2016	b	DEPOSITO EM CHEQUE NO CAIXA	104119	1.248,22	
26/04/2016	a	DOC E RECEBIDO-TIT DISTINTA LEONARDO SIMAS BAETA NEVE	364591	453,79	
26/04/2016		PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901826981	310426	-943,04	
26/04/2016		RESGATE AUTOMATICO DE FUNDOS	000000	489,25	1.258,22

Saldo

Posição em: 27/04/2016

A - Saldo de Conta Corrente	1.258,22
B - <u>Saldo Bloqueado</u>	1.248,22



C - Saldo Disponível Conta Corrente (A - B)	10,00
D - Saldo em Investimentos com Resgate Automático	398.451,33
E - Saldo Disponível (C + D)	398.461,33

a = Bloqueio Dia / ADM
b = Bloqueado
p = Lançamento Provisionado

**Central de Atendimento
Santander Empresarial**

4004-2125 (Regiões Metropolitanas)
0800 726 2125 (Demais Localidades)

**SAC 0800 762 7777
Ouvidoria 0800 726 0322**



INFORMATIVO MENSAL CDB CAIXA PROGRESSIVO PJ



Agência 1339 - GAVEA, RJ	Conta 1339 / 003 / 00001354 - 5	Folha 1	Mês MARÇO/2016
Nome SETE BRASIL PARTICIPACOES S A	CPF/CNPJ 13.127.015/0001-67		Posição 31/03/2016

CNPJ CAIXA 00.360.305/0001-04	Endereço SBS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900
-----------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

TOTAL

Valor Base em 31/03/2016 63.928.004,76	Rend Bruto Acumulado 1.624.529,91	Prov. IR + IOF 365.519,22	Rend Líquido Acumulado 1.259.010,69	Saldo Líquido em 31/03/2016 65.187.015,45
--------------------------------------------------	---------------------------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------------------	-----------------------------------------------------

Nº Nota 20151217 000410			Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 17/12/2015	Data Vencimento 20/11/2020	Valor Base 3.928.004,76	Taxa Atual 100,4000 % CDI	Taxa Final 100,4000 % CDI

Rend Bruto Acum 147.520,11	Provisão IR 33.192,02	Rend Líquido Acum 114.328,09	Saldo em 29/02/2016 7.988.340,52
%Rend Bruto Acum 3,7555 %	Provisão IOF 0,00	%Rend Líquido Acum 2,9105 %	Saldo em 31/03/2016 4.042.332,85

Nº Nota 20160122 000131			Permite resgate antecipado CURVA	
Data Aplicação 22/01/2016	Data Vencimento 24/12/2020	Valor Base 60.000.000,00	Taxa Atual 100,8000 % CDI	Taxa Final 102,5000 % CDI


Rend Bruto Acum 1.477.009,80	Provisão IR 332.327,20	Rend Líquido Acum 1.144.682,60	Saldo em 29/02/2016 60.593.752,92
%Rend Bruto Acum 2,4616 %	Provisão IOF 0,00	%Rend Líquido Acum 1,9078 %	Saldo em 31/03/2016 61.144.682,60

Resgates Efetivados no Mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota Resg	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
03/03/2016	20151217 000410	20160303 000090	R\$ 489.667,49	R\$ 13.332,26	R\$ 0,00	R\$ 2.999,75	R\$ 500.000,00
09/03/2016	20151217 000410	20160309 000140	R\$ 977.727,71	R\$ 28.738,43	R\$ 0,00	R\$ 6.466,14	R\$ 1.000.000,00
14/03/2016	20151217 000410	20160314 000141	R\$ 976.523,50	R\$ 30.292,25	R\$ 0,00	R\$ 6.815,75	R\$ 1.000.000,00
21/03/2016	20151217 000410	20160321 002318	R\$ 974.518,84	R\$ 32.878,91	R\$ 0,00	R\$ 7.397,75	R\$ 1.000.000,00
28/03/2016	20151217 000410	20160328 000023	R\$ 486.458,62	R\$ 17.472,74	R\$ 0,00	R\$ 3.931,36	R\$ 500.000,00
Total			R\$ 3.904.896,16	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$ 4.000.000,00

Agência 1339 - GAVEA, RJ	Conta 1339 / 003 / 00001354 - 5	Folha 2
Nome SETE BRASIL PARTICIPACOES S A	CPF/CNPJ 13.127.015/0001-67	

Mês MARÇO/2016	Página 1316
Posição 31/03/2016	



CNPJ CAIXA 00.360.305/0001-04	Endereço SBS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900
-----------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

TOTAL

Valor Base em 31/03/2016 63.928.004,76	Rend Bruto Acumulado 1.624.529,91	Prov. IR + IOF 365.519,22	Rend Líquido Acumulado 1.259.010,69	Saldo Líquido em 31/03/2016 65.187.015,45
--------------------------------------------------	---------------------------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------------------	-----------------------------------------------------

Observação

O saldo líquido da Nota é composto pelo valor Base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.
O Rendimento Líquido é somente informativo, não compõe o saldo.
Rend. bruto do mês = Rend Bruto Acum. + Rend. dos Resgates - Rend Bruto Acum do mês anter.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 e 0800 726 2492 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)
De olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 726 6268
Ouvidoria:0800 725 7474
caixa.gov.br

**NOTAS E MOVIMENTAÇÕES**
Via Internet Banking CAIXA

PRODUTO	DATA DE MOVIMENTAÇÃO	NOTA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
CDB FLEX EMPRESARIAL	01/04/2016	20160401 000744	Resgate	500.000,00
CDB FLEX EMPRESARIAL	05/04/2016	20160405 000688	Resgate	1.000.000,00
CDB FLEX EMPRESARIAL	18/04/2016	20160418 000550	Resgate	1.000.000,00
CDB CAIXA PROGRESSIVO PJ	25/04/2016	20160425 001067	Resgate	500.000,00
CDB FLEX EMPRESARIAL	25/04/2016	20160425 001045	Resgate	1.558.939,16

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104



Internet Banking

POSIÇÃO EM ABERTO DE COMPROMISSADAS EM 27/04/2016
HELIMAR ANTUNESAgência: **2263**Conta Corrente: **13 000782-2**

Data de Início	Data do Vencimento	Valor Principal R\$	Taxas	Rendimento (R\$)	Impostos (R\$)	Saldo (R\$)	Lastros da Operação		
							Título	Vencimento	Quantidade
12/02/2016	10/02/2017	193.594,45	100.2% CDI	3.386,63	0,00	196.981,08	SUDA15	01/09/2017	83
TOTAL	..	193.594,45	...	3.386,63	0,00	196.981,08

Superlinha 4004-3535 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800-702-3535 (Demais Localidades)

SAC 0800-762-7777
Ouvidoria 0800-726-0322



Internet Banking

SETE INVESTIMENTOS I SA

Agência: 2263

Conta Corrente: 13-000782-2

Extrato

Período: 01/04/2016 a 27/04/2016

Data/Hora: 27/04/2016 às 11:10h

Data	Histórico	Docto.	Valor R\$	Saldo R\$
04/04/2016	SALDO ANTERIOR			11.335,98
04/04/2016	PAGAMENTO DE TITULO 2263.4901775234	310404	-8.476,53	2.859,45
05/04/2016	TAR EMISSAO TED CIP PGTO FORNEC	495234	-3,00	2.856,45
11/04/2016	TED PGTO FORNECEDORES CIP 2263.4901775234	030411	-1.078,00	1.778,45
20/04/2016	TARIFA DE MANUT MENSAL C/C ATIVA 18/04/2016	000000	-33,90	
20/04/2016	TARIFA DE FICHA CADASTRAL 18/04/2016	000000	-39,00	
20/04/2016	PAGAMENTO AUTORIZADO	945371	-555,47	1.150,08
25/04/2016	OPERACOES DE RENDA FIXA	000000	78.979,08	
25/04/2016	PAGAMENTO A FORNECEDORES CNPJ 013127015000167	010425	450.000,00	
25/04/2016	PAGAMENTO AUTORIZADO	956896	-521.777,84	8.351,32

Saldo

Posição em: 27/04/2016

A - Saldo de Conta Corrente	8.351,32
B - <u>Saldo Bloqueado</u>	0,00
C - Saldo Disponível Conta Corrente (A - B)	8.351,32

Central de Atendimento
Santander Empresarial

4004-2125 (Regiões Metropolitanas)
0800 726 2125 (Demais Localidades)

SAC 0800 762 7777
Ouvidoria 0800 726 0322



Internet Banking

SETE INVESTIMENTOS 2 SA

Agência: 2263

Conta Corrente: 13-000783-9

Extrato

Período: 01/04/2016 a 27/04/2016

Data/Hora: 27/04/2016 às 11:14h

Data	Histórico	Docto.	Valor R\$	Saldo R\$
20/04/2016	SALDO ANTERIOR			32.696,94
20/04/2016	TARIFA DE MANUT MENSAL C/C ATIVA 18/04/2016	000000	-33,90	
20/04/2016	TARIFA DE FICHA CADASTRAL 18/04/2016	000000	-39,00	32.624,04

Saldo

Posição em: 27/04/2016

A - Saldo de Conta Corrente	32.624,04
B - <u>Saldo Bloqueado</u>	0,00
C - Saldo Disponível Conta Corrente (A - B)	32.624,04

Central de Atendimento
Santander Empresarial

4004-2125 (Regiões Metropolitanas)
0800 726 2125 (Demais Localidades)

SAC 0800 762 7777
Ouvidoria 0800 726 0322




Sobre o Extrato




Para novas consultas do Extrato, selecione as datas ou escolha Outros Períodos. O período de busca é de 60 em 60 dias.
Para Consulta por Tipo de Lançamento, selecione a opção e escolha o tipo de lançamento que deseja consultar.

Últimos dias

Hoje	7 Dias	15 Dias	30 Dias	60 Dias	Outros Períodos
------	--------	---------	---------	---------	------------------------

Data Inicial: 

Data Final: 

Consulta por Tipo de Lançamento

Depósitos
 Créditos
 Cheques
 Débitos
 Cheque nº

Extrato

Período: 01/04/2016 a 27/04/2016

Data/Hora: 27/04/2016 às 11:08h

Não há lançamentos desta conta corrente para o período solicitado.

Saldo

Posição em: 27/04/2016

A - Saldo de Conta Corrente	13.237,08
B - <u>Saldo Bloqueado</u>	0,00
C - Saldo Disponível Conta Corrente (A - B)	13.237,08



Período do Extrato da Conta

Nome da Conta: Sete Holding EUR	Nome da Sete Holding GmbH
Número da Conta: 7470038306000	Agência Bancária: DEUTSCHE BANK VIENNA
IBAN: AT841910000038306000	Período Extrato: 01.04.2016 - 27.04.2016
Moeda: EUR	Nº do Extrato: vários

Lançamento		Detalhes da Transação	Valor
Efetivação			Saldo em Processamento
		Saldo Inicial:	743,22
01.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-444,75
31.03.2016	Referência do Cliente:	KONTOFUEHRUNGSGE	
	Referência Bancária:	AC04725592-00001	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8932	
	Detalhes do Pagamento:	KONTOFUEHRUNGSGEBUEHR / POR TO 3830600 0000EUR000VI E	298,47
20.04.2016	Tipo de Transação:	FOREIGN PAYMENT	10.000,00
20.04.2016	Referência do Cliente:	6019111LIT420001	
	Referência Bancária:	30MT160420110698	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE HOLDING GMBH PARKRING	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	2 1010 WIEN	
	Nome da Contraparte 1:	SETE BRASIL PARTICIPACOES S	
	Nome da Contraparte 2:	.A. R HUMAITA, 275 BR/RIO D	
	Conta da Contraparte:	13127015000167	
	Classificação da Contraparte/Código BIC:	BPABBRRJ	
	Nome de Pagador do Destinatário 1:	SETE HOLDING GMBH PARKRING	
	Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2:	2 1010 WIEN	
	GVC:	211	
	Texto do Registro em Livro:	GUTSCHR AUS EUR EIL	
	Tipo de Item:	64H0	
	Detalhes do Pagamento:	SEND-REF: 6019111LIT420001, CHRG:SHA	10.298,47
22.04.2016	Tipo de Transação:	TRANSFER	-4.800,00
22.04.2016	Referência do Cliente:	01-7010200000002	
	Referência Bancária:	30PR160422106781	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE HOLDING GMBH LANGACKER	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	GASSE 18 1190 WIEN AUSTRIA	
	Nome da Contraparte 1:	PWC WIRTSCHAFTSPRUFUNG GMBH	
	Nome da Contraparte 2:	ERDBERGSTRABE 1030 WIEN W	
	Conta da Contraparte:	AT636000000091004417	
	Classificação da Contraparte/Código BIC:	BUNDATWWXXX	
	Nome de Pagador do Destinatário 1:	SETE HOLDING GMBH LANGACKER	
	Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2:	GASSE 18 1190 WIEN AUSTRIA	
	GVC:	089	
	Texto do Registro em Livro:	UEBERW INL EIL	
	Tipo de Item:	6380	
	Detalhes do Pagamento:	2000000022 1060107347 / , BE N-REF. 01-7010200000002, CH RG:SHA	5.498,47
		Saldo de Fechamento:	5.498,47
Saldo Inicial:		743,22	
Total de Débitos (2):		-5.244,75	
Total de Créditos (1):		10.000,00	
Saldo de Fechamento:		5.498,47	



Período do Extrato da Conta

Nome da Conta: Sete Holding USD	Nome da Sete Holding GmbH
Número da Conta: 7470038306050	Agência Bancária: DEUTSCHE BANK VIENNA
IBAN: AT921910000038306050	Período Extrato: 01.04.2016 - 27.04.2016
Moeda: USD	Nº do Extrato: vários

Lançamento		Detalhes da Transação	Valor
Efetivação			Saldo em Processamento
		Saldo Inicial:	1.017,27
01.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-105,97
31.03.2016	Referência do Cliente:	KONTOFUEHRUNGSGE	
	Referência Bancária:	AC04725593-00001	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8932	
	Detalhes do Pagamento:	KONTOFUEHRUNGSGEBUEHR / POR TO 3830600 0000USD000VI E	911,30
		Saldo de Fechamento:	911,30
Saldo Inicial:		1.017,27	
Total de Débitos (1):		-105,97	
Total de Créditos (0):		0,00	
Saldo de Fechamento:		911,30	



Internet Banking

Sete International Gmbh

Agência: **2263**Conta Corrente: **13.000577.2**

Posição em: 27/04/2016

Produtos	Valor Aplicado	Saldo Bruto	Saldo Líquido
CDB DI	262.996,12	289.329,19	284.062,58
Total CDB	262.996,12	289.329,19	284.062,58
Saldo total	262.996,12	289.329,19	284.062,58

Superlinha 4004-3535 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800-702-3535 (Demais Localidades)

SAC 0800-762-7777
Ouvidoria 0800-726-0322



Período do Extrato da Conta

Nome da Conta: Sete Intl EUR	Nome da Sete International One GmbH
Número da Conta: 7470038221000	Agência Bancária: DEUTSCHE BANK VIENNA
IBAN: AT641910000038221000	Período Extrato: 01.04.2016 - 27.04.2016
Moeda: EUR	Nº do Extrato: vários

Lançamento Detalhes da Transação
EfetivaçãoValor
Saldo em Processamento

		Saldo Inicial:	8.733,33
01.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-697,50
31.03.2016	Referência do Cliente:	KONTOFUEHRUNGSGE	
	Referência Bancária:	AC04725537-00001	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8932	
	Detalhes do Pagamento:	KONTOFUEHRUNGSGEBUEHR / POR TO 3822100 0000EUR000VI E	8.035,83
20.04.2016	Tipo de Transação:	TRANSFER	-4.719,00
20.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000011	
	Referência Bancária:	30PR160419106424	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	SCHUBERTRING 6 1010 WIEN A	
	Nome da Contraparte 1:	CERHA HEMPEL SPIEGELFELD HL	
	Nome da Contraparte 2:	AWATI PARKRING 1010 VIENNA	
	Conta da Contraparte:	AT793100000104181079	
	Classificação da Contraparte/Código BIC:	RZBAATWWXXX	
	Nome de Pagador do Destinatário 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2:	SCHUBERTRING 6 1010 WIEN A	
	GVC:	089	
	Texto do Registro em Livro:	UEBERW INL EIL	
	Tipo de Item:	6380	
	Detalhes do Pagamento:	2000000113 16/30078 /, BEN- REF: 01-7100200000011, CHRG :SHA	3.316,83
		Saldo de Fechamento:	3.316,83
Saldo Inicial:		8.733,33	
Total de Débitos (2):		-5.416,50	
Total de Créditos (0):		0,00	
Saldo de Fechamento:		3.316,83	



Período do Extrato da Conta

Nome da Conta: Sete Intl USD Nome da Sete International One GmbH
 Número da Conta: 7470038221050 Agência Bancária: DEUTSCHE BANK VIENNA
 IBAN: AT721910000038221050 Período Extrato: 01.04.2016 - 27.04.2016
 Moeda: USD Nº do Extrato: vários

Lançamento Detalhes da Transação
EfetivaçãoValor
Saldo em Processamento

		Saldo Inicial:	4.111.996,86
01.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-683,19
31.03.2016	Referência do Cliente:	KONTOFUEHRUNGSGE	
	Referência Bancária:	AC04725538-00001	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8932	
	Detalhes do Pagamento:	KONTOFUEHRUNGSGEBUEHR / POR TO 3822100 0000USD000VI E	4.111.313,67
04.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-34,24
04.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000010	
	Referência Bancária:	RE16040400-08563	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8930	
	Detalhes do Pagamento:	2000000103 2799644 /, BEN-R EF: 01-7100200000010, CHR OUR/SENDER USD 34,24	4.111.279,43
04.04.2016	Tipo de Transação:	FOREIGN PAYMENT	-15.927,00
04.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000010	
	Referência Bancária:	RE16040400-08563	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	SCHUBERTRING 6 AT 1010 WIE	
	Nome da Contraparte 1:	REED SMITH LLP PRIMROSE STR	
	Nome da Contraparte 2:	EET EC2A 2RSLONDON LD GB EC	
	Conta da Contraparte:	GB49BARC20000049753111	
	Classificação da Contraparte/Código BIC:	BARCGB22XXX	
	Nome de Pagador do Destinatário 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2:	SCHUBERTRING 6 AT 1010 WIE	
	GVC:	210	
	Texto do Registro em Livro:	UEBERW AUS FWHG EIL	
	Tipo de Item:	6020	
	Detalhes do Pagamento:	2000000103 2799644 /, BEN-R EF: 01-7100200000010, CHR OUR/SENDER USD 34,24	4.095.352,43
07.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-34,08
07.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000010	
	Referência Bancária:	RE16040700-08888	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8930	
	Detalhes do Pagamento:	2000000105 001386 /, BEN-RE F: 01-7100200000010, CHR UR/SENDER USD 34,08	4.095.318,35
07.04.2016	Tipo de Transação:	FOREIGN PAYMENT	-35.675,89
07.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000010	
	Referência Bancária:	RE16040700-08888	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	SCHUBERTRING 6 AT 1010 WIE	
	Nome da Contraparte 1:	FTI CONSULTORIA LTDA R TABA	
	Nome da Contraparte 2:	PUA 04533-001SAO PAULO SP B	
	Conta da Contraparte:	09130008919	
	Classificação da Contraparte/Código BIC:	BCBBBRPRXXX	
	Nome de Pagador do Destinatário 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2:	SCHUBERTRING 6 AT 1010 WIE	
	GVC:	210	
	Texto do Registro em Livro:	UEBERW AUS FWHG EIL	



	Tipo de Item:	6020	
	Detalhes do Pagamento:	2000000105 001386 /, BEN-RE F: 01-7100200000010, CHRG:O UR/SENDER USD 34,08	4.059.642,46
13.04.2016	Tipo de Transação:	FOREIGN PAYMENT	-9.338,37
13.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000010	
	Referência Bancária:	RE16041300-09545	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	SCHUBERTRING 6 WIEN 1010	
	Nome da Contraparte 1:	DEUTSCHE BANK AG LONDON (FX	
	Nome da Contraparte 2:	4CASH PAYMENTS)	
	Conta da Contraparte:	GB80DEUT40508109405152	
	Classificação da Contraparte/Código BIC:	DEUTGB2LXXXX	
	Nome de Pagador do Destinatário 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2:	SCHUBERTRING 6 WIEN 1010	
	GVC:	201	
	Texto do Registro em Livro:	UEBERW AUS FX4C	
	Tipo de Item:	6F40	
	Detalhes do Pagamento:	USD 9338.37/EUR 8181.44 RAT E 0.87611 BEN CERHA HEMPEL SPIEGELFELD HLAUAT, BEN-REF : 1598560348, CHRG:OUR	4.050.304,09
18.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-33,79
18.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000010	
	Referência Bancária:	RE16041800-09980	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8930	
	Detalhes do Pagamento:	2000000107 167528 /, BEN-RE F: 01-7100200000010, CHRG:O UR/SENDER USD 33,79	4.050.270,30
18.04.2016	Tipo de Transação:	FOREIGN PAYMENT	-3.068,00
18.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000010	
	Referência Bancária:	RE16041800-09980	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	SCHUBERTRING 6 AT 1010 WIE	
	Nome da Contraparte 1:	DAVIS POLK WARDWELL CONSULT	
	Nome da Contraparte 2:	ORES AV. BRIGADEIRO FARIA L	
	Conta da Contraparte:	001533316	
	Classificação da Contraparte/Código BIC:	CHASUS33XXX	
	Nome de Pagador do Destinatário 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2:	SCHUBERTRING 6 AT 1010 WIE	
	GVC:	210	
	Texto do Registro em Livro:	UEBERW AUS FWHG EIL	
	Tipo de Item:	6020	
	Detalhes do Pagamento:	2000000107 167528 /, BEN-RE F: 01-7100200000010, CHRG:O UR/SENDER USD 33,79	4.047.202,30
22.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-33,93
22.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000012	
	Referência Bancária:	RE16042200-10738	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8930	
	Detalhes do Pagamento:	2000000122 1600192003 /, BE N-REF: 01-7100200000012, CH RG:OUR/SENDER USD 33,93	4.047.168,37
22.04.2016	Tipo de Transação:	FOREIGN PAYMENT	-95.000,00
22.04.2016	Referência do Cliente:	01-7100200000012	
	Referência Bancária:	RE16042200-10738	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE INTERNATIONAL ONE GMBH	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	SCHUBERTRING 6 AT 1010 WIE	
	Nome da Contraparte 1:	MARSH LTD TOWER PLACE WEST	
	Nome da Contraparte 2:	EC3R 5BULONDON LD GB EC3R 5	
	Conta da Contraparte:	GB25CHAS60924215050511	

Período do Extrato da Conta



Classificação da Contraparte/Código BIC: CHASGB2LXXX
Nome de Pagador do Destinatário 1: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2: SCHUBERTRING 6 AT 1010 WIE
Destinatário 2:
GVC: 210
Texto do Registro em Livro: UEBERW AUS FWHG EIL
Tipo de Item: 6020
Detalhes do Pagamento: 2000000122 1600192003 /, BE
N-REF: 01-7100200000012, CH
RG:OUR/SENDER USD 33,93

3.952.168,37

Saldo de Fechamento:**3.952.168,37**

Saldo Inicial: 4.111.996,86
Total de Débitos (10): -159.828,49
Total de Créditos (0): 0,00
Saldo de Fechamento: 3.952.168,37



Período do Extrato da Conta

Nome da Conta: Sete Int Two EUR	Nome da Sete International Two GmbH
Número da Conta: 7470038278000	Agência Bancária: DEUTSCHE BANK VIENNA
IBAN: AT661910000038278000	Período Extrato: 01.04.2016 - 27.04.2016
Moeda: EUR	Nº do Extrato: vários

Lançamento Detalhes da Transação
EfetivaçãoValor
Saldo em Processamento

		Saldo Inicial:	9.090,22
01.04.2016	Tipo de Transação:	CHARGES/EXPENSES/OUTLAYS	-389,20
31.03.2016	Referência do Cliente:	KONTOFUEHRUNGSGE	
	Referência Bancária:	AC04725576-00001	
	GVC:	808	
	Texto do Registro em Livro:	KOSTEN/AUSLAGEN	
	Tipo de Item:	8932	
	Detalhes do Pagamento:	KONTOFUEHRUNGSGEBUEHR / POR TO 3827800 0000EUR000VI E	8.701,02
07.04.2016	Tipo de Transação:	TRANSFER	-7.200,00
07.04.2016	Referência do Cliente:	01-7011200000001	
	Referência Bancária:	30PR160406105301	
	Nome do Beneficiário/Pagador 1:	SETE INTERNATIONAL TWO GMBH	
	Nome do Beneficiário/Pagador 2:	SCHUBERTRING 6 1010 WIEN A	
	Nome da Contraparte 1:	PWC WIRTSCHAFTSPRUFUNG GMBH	
	Nome da Contraparte 2:	ERDBERGSTRABE 1030 WIEN W	
	Conta da Contraparte:	AT636000000091004417	
	Classificação da Contraparte/Código BIC:	BUNDATWWXXX	
	Nome de Pagador do Destinatário 1:	SETE INTERNATIONAL TWO GMBH	
	Endereço do Nome de Pagador do Destinatário 2:	SCHUBERTRING 6 1010 WIEN A	
	GVC:	089	
	Texto do Registro em Livro:	UEBERW INL EIL	
	Tipo de Item:	6380	
	Detalhes do Pagamento:	2000000013 1060107345 / , BE N-REF. 01-7011200000001, CH RG:SHA	1.501,02
		Saldo de Fechamento:	1.501,02
Saldo Inicial:		9.090,22	
Total de Débitos (2):		-7.589,20	
Total de Créditos (0):		0,00	
Saldo de Fechamento:		1.501,02	



Nota de Liquidação

Número
Data

Página
1330

1674083
Carimbado Eletronicamente
25/04/2016

Instituição

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK - 2041 2235 BLOCO A
VILA OLIMPIA
SAO PAULO - SP
90.400.888/0001-42

04543-011

Dados do Cliente

SETE INVESTIMENTOS I SA
R HUMAITA, 275 - PARTE DAS SALAS
HUMAITA
RIO DE JANEIRO-RJ
19.080.443/0001-68

Detentor Inicial dos Títulos

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

Características do Papel

Especificação do Papel	Emissão	Vencimento	Quantidade	P.U.
Descrição: SUDA15 - 01/09/2007 - 01/09/2017	01/09/2007	01/09/2017	33	2.393,30545497
Índice: CDI				
Juros Nominais: 0,00				

Características da Operação Compromissada

Início	Vencimento	Taxa	Montante Inicial	Prazo
12/02/2016	10/02/2017	100.2%CDI	76.971,28	364

Operação com carência. Resgate a partir de 14/03/2016

Esta nota formaliza o acordo entre as partes. O cliente declara conhecer e aceitar as especificações do título ora negociado. Compromissos de recompra ou revenda acaso existentes deverão estar formalizados, única e exclusivamente, neste documento ou em termo de adiamento ao presente. A expressão das taxas de juros segue os procedimentos estabelecidos no Comunicado 7818 de 1 de setembro de 2000 (Banco Central do Brasil).

Valor Inicial:	76.971,28
Valor Bruto:	78.979,08
Rendimento Bruto:	2.007,80
I.R.R.F:	0,00
I.O.F:	0,00
Valor Líquido:	78.979,08
Rendimento Líquido:	2.007,80

DOC. 37



1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) RESCISÓRIAS;
- B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- C) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- D) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- E) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- F) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- G) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- H) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- I) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- J) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- K) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
- L) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE VINTE E DOIS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ATÉ VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (22/04/1996 ATÉ 22/04/2016), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE BRASIL PARTICIPACOES S/A - CNPJ: 13.127.015/0001-67 ***** Rio de Janeiro, Capital em 27/04/2016. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolument os Tab.01. Ato 01: R\$ 34,76, Tab.04-Ato 08: R\$ 36,19, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,72, FETJ: R\$ 14,19, FUNDPERJ: R\$ 3,54, FUNPERJ: R\$ 3,54, FUNARPEN: R\$ 2,83, ISS: R\$ 3,77. TOTAL: R\$ 99,54. EU, RICARDO C. MEIRELES (94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNG 53132 IBN

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RICARDO C. MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 27/04/2016 por:
RICARDO C. MEIRELES
Escrivente Substituto (MAT.94/1867)

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO RECIBO Nº 550961

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

1788787

Certidão em nome de SETE BRASIL PARTICIPACOES S/A - CNPJ: 13.127.015/0001-67, conforme o requerido.

25/04/2016>26/04/2016-33
EBNG53132IBN

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.

2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 25/04/2016
MODELO(A) >> CERTIFICAÇÃO A A L
PARA FINS DE INFORMAÇÃO PESSOAL

Tribunal de Juizado do Estado do Rio de Janeiro
Página 1333
R: 453585
Contribuição Eletrônica

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CERTIFICAÇÃO e DÁFÉ

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Rescisórias;
- B - Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatorias distribuídas as varas com competência Empresariais;
- C - Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência de Família;
- D - Ações Acidentárias;
- E - Retificações, Averbações e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência em Registros Públicos;
- F - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, notificações e outros) distribuídas as varas com competência Cíveis;
- G - Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência Cíveis;
- H - Ações e precatorias de competência das Varas Regionais;
- I - Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência em Orfãos e Sucessões;
- J - Ações e Precatorias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- K - Ações distribuídas as Varas de Infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro do artigo 382 desta Consolidação;
- L - Ações de competência da Justiça Itinerante, desde:

DEZENOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA SEIS ATÉ DEZENOVE DE ABRIL DE

E DOIS MIL DEZESSEIS (19/04/1996 até 19/04/2016) dele(s)* NADA CONSTA

*contra o(s) nome(s) de: *****

SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A *****

, qualificação: 13127015000167 (conforme requerido).

EMITIDA EM: 26/04/2016, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

ELI, REGISTRADOR ASSIND - Enrolamentos Nº 59, 54

Dig.: Tab1/Tab4, Ato 34,76/36,19 PMCNV(2X) 0,72 FETJ 14,19 FundPerj 3,54 FunPerj 3,54 FunArpen 2,83 195 3,77

Poder Judiciário - TJERJ

Corregedoria Geral da Justiça

Selo de Fiscalização Eletrônica

EBMR 87995 KUO

Consulte a validade do selo em:

<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Paulo Felipe de Oliveira Silva
Paulo Felipe de
Oliveira Silva
Autorizado
Mat. 94/2001



2º Ofício do Registro de Distribuição
SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
4945674

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
QUALQUER EMENDA OU PASUSA SERÁ CONSIDERADA COMO
INDÍCIO DE AULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

APROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL E FEITA PELAS CERTIDÕES
DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AS AÇÕES PESSOAIS PRESCREVEM EM VINTE ANOS (ART. 17
DO I) A PRESCRIÇÃO DOS PROCESSOS PENAS ATINJE 20 ANOS
(ART. 109 DO CR)

ARQUIVISTA

Requerida em 25/04/2016

92690/2016-5-00

Modelo CÍVEL folha 01

0902362437



DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURAS SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

AS CERTIDÕES SÃO VINTENARIAS E INFORMAM SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME, NO PERÍODO ASSINALADO. PODEM SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HONORÁRIO, PODE SER FINALIZADA DE FORMAÇÃO DE HONORÁRIO NA SEDE DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI.

Finalidade declarada INFORMACAO PESSOAL

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA E DÁ FÉ, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO, RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO, NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS:

- a) Rescisórias;
b) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
c) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
d) Ações Acidentárias;
e) Retificações, Averbações e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
f) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
g) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
h) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
i) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em órfãos e Sucessões;
j) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
k) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;
l) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde.....

DEZENOVE DE ABRIL DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ate DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016)
deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de:
SETE BRASIL PARTICIPACOES S/A, qualificacao: CNPJ 13.127.015/0001-67 (conforme requerido)
Emitida em: 25/04/2016 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: N/C EU, REGISTRADOR, A ASSINO.
EMOLUMENTOS R\$ 71,67 [Tab 1, Ato 1(R\$ 70,88), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,72), L.6370/2º (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 14,19), FUNDPERJ(R\$ 3,54), FUNPERJ(R\$ 3,54), FUNARPEN(R\$ 2,83)Lei Estadual n 7.128/2015 R\$ 3,77; valor total R\$ 99,54

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNE28291 QYL

Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Cert. Proc. nº ESPOSITO/ESPOSITO
Marcello da Silva Esposito
Escrevente
Mat. 84/1748

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Maria Angélica Ferreira Coelho
Substituta do Titular
Mat. 94/8014

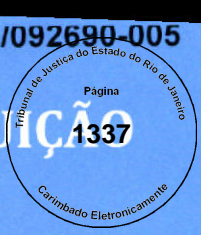
7801319

A PROVA NEGATIVA DA EXISTÊNCIA DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS É FEITA POR MEIO DAS CERTIDÕES DOS 1º, 2º, 3º, 4º E 5º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.



9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

Serviço Registral - Capital - RJ



CNPJ: 27.586.239/0001-41 • Av. Nilo Peçanha, 26 - 6º andar - RJ • Tel.: (21) 3231-7703

CERTIDÃO FAZENDÁRIA EXECUTIVOS FISCAIS DO MUNICÍPIO E DO ESTADO

Emitida atendendo a Legislação Federal vigente (Art. 134, 205, 206 e 209 do CTN), o CODJERJ e as normas da Corregedoria - Geral da Justiça, MARCIO BAROUKEL DE SOUZA BRAGA, OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros de Registro, Papéis, Fichários, Arquivos e/ou Assentamentos das Distribuições e Comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes, CERTIFICA, CONFORME O REQUERIDO, e DÁ FÉ, observados os artigos 13, 28 e 41 Lei 8935/94, com referência às buscas dos assuntos abaixo, no período certificado, exceto as relacionadas às EXECUÇÕES FISCAIS para as quais se realiza busca integral nos registros desta Serventia, e, que, desde **22 de Abril de 1996 à 22 de Abril de 2016**,

- I - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS AUTARQUIAS;
- II - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E SUAS AUTARQUIAS;
- III - Ações de Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica, e CERTIFICA
- IV - Ações de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
- V - Ações promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Ordinárias, Sumárias, Possessórias;
- VI - Medidas Cautelares promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpeleções;
- VII - Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpeleções, Cartas Precatórias e outras;
- VIII - Ações e Precatórias de competência dos juizados Especiais da Fazenda Pública. (Alínea acrescida pelo Provimento CGJ nº 31/2011),
QUE 4849781

NADA CONSTA contra o nome de ***SETE BRASIL PARTICIPACOES**

S/A, com CNPJ: 13.127.015/0001-67, *****

dados estes fornecidos pelo requerente, conforme cópia do pedido de certidão arquivado nesta Serventia: *****

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2016

Emolumentos: BUSCA R\$ 77,27 + (R\$ 15,45 do FETJ + R\$ 3,86 do FunDPERJ + R\$ 3,86 do FunPERJ + R\$ 3,09 do FunARPENRJ + R\$ 0,72 do FundoJG)

Valor do Ato: R\$ 104,25

FINALIDADE : INFORMACAO PESSOAL

Protocolo: CE-2016/092690-005
(005/008)

Buscado por: JEFERSON
Eu, Oficial a assino:

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral e Justiça
Selo de fiscalização eletrônica
EBMS82630 EJE

26/04/2016-10:36:58

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Patricia Gomes Braga Passos
Substituta
9º Ofício do Registro de Distribuição
Cart. Prof. nº 79.131S/052 RJ



CE-2016/092690-005



082630

DOC. 38



1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) RESCISÓRIAS;
- B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- C) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- D) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- E) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- F) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- G) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- H) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- I) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- J) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- K) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
- L) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE VINTE E DOIS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ATÉ VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (22/04/1996 ATÉ 22/04/2016), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE INVESTIMENTOS 1 S/A - CNPJ: 19.080.443/0001-68***** Rio de Janeiro, Capital em 27/04/2016. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolument os Tab.01. Ato 01: R\$ 34,76, Tab.04-Ato 08: R\$ 36,19, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,72, FETJ: R\$ 14,19, FUNDPERJ: R\$ 3,54, FUNPERJ: R\$ 3,54, FUNARPEN: R\$ 2,83, ISS: R\$ 3,77. TOTAL: R\$ 99,54. EU, RICARDO C. MEIRELES (94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNG 51699 JUJ
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

[Assinatura]
RICARDO C. MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 27/04/2016 por:
RICARDO C. MEIRELES
Escrevente Substituto (MAT.94/1867)

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RECIBO Nº 550961

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

617719
1787719

Certidão em nome de SETE INVESTIMENTOS 1 S/A - CNPJ: 19.080.443/0001-68, conforme o requerido.

25/04/2016>26/04/2016-31
EBNG51699JUJ

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.

2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 25/04/2016
MODELO(A) >> CERTIFICAÇÃO A L
PARA FINS DE INFORMAÇÃO PESSOAL



Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Rescisórias;
- B - Falencias, Concordatas, Recuperacoes Judiciais e demais acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia Empresariais;
- C - Separacoes, Divorcios, Alimentos e outras acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia de Familia;
- D - Acoes Acidentarias;
- E - Retificacoes, Averbacoes e outras acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia em Registros Publicos;
- F - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensoes, notificacoes e outros) distribuidas as varas com competencia Civeis;
- G - Ordinarias, Sumarias, Despejos, Consignatorias, Execucoes e outras acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia Civeis;
- H - Acoes e precatorias de competencia das Varas Regionais;
- I - Inventarios, testamentos, arrolamentos, arrecadaoes, administracoes provisorias, tutelas, interdicoes, curatelas, declaracoes de ausencia e outras acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia em Orfaos e Sucessoes;
- J - Acoes e Precatorias de competencia dos Juizados Especiais Civeis;
- K - Acoes distribuidas as Varas de Infancia, da juventude e do idoso, mencionadas no paragrafo primeiro do artigo 382 desta Consolidacao;
- L - Acoes de competencia da Justica Itinerante, desde:

DEZENOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA SEIS ATE DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016) dele(s)* NADA CONSTA *contra o(s) nome(s) de: *****
SETE INVESTIMENTOS L S/A - - - - -
, qualificacao: 19080443000168 (conforme requerido).

EMITIDA EM: 26/04/2016, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

ELI, REGISTRADOR ASSIND - Emolumentos R\$ 59,54

Dig.: Tab1/Tab4, Ato 34,76/36,19 PMCMV(2%) 0,72 FETJ 14,19 FundPerj 3,54 FunPerj 3,54 FunArren 2,83 ISS 3,77

Poder Judiciario - TJERJ

Corregedoria Geral da Justica

Selo de Fiscalizacao Eletronico

EBMR 87999 KUS

Consulte a validade do selo em:

<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Paulo Felipe de Oliveira Silva
Paulo Felipe de Oliveira Silva
Autorizado
Mat. 94/2001



2º Ofício do Registro de Distribuição
SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

ARQUIVISTA

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO
INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

APROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL E FEITA PELAS CERTIDÕES
DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AS AÇÕES PESSOAIS PRESCREVEM EM VINTE ANOS (ART. 177
C/C) A PRESCRIÇÃO DOS PROCESSOS PENAS ATINTE 20 ANOS
(ART. 109 DO C/P)

Requerida em 25/04/2016

92690/2016-48-00

Modelo CÍVEL 1341 01

0902362437



DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

AS CERTIDÕES SÃO VINTENÁRIAS E INFORMAM SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME, NO PERÍODO ASSINALADO. PODEM SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HONORÁRIOS, NÃO SERÁ FIRMADA DELEGAÇÃO DE HONORÁRIOS, NA SEDE DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI.

SERVIÇO REGISTRAL - RIQ DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA E DÁ FÉ, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO, RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO, NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS:

- a) Rescisórias;
- b) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
- c) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
- d) Ações Acidentárias;
- e) Retificações, Averbações e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
- f) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
- g) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
- h) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
- i) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em órfãos e Sucessões;
- j) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- k) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;
- l) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde.....

DEZENOVE DE ABRIL DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ate DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016) deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de: SETE INVESTIMENTOS 1 S/A, qualificacao: CNPJ 19.080.443/0001-68 (conforme e requerido)

Emitida em: 25/04/2016 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: N/C EU, REGISTRADOR, A ASSINO. EMOLUMENTOS R\$ 71,67 [Tab 1, Ato 1(R\$ 70,88), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,72), L.63 70/2º (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 14,19), FUNDPERJ(R\$ 3,54), FUNPERJ(R\$ 3,54), FUNARPEN(R\$ 2,83)Lei Estadual n 7.128/2015 R\$ 3,77; valor total R\$ 99,54

Poder Judiciário - TJERJ

Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNE28292 UVI

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

3º Ofício do Registro de Distribuição
Cert. Proc. nº ESPOSITO/ESPOSITO
Marcelo da Silva Esposito
Escrevente
Mat. 94/1748

3º Ofício do Registro de Distribuição
Maria Angélica Ferreira Coelho
Substituta do Titular
Mat. 94/8014

1601329

A PROVA NEGATIVA DA EXISTÊNCIA DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS É FEITA POR MEIO DAS CERTIDÕES DOS 1º, 2º, 3º, 4º E 5º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

ARA
(1)

ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / OHSAS 18001 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001 / ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RUA DA ASSEMBLÉIA 10 - SALA 2212
CENTRO CÂNDIDO MENDES

081429

O Doutor **Antonio Carlos Leite Penteado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,
CERTIFICA

que revendo os registros das distribuições de duplicatas, tripli-
catas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants",
debêntures, conhecimentos de frete, confissões de dívidas,
verificações de contas, contratos de câmbio, cédulas de crédito
bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu
serviço desde 01 ABRIL 2011 ATE 25 ABRIL 2016

NADA CONSTA CONTRA SETE INVESTIMENTOS 1 S/A
COM O CGC : 19080443/0001-68
(*UM*NOVE*ZERO*OITO*ZERO*QUATRO*QUATRO*TRES*ZERO*ZERO*ZERO*UM*SEIS*OITO*)



Laír Pires da Fonseca

LAIR PIRES DA FONSECA
3º Substituto
7º Ofício de Registro de Distribuição
Matrícula: 94-2983-CJ

O REFERIDO É VERDADE E DA FE' .
Certidão emitida em nome de SETE INVESTIMENTOS 1 S/A Cgc/Cpf 19080443000168
RIO DE JANEIRO (RJ), 26 ABRIL 2016
EU, OFICIAL, A ASSINO.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
	01	1	Buscas R\$ 18,96
	04	8	Cert.ext. livro R\$ 36,19
			EMOLUMENTOS R\$55,15
			F.E.T.J 20% R\$ 11,03
			FDPERJ+FFPERJ+FUNPEN 14% R\$ 7,70
			ATOS GRAT.E PRCMV 02% R\$ 0,72
			TOTAL DO ATO R\$74,60

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
EBKN 99588 OUV

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

SAC: 2531-2100

sac@setimo.com.br

PREVINHA-SE CONTRA O CÂNCER

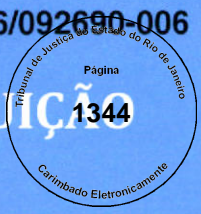
CONFERIDO POR

DIGITADO POR



9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

Serviço Registral - Capital - RJ



CNPJ: 27.586.239/0001-41 • Av. Nilo Peçanha, 26 - 6º andar - RJ • Tel.: (21) 3231-7703

CERTIDÃO FAZENDÁRIA EXECUTIVOS FISCAIS DO MUNICÍPIO E DO ESTADO

Emitida atendendo a Legislação Federal vigente (Art. 134,205,206 e 209 do CTN), o CODJERJ e as normas da Corregedoria - Geral da Justiça, MARCIO BAROUKEL DE SOUZA BRAGA, OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros de Registro, Papéis, Fichários, Arquivos e/ou Assentamentos das Distribuições e Comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes, CERTIFICA, CONFORME O REQUERIDO, e DÁ FÉ, observados os artigos 13,28 e 41 Lei 8935/94, com referência às buscas dos assuntos abaixo, no período certificado, exceto as relacionadas às EXECUÇÕES FISCAIS para as quais se realiza busca integral nos registros desta Serventia, e, que, desde **22 de Abril de 1996 à 22 de Abril de 2016**,

- I - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS AUTARQUIAS;
- II - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E SUAS AUTARQUIAS;
- III - Ações de Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica, e CERTIFICA
- IV - Ações de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
- V - Ações promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Ordinárias, Sumárias, Possessórias;
- VI - Medidas Cautelares promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpeleções;
- VII - Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpeleções, Cartas Precatórias e outras;
- VIII - Ações e Precatórias de competência dos juizados Especiais da Fazenda Pública. (Alínea acrescida pelo Provimento CGJ nº 31/2011),
QUE 4849783

NADA CONSTA contra o nome de ***SETE INVESTIMENTOS 1 S/A, c**
om CNPJ: **19.080.443/0001-68**, *****

dados estes fornecidos pelo requerente, conforme cópia do pedido de certidão arquivado nesta Serventia: *****

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2016

Emolumentos: BUSCA R\$ 77.27 + (R\$ 15.45 do FETJ + R\$ 3.86 do FUNDPERJ + R\$ 3.86 do FunPERJ + R\$ 3.09 do FunARPENRJ + R\$ 0.72 do FundoJG)

Valor do Ato: R\$ 104.25

FINALIDADE :INFORMACAO PESSOAL

Protocolo: CE-2016/092690-006
(006/008)

Buscado por: ROBERTO
Eu, Oficial a assino:

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral e Justiça
Selo de fiscalização eletrônica
EBMS82631 WKA
26/04/2016-10:38:47
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Patricia Gomes Braga Passos
Substituta
9º Ofício do Registro de Distribuição
Cart. Prof. nº 79.131S/052 RJ



CE-2016/092690-006



082631

9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

DOC. 39



1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélio Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) RESCISÓRIAS;
- B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- C) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- D) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- E) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- F) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- G) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- H) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- I) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- J) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- K) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
- L) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE VINTE E DOIS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ATÉ VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (22/04/1996 ATÉ 22/04/2016), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE INVESTIMENTOS 2 S/A - CNPJ: 19.080.492/0001-09***** Rio de Janeiro, Capital em 27/04/2016. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolument os Tab.01. Ato 01: R\$ 34,76, Tab.04-Ato 08: R\$ 36,19, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,72, FETJ: R\$ 14,19, FUNDPERJ: R\$ 3,54, FUNPERJ: R\$ 3,54, FUNARPEN: R\$ 2,83, ISS: R\$ 3,77. TOTAL: R\$ 99,54. EU, RICARDO C. MEIRELES (94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNG 51700 EMF
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RICARDO C. MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 27/04/2016 por:
RICARDO C. MEIRELES
Escrevente Substituto (MAT.94/1867)

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO RECIBO Nº 550961

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU FALSURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

817718
1787718

Certidão em nome de SETE INVESTIMENTOS 2 S/A - CNPJ: 19.080.492/0001-09, conforme o requerido.

2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 25/04/2016
MODELO(A) >> CERTIFICADA A A. L.
PARA FINS DE INFORMAÇÃO PESSOAL

1347
Página
R: 1453585
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Contribuição Eletrônica

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Rescisórias;
- B - Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatorias distribuídas as varas com competência Empresariais;
- C - Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência de Família;
- D - Ações Acidentárias;
- E - Retificações, Averbações e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência em Registros Públicos;
- F - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, notificações e outros) distribuídas as varas com competência Cíveis;
- G - Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência Cíveis;
- H - Ações e precatorias de competência das Varas Regionais;
- I - Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência em Orfãos e Sucessões;
- J - Ações e Precatorias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- K - Ações distribuídas as Varas de Infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro do artigo 382 desta Consolidação;
- L - Ações de competência da Justiça Itinerante, desde:

DEZENOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA SEIS ATÉ DEZENOVE DE ABRIL DE MIL DEZESSEIS (19/04/1996 até 19/04/2016) dele(s)* NADA CONSTA *contra o(s) nome(s) de: *****
SETE INVESTIMENTOS 2 S/A - qualificação: 19080492000109 (conforme requerido).

EMITIDA EM: 26/04/2016, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

EU, REGISTRADOR ASSINO. Emolumentos R\$ 99,54

Dig.: Tab1/Tab4, Ato 34,76/36,19 PMCMV(2X) 0,72 FETJ 14,19 FundPerj 3,54 FunPerj 3,54 FunArpen 2,81 ISS 3,77

Poder Judiciário - TJERJ

Corregedoria Geral da Justiça

Selo de Fiscalização Eletrônica

EBMR 88000 KMA

Consulte a validade do selo em:

<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Paulo Felipe de
Oliveira Silva
Autorizado
Mat. 94/2001



2º Ofício do Registro de Distribuição
SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
4494601
1096474

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
QUALQUER EMENDA OU BASURA SERÁ CONSIDERADA COMO
INDÍCIO DE ADULTELAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

APROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL E TEMA PELAS CERTIDÕES
DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AS AÇÕES PESSOAIS PRESCRIVEM EM VINTE ANOS (ART. 177
C.C.) A PRESCRIÇÃO DOS PROCESSOS PENAS ATINDE 20 ANOS
(ART. 109 DO C.P.)

ARQUIVISTA

Requerida em 25/04/2016

92690/2016-7-00

Modelo CÍVEL folha 01

0902362437



DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

AS CERTIDÕES SÃO VINTENÁRIAS E INFORMAM SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME. NO PERÍODO ASSINALADO, PODEM SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HONORÁRIO, PODE SER FINALIZADA DEGRADAÇÃO DE HONORÁRIO NA SEDE DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO SOB AS PENAS DA LEI.

Finalidade declarada INFORMACAO PESSOAL

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA E DÁ FÉ, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO, RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO, NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS:

- a) Rescisórias;
b) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
c) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
d) Ações Acidentárias;
e) Retificações, Averbações e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
f) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
g) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
h) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
i) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em órfãos e Sucessões;
j) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
k) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;
l) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde.....

DEZENOVE DE ABRIL DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ate DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016)

deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de:

SETE INVESTIMENTOS 2 S/A, qualificacao: CNPJ 19.080.492/0001-09 (conforme requerido)

Emitida em: 25/04/2016 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: N/C EU, REGISTRADOR, A ASSINO. EMOLUMENTOS R\$ 71,67 [Tab 1, Ato 1(R\$ 70,88), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,72), L.63 70/2º (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 14,19), FUNDPERJ(R\$ 3,54), FUNPERJ(R\$ 3,54), FUNARPEN(R\$ 2,83)Lei Estadual n 7.128/2015 R\$ 3,77; valor total R\$ 99,54

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNE28293 CPM

Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

3º Ofício do Registro de Distribuição
Cert. Proc. p/ REPOSITO/ESPOSITO
Marcello da Silva Esposito
Escrevente
Mat. 94/1748

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Maria Angélica Ferreira Coelho
Substituta do Titular
Mat. 94/8014

A PENA NEGATIVA DA EXISTÊNCIA DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS É FEITA POR MEIO DAS CERTIDÕES DOS 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

2601379

ARCA
(1)

ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001 / ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001

16000924000039

Página
1350

006533/2016



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RUA DA ASSEMBLÉIA 10 - SALA 2212
CENTRO CÂNDIDO MENDES

081430

O Doutor **Antonio Carlos Leite Penteado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,
CERTIFICA

que revendo os registros das distribuições de duplicatas, tripli-
catas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants",
debêntures, conhecimentos de frete, confissões de dívidas,
verificações de contas, contratos de câmbio, cédulas de crédito
bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu
serviço desde 01 ABRIL 2011 ATE' 25 ABRIL 2016

NADA CONSTA CONTRA SETE INVESTIMENTOS 2 S/A
COM O CGC : 19080492/0001-09
(*UM*NOVE*ZERO*OITO*ZERO*QUATRO*NOVE*DOIS*ZERO*ZERO*ZERO*UM*ZERO*NOVE*)



Lair Pires da Fonseca
LAIR PIRES DA FONSECA

3º Substituto
7º Ofício de Registro de Distribuição
Matrícula: 94-2983-CJ

O REFERIDO É VERDADE E DA' FE' .
Certidão emitida em nome de SETE INVESTIMENTOS 2 S/A Cgc/Cpf 19080492000109
RIO DE JANEIRO (RJ), 26 ABRIL 2016
EU, OFICIAL, A ASSINO.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
	01	1	Buscas R\$ 18,96
	04	8	Cert.ext. livro R\$ 36,19
			EMOLUMENTOS R\$ 55,15
			F.E.T.J 20% R\$ 11,03
			FDPERJ+PPERJ+FUNPEN 14% R\$ 7,70
			ATOS GRAT.E PRCMV 02% R\$ 0,72
			TOTAL DO ATO R\$ 74,60

Foder Judiciario - TJERJ
Corregedoria Geral de Justica
Selo de Fiscalizacao Eletronico
EBKN 99589 NHM

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

SAC: 2531-2100

sac@setimo.com.br

PREVINHA-SE CONTRA O CÂNCER

CONFERIDO POR

DIGITADO POR



CERTIDAO FAZENDÁRIA EXECUTIVOS FISCAIS DO MUNICIPIO E DO ESTADO

Emitida atendendo a Legislação Federal vigente (Art. 134, 205, 206 e 209 do CTN), o CODJERJ e as normas da Corregedoria - Geral da Justiça, MARCIO BAROUKEL DE SOUZA BRAGA, OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros de Registro, Papéis, Fichários, Arquivos e/ou Assentamentos das Distribuições e Comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes, CERTIFICA, CONFORME O REQUERIDO, e DÁ FÉ, observados os artigos 13, 28 e 41 Lei 8935/94, com referência às buscas dos assuntos abaixo, no período certificado, exceto as relacionadas às EXECUÇÕES FISCAIS para as quais se realiza busca integral nos registros desta Serventia, e, que, desde **22 de Abril de 1996 à 22 de Abril de 2016**,

- I - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS AUTARQUIAS;
- II - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E SUAS AUTARQUIAS;
- III - Ações de Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica, e CERTIFICA
- IV - Ações de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
- V - Ações promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Ordinárias, Sumárias, Possessórias;
- VI - Medidas Cautelares promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpelações;
- VII - Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpelações, Cartas Precatórias e outras;
- VIII - Ações e Precatórias de competência dos juzizados Especiais da Fazenda Pública. (Alínea acrescida pelo Provimento CGJ nº 31/2011),
QUE 4849782

NADA CONSTA contra o nome de ***SETE INVESTIMENTOS 2 S/A, c**
om CNPJ: 19.080.492/0001-09, *****
dados estes fornecidos pelo requerente, conforme cópia do pedido de
certidão arquivado nesta Serventia: *****
Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2016

Emolumentos: BUSCA R\$ 77,27 + (R\$ 15,45 do FETJ + R\$ 3,86 do FunDPERJ + R\$ 3,86 do FunPERJ + R\$ 3,09 do FunARPENRJ + R\$ 0,72 do FundoJG)

Valor do Ato: R\$ 104,25

FINALIDADE : INFORMACAO PESSOAL

Protocolo: CE-2016/092690-007
(007/008)

Buscado por: JEFERSON
Eu, Oficial a assino:

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral e Justiça
Selo de fiscalização eletrônica
EBMS82632 PCO

26/04/2016-10:37:01

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Patricia Gomes Braga Passos
Substituta
9º Ofício do Registro de Distribuição
Cart. Prof. nº 79.131S/052 RJ



CE-2016/092690-007



082632

DOC. 40

FINALIDADE EXCLUSIVA declarada pelo requerente:

INFORMACAO PESSOAL.



1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) RESCISÓRIAS;
- B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- C) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- D) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- E) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- F) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- G) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- H) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- I) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- J) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- K) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
- L) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE VINTE E DOIS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ATÉ VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (22/04/1996 ATÉ 22/04/2016), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE HOLDING GMBH - CNPJ: 18.916.517/0001-90 ***** Rio de Janeiro, Capital em 27/04/2016. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolument os Tab.01. Ato 01: R\$ 34,76, Tab.04-Ato 08: R\$ 36,19, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,72, FETJ: R\$ 14,19, FUNDPERJ: R\$ 3,54, FUNPERJ: R\$ 3,54, FUNARPEN: R\$ 2,83, ISS: R\$ 3,77. TOTAL: R\$ 99,54. EU, RICARDO C. MEIRELES (94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNG 51701 DLT
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Ricardo C. Meireles
RICARDO C. MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 27/04/2016 por:
RICARDO C. MEIRELES
Escrevente Substituto (MAT.94/1867)

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RECIBO Nº 550961

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

1787717

Certidão em nome de SETE HOLDING GMBH - CNPJ: 18.916.517/0001-90, conforme o requerido.

2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 25/04/2016
MODELO(A) >> CERTIFICAÇÃO A L
PARA FINS DE INFORMAÇÃO PESSOAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página 1354
R: 1453585
Contribuição Eletrônica

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CERTIFICAÇÃO e DÁFÉ

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Rescisórias;
- B - Falencias, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatorias distribuidas as varas com competencia Empresariais;
- C - Separacoes, Divorcios, Alimentos e outras acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia de Familia;
- D - Acoes Acidentarias;
- E - Retificacoes, Averbacoes e outras acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia em Registros Publicos;
- F - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensoes, notificacoes e outros) distribuidas as varas com competencia Civeis;
- G - Ordinarias, Sumarias, Despejos, Consignatorias, Execucoes e outras acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia Civeis;
- H - Acoes e precatorias de competencia das Varas Regionais;
- I - Inventarios, testamentos, arrolamentos, arrecadaoes, administracoes provisorias, tutelas, interditoes, curatelas, declaracoes de ausencia e outras acoes e precatorias distribuidas as varas com competencia em Orfaos e Sucessoes;
- J - Acoes e Precatorias de competencia dos Juizados Especiais Civeis;
- K - Acoes distribuidas as Varas de Infancia, da juventude e do idoso, mencionadas no paragrafo primeiro do artigo 382 desta Consolidacao;
- L - Acoes de competencia da Justica Itinerante, desde:

DEZENOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA SEIS ATE DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016) dele(s)* NADA CONSTA *contra o(s) nome(s) de: *****
SEITE HOLDING GREEN - qualifiacao: 18916517000190 (conforme requerido).

EMITIDA EM: 26/04/2016, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.
ELI, REGISTRADOR ASSINADO. Emolumentos R\$ 159,54
Dig.: Tab1/Tab4, Ato 34,76/36,19 PNCMV(2%) 0,72 FETJ 14,19 FundPerj 3,54 FunPerj 3,54 FunArpen 2,85 IES 3,77
Poder Judiciario - TJERJ

Corregedoria Geral da Justica
Selo de Fiscalizacao Eletronico
EBMR 87996 KUP

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Paulo Felipe de Oliveira Silva
Paulo Felipe de Oliveira Silva
Autorizado
Mat. 94/2001



4494597

2º Ofício do Registro de Distribuição

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

VISTADO

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO
INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

APROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL E FEITA PELAS CERTIDÕES
DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AS AÇÕES PESSOAIS PRESCREvem EM VINTE ANOS (ART. 177
CC) A PRESCRIÇÃO DOS PROCESSOS PENAS ATINTE 20 ANOS
(ART. 109 DO CC)

Requerida em 25/04/2016

92690/2016-1355-00

Modelo CÍVEL folha 01

0902362437



DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

AS CERTIDÕES SÃO VINTENÁRIAS E INFORMAM SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME, NO PERÍODO ASSINALADO. PODEM SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HOMÔNIMO, PODE SER FIRMADA DECLARAÇÃO DE HOMÔNIMO, NA SEDE DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI.

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA E DÁ FÉ, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO, RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO, NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS:

- a) Rescisórias;
- b) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
- c) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
- d) Ações Acidentárias;
- e) Retificações, Averbagens e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
- f) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
- g) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
- h) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
- i) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em órfãos e Sucessões;
- j) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- k) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;
- l) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde.....

DEZENOVE DE ABRIL DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ate DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016)

deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de:
SETE HOLDING GMBH, qualificacao: CNPJ 18.916.517/0001-90 (conforme requerido)

Emitida em: 25/04/2016 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: N/C EU, REGISTRADOR, A ASSINO.
EMOLUMENTOS R\$ 71,67 [Tab 1, Ato 1(R\$ 70,88), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,72), L.6370/29 (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 14,19), FUNDPERJ(R\$ 3,54), FUNPERJ(R\$ 3,54), FUNARPEN(R\$ 2,83)Lei Estadual n 7.128/2015 R\$ 3,77; valor total R\$ 99,54

Foder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNE28294 00W

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ /ESPOSITO

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Marcello da Silva Esposito
Escrivão
Mat. 94/1748

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Maria Angélica Ferreira Coelho
Substituta do Titular
Mat. 94/8014

A PRIMA NEGATIVA DA EXISTÊNCIA DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS É FEITA POR MEIO DAS CERTIDÕES DOS 1º, 2º, 3º, 4º E 5º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

8801379

CERTIDÃO MODELO CIVEL

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
CERTIDÃO DE REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS



00-092690

1600092690008

1356

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$34,76 Tab 19 Item 08
R\$36,19 (FETJ) R\$:14,19 (FUNPERJ) R\$:3,54
(FUNDPERJ) R\$:3,54 (FUNARPEN) R\$:2,83 (CG
PORTARIA 17/13) R\$:0,72 (LEI 3189/15 art 2)
R\$:3,77 = Total R\$:99,54



4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho Titular
Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto Substituto do Titular
Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis Segundo Substituto

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

MARCOS

(0)
26/04/2016

C E R T I F I C A

Folha: 1
09:11:10
BNK28824

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no periodo
requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

- I - INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
II - RESCISÓRIAS e outras ações de competência originária da 2ª Instância;
III - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência
EMPRESARIAIS;
IV - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de FAMÍLIA;
V - AÇÕES ACIDENTÁRIAS de competência das Varas Cíveis;
VI - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em REGISTROS PÚBLICOS;
VII - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES e outros) distribuídas às varas com
competência Cíveis;
VIII - ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com
competência Cíveis;
IX- Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
X- INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES,
CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em ÓRFÃOS E
SUCESSÕES afetos a este Ofício;
XI - AÇÕES E PRECATÓRIAS de competência dos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS afetos a este Ofício;
XII - Ações distribuídas às varas da infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta
Consolidação;
XIII - Ações de Competência da Justiça Itinerante, desde:

DEZENOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS xxxxxxxxxxxxxxxx ate
DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
SETE HOLDING GMBH xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ:18.916.517/0001-90////////////////////////////////////
REQUERIDA E EMITIDA EM 25/04/2016,RIO DE JANEIRO.////
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:PESQUISA PESSOAL.////

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNK28824 TMM
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Utilização do processo de
chancela mecânica
autorizado pelo aviso nº
1388/2012 de 29 de
novembro de 2012

4º Ofício do Registro de Distribuição - Comarca da Capital
Naraina de Aquino
Escrevente Substituta - Mat: 94/0290 - CGJ

9161927564303008



CONFERIDO POR:

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER
EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE
FALSIFICAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.
A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO
1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.
CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

00653762016

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RUA DA ASSEMBLÉIA 10 - SALA 2212
CENTRO CÂNDIDO MENDES

081431

O Doutor **Antonio Carlos Leite Penteadado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,
CERTIFICA

que revendo os registros das distribuições de duplicatas, tripli-
catas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants",
debêntures, conhecimentos de frete, confissões de dívidas,
verificações de contas, contratos de câmbio, cédulas de crédito
bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu
serviço desde 01 ABRIL 2011 ATE' 25 ABRIL 2016

NADA CONSTA CONTRA SETE HOLDING GMBH
COM O CGC : 18916517/0001-90
(*UM*OITO*NOVE*UM*SEIS*CINCO*UM*SETE*ZERO*ZERO*ZERO*UM*NOVE*ZERO*)



Lair Pires da Fonseca
LAIR PIRES DA FONSECA

3º Substituto
7º Ofício de Registro de Distribuição
Matrícula: 94-2983-CJ

O REFERIDO É VERDADE E DA' FE'.
Certidão emitida em nome de SETE HOLDING GMBH Cgc/Cpf 18916517000190
RIO DE JANEIRO (RJ), 26 ABRIL 2016
EU, OFICIAL, A ASSINO.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
	01	1	Buscas R\$ 18,96
	04	8	Cert.ext. livro R\$ 36,19
			EMOLUMENTOS R\$55,15
			F.E.T.J 20% R\$ 11,03
			FDPERJ+FPERJ+FUNPEN 14% R\$ 7,70
			ATOS GRAT.E PFCMV 02% R\$ 0,72
			TOTAL DO ATO R\$74,60

Poder Judiciario - TJERJ
Corregedoria Geral de Justica
Selo de Fiscalizacao Eletronico
EBKN 99590 XVD

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

PREVINHA-SE CONTRA O CÂNCER

CONFERIDO POR

DIGITADO POR

7
7
7
7

ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001 / ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001



9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

Serviço Registral - Capital - RJ



CNPJ: 27.586.239/0001-41 • Av. Nilo Peçanha, 26 - 6º andar - RJ • Tel.: (21) 3231-7703

CERTIDAO FAZENDÁRIA EXECUTIVOS FISCAIS DO MUNICIPIO E DO ESTADO

Emitida atendendo a Legislação Federal vigente (Art. 134, 205, 206 e 209 do CTN), o CODJERJ e as normas da Corregedoria - Geral da Justiça, MARCIO BAROUKEL DE SOUZA BRAGA, OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros de Registro, Papéis, Fichários, Arquivos e/ou Assentamentos das Distribuições e Comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes, CERTIFICA, CONFORME O REQUERIDO, e DÁ FÉ, observados os artigos 13, 28 e 41 Lei 8935/94, com referência às buscas dos assuntos abaixo, no período certificado, exceto as relacionadas às EXECUÇÕES FISCAIS para as quais se realiza busca integral nos registros desta Serventia, e, que, desde **22 de Abril de 1996 à 22 de Abril de 2016**,

- I - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS AUTARQUIAS;
- II - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E SUAS AUTARQUIAS;
- III - Ações de Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica, e CERTIFICA
- IV - Ações de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
- V - Ações promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Ordinárias, Sumárias, Possessórias;
- VI - Medidas Cautelares promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpelações;
- VII - Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpelações, Cartas Precatórias e outras;
- VIII - Ações e Precatórias de competência dos juizados Especiais da Fazenda Pública. (Alínea acrescida pelo Provimento CGJ nº 31/2011),
QUE 4849801

NADA CONSTA contra o nome de ***SETE HOLDING GMBH, com CNPJ : 18.916.517/0001-90,** *****

dados estes fornecidos pelo requerente, conforme cópia do pedido de certidão arquivado nesta Serventia: *****

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2016

Emolumentos: BUSCA R\$ 77,27 + (R\$ 15,45 do FETJ + R\$ 3,86 do FunDPERJ + R\$ 3,86 do FunPERJ + R\$ 3,09 do FunARPENRJ + R\$ 0,72 do FundoJG)

Valor do Ato: R\$ 104,25

FINALIDADE : INFORMACAO PESSOAL

Protocolo: CE-2016/092690-008
(008/008)

Buscado por: JEFERSON
Eu, Oficial a assino:

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral e Justiça
Selo de fiscalização eletrônica
EBMS82633 BAE

26/04/2016-10:40:20

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Patricia Gomes Braga Passos
Substituta
9º Ofício do Registro de Distribuição
Cart. Prof. nº 79.131S/052 RJ



CE-2016/092690-008



082633

DOC. 41

FINALIDADE EXCLUSIVA declarada pelo requerente:

INFORMACAO PESSOAL.



1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) RESCISÓRIAS;
- B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- C) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- D) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- E) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- F) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- G) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- H) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- I) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- J) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- K) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
- L) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE VINTE E DOIS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ATÉ VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (22/04/1996 ATÉ 22/04/2016), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE INTERNACIONAL ONE GMBH - CNPJ: 14.291.318/0001-83***** Rio de Janeiro, Capital em 27/04/2016. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolument os Tab.01. Ato 01: R\$ 34,76, Tab.04-Ato 08: R\$ 36,19, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,72, FETJ: R\$ 14,19, FUNDPERJ: R\$ 3,54, FUNPERJ: R\$ 3,54, FUNARPEN: R\$ 2,83, ISS: R\$ 3,77. TOTAL: R\$ 99,54. EU, RICARDO C. MEIRELES (94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNG 51697 BIS
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Ricardo C. Meireles
RICARDO C. MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 27/04/2016 por:
RICARDO C. MEIRELES
Escrevente Substituto (MAT.94/1867)

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RECIBO Nº 550961

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTELAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

1787721

Certidão em nome de SETE INTERNACIONAL ONE GMBH - CNPJ: 14.291.318/0001-83, conforme o requerido.

2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 25/04/2016
MODELO(A) >> CERTIFICADA A L
PARA FINS DE INFORMAÇÃO PESSOAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página 1361
R: 453585
Contribuição Eletrônica

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO
NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CERTIFICADA e DÁFÉ

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
QUALQUER EMENDA OU PASARÁ SERÁ CONSIDERADA COMO
INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

APROVAÇÃO NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL E FEITA PELAS CERTIDÕES
DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AS ADES PESSOAS PRESENCIAIS EM VINTE ANOS (ART. 177
C/C) A PRESUNÇÃO DOS PROCESSOS PENAS ATINDE 20 ANOS
(ART. 189 DO C/P)

- A - Rescisórias;
- B - Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatorias distribuidas as varas com competencia Empresariais;
- C - Separacoes, Divorcios, Alimentos e outras ações e precatorias distribuidas as varas com competencia de Familia;
- D - Ações Acidentarias;
- E - Retificacoes, Averbacoes e outras ações e precatorias distribuidas as varas com competencia em Registros Publicos;
- F - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, notificacoes e outros) distribuidas as varas com competencia Civeis;
- G - Ordinarias, Sumarias, Despejos, Consignatorias, Execucoes e outras ações e precatorias distribuidas as varas com competencia Civeis;
- H - Ações e precatorias de competencia das Varas Regionais;
- I - Inventarios, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administracoes provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declaracoes de ausencia e outras ações e precatorias distribuidas as varas com competencia em Orfãos e Sucessões;
- J - Ações e Precatorias de competencia dos Juizados Especiais Civeis;
- K - Ações distribuidas as Varas de Infancia, da juventude e do idoso, mencionadas no paragrafo primeiro do artigo 382 desta Consolidacao;
- L - Ações de competencia da Justica Itinerante, desde:

DEZENOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA SEIS ATE DEZENOVE DE ABRIL DE

E DOIS MIL DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016) dele(s)* NADA CONSTA

*contra o(s) nome(s) de: *****

SETE INTERNACIONAL ONE GRIEH- - - - -

, qualificacao: 14291318000183 (conforme requerido).

EMITIDA EM: 26/04/2016, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

ELI, REGISTRADOR ASSINO. Emolumentos R\$ 57,57 em 56,49

Dig.: Tab1/Tab4, Ato 34,76/36,19 PMCNV(2%) 0,72 FETJ 14,19 FundPerj 3,54 FunPerj 3,54 FunArpen 2,83 ISS 3,77

Poder Judiciario - TJERJ

Corregedoria Geral da Justica

Selo de Fiscalizacao Eletronico

EBMR 87997 KUQ

Consulte a validade do selo em:

<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Paulo Felipe de Oliveira Silva
Paulo Felipe de
Oliveira Silva
Autorizado
Mat. 94/2001



SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

48654598

2º Ofício do Registro de Distribuição

ARQUIVISTA

Requerida em 25/04/2016

92690/2016-3-00

Modelo CÍVEL folha 01

0902362437



DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURAS SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

AS CERTIDÕES SÃO VINTENÁRIAS E INFORMAM SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME. NO PERÍODO ASSINALADO, PODEM SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HONORÁRIO, PODE SER FORMADA DECLARAÇÃO DE HONORÁRIA NA SEDE DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI.

Finalidade declarada INFORMACAO PESSOAL.

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA E DÁ FÉ, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO, RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO, NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS:

- a) Rescisórias;
b) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
c) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
d) Ações Acidentárias;
e) Retificações, Averbacões e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
f) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
g) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
h) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
i) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em órfãos e Sucessões;
j) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
k) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;
l) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde.....

DEZENOVE DE ABRIL DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ate DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016) * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de: SETE INTERNACIONAL ONE GMBH, qualificacao: CNPJ 14.291.318/0001-83 (conforme requerido)

Emitida em: 25/04/2016 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: N/C EU, REGISTRADOR, A ASSINO. EMOLUMENTOS R\$ 71,67 [Tab 1, Ato 1(R\$ 70,88), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,72), L.6370/29 (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 14,19), FUNDPERJ(R\$ 3,54), FUNPERJ(R\$ 3,54), FUNARPEN(R\$ 2,83)Lei Estadual n 7.128/2015 R\$ 3,77; valor total R\$ 99,54

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDNE28289 JKK

Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Cert. 3º Ofício do Registro de Distribuição
Marcello da Silva Esposito
Escrivente
Mat. 94/1748

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Maria Angélica Ferreira Coelho
Substituta do Titular
Mat. 94/8014

68013279

A PROVA NEGATIVA DA EXISTÊNCIA DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS É FEITA POR MEIO DAS CERTIDÕES DOS 1º, 2º, 3º, 4º E 5º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

CERTIDÃO MODELO CIVEL

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
CERTIDÃO DE REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS



1600092690003

00-092690

1363

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$34,76 Tab 19 Item 08 R\$36,19 (FETJ) R\$:14,19 (FUNPERJ) R\$:3,54 (FUNDPERJ) R\$:3,54 (FUNARPEN) R\$:2,83 (CG PORTARIA 17/13) R\$:0,72 (LEI 3189/15 art 2) R\$:3,77 = Total R\$:99,54



4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho Titular
Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto Substituto do Titular
Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis Segundo Substituto

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

MARCOS

(0)
26/04/2016

C E R T I F I C A

Folha: 1
09:11:10
BNK28819

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no periodo requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

- I - INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
II - RESCISÓRIAS e outras ações de competência originária da 2ª Instância;
III - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência EMPRESARIAIS;
IV - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de FAMÍLIA;
V - AÇÕES ACIDENTÁRIAS de competência das Varas Cíveis;
VI - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em REGISTROS PÚBLICOS;
VII - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES e outros) distribuídas às varas com competência Cíveis;
VIII - ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cíveis;
IX- Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
X- INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em ÓRFÃOS E SUCESSÕES afetos a este Ofício;
XI - AÇÕES E PRECATÓRIAS de competência dos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS afetos a este Ofício;
XII - Ações distribuídas às varas da infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e tercelro do artigo 33 desta Consolidação;
XIII - Ações de Competência da Justiça Itinerante, desde:

DEZENOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS xxxxxxxxxxxxxxxx ate DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de SETE INTERNACIONAL ONE GMBH xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ:14.291.318/0001-83//... REQUERIDA E EMITIDA EM 25/04/2016, RIO DE JANEIRO.//... FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: PESQUISA PESSOAL.//...

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNK28819 LNQ
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Utilização do processo de
chancela mecânica
autorizado pelo aviso nº
1388/2012 de 29 de
novembro de 2012

4º Ofício do Registro de Distribuição - Comarca da Capital
Naraina de Aquino
Escriventa Substituta - Mat. 940280 - CGJ

9161927564303003



CONFERIDO POR:

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.
A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.
CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001 / ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001 / ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RUA DA ASSEMBLÉIA 10 - SALA 2212
CENTRO CÂNDIDO MENDES

081426 G

O Doutor **Antonio Carlos Leite Penteadado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,
CERTIFICA

que revendo os registros das distribuições de duplicatas, tripli-
catas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants",
debêntures, conhecimentos de frete, confissões de dívidas,
verificações de contas, contratos de câmbio, cédulas de crédito
bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu
serviço desde 01 ABRIL 2011 ATE 25 ABRIL 2016

NADA CONSTA CONTRA SETE INTERNACIONAL ONE GMBH
COM O CGC : 14291318/0001-83
(*UM*QUATRO*DOIS*NOVE*UM*TRES*UM*OITO*ZERO*ZERO*ZERO*UM*OITO*TRES*)



Lair Pires da Fonseca

LAIR PIRES DA FONSECA
3º Substituto
7º Ofício de Registro de Distribuição
Matrícula: 94-2983-CJ

O REFERIDO É VERDADE E DA FE'.
Certidão emitida em nome de SETE INTERNACIONAL ONE GMBH Cgc/Cpf 14291318000183
RIO DE JANEIRO (RJ), 26 ABRIL 2016
EU, OFICIAL, A ASSINO.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
	01	1	Buscas R\$ 18,96
	04	8	Cert.ext. Livro R\$ 36,19
			EMOLUMENTOS R\$ 55,15
			F.E.T.J 20% R\$ 11,03
			FDPERJ+PPERJ+FUNPEN 14% R\$ 7,70
			ATOS GRAT.E P.M.C.M.V 02% R\$ 0,72
			TOTAL DO ATO R\$ 74,60

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
EBKN 99585 SKO

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

SAC: 2531-2100

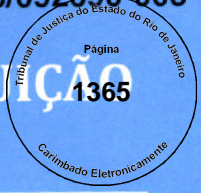
sac@setimo.com.br

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU FALSIFICAÇÃO SERÁ CONSIDERADA COMO ATOS DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.
PREVINIR-SE CONTRA O CÂNCER
CONFERIDO POR
DIGITADO POR



9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

Serviço Registral - Capital - RJ



CNPJ: 27.586.239/0001-41 • Av. Nilo Peçanha, 26 - 6º andar - RJ • Tel.: (21) 3231-7703

CERTIDÃO FAZENDÁRIA EXECUTIVOS FISCAIS DO MUNICÍPIO E DO ESTADO

Emitida atendendo a Legislação Federal vigente (Art. 134, 205, 206 e 209 do CTN), o CODJERJ e as normas da Corregedoria - Geral da Justiça, MARCIO BAROUKEL DE SOUZA BRAGA, OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros de Registro, Papéis, Fichários, Arquivos e/ou Assentamentos das Distribuições e Comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes, CERTIFICA, CONFORME O REQUERIDO, e DÁ FÉ, observados os artigos 13, 28 e 41 Lei 8935/94, com referência às buscas dos assuntos abaixo, no período certificado, exceto as relacionadas às EXECUÇÕES FISCAIS para as quais se realiza busca integral nos registros desta Serventia, e, que, desde **22 de Abril de 1996 à 22 de Abril de 2016**,

- I - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS AUTARQUIAS;
- II - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E SUAS AUTARQUIAS;
- III - Ações de Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica, e CERTIFICA
- IV - Ações de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
- V - Ações promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Ordinárias, Sumárias, Possessórias;
- VI - Medidas Cautelares promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpelações;
- VII - Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpelações, Cartas Precatórias e outras;
- VIII - Ações e Precatórias de competência dos juizados Especiais da Fazenda Pública. (Alínea acrescida pelo Provimento CGJ nº 31/2011), QUE 4849780

NADA CONSTA contra o nome de ***SETE INTERNACIONAL ONE GMB H**, com CNPJ: **14.291.318/0001-83**, *****

dados estes fornecidos pelo requerente, conforme cópia do pedido de certidão arquivado nesta Serventia: *****

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2016

Emolumentos: BUSCA R\$ 77.27 + (R\$ 15.45 do FETJ + R\$ 3.86 do FunDPERJ + R\$ 3.86 do FunPERJ + R\$ 3.09 do FunARPENRJ + R\$ 0.72 do FundoJG)

Valor do Ato: R\$ 104.25

FINALIDADE : INFORMACAO PESSOAL

Protocolo: CE-2016/092690-003
(003/008)

Buscado por: ROBERTO
Eu, Oficial a assino:

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral e Justiça
Selo de fiscalização eletrônica
EBMS82628 MGB
26/04/2016-10:38:38
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Patricia Gomes Braga Passos
Substituta
9º Ofício do Registro de Distribuição
Cart. Prof. nº 79.131S/052 RJ



CE-2016/092690-003



082628

DOC. 42



Criminado Eletronicamente

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) RESCISÓRIAS;
- B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- C) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- D) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- E) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- F) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- G) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- H) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- I) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- J) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- K) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
- L) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE VINTE E DOIS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ATÉ VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (22/04/1996 ATÉ 22/04/2016), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE INTERNACIONAL TWO GMBH - CNPJ: 20.517.195/0001-59 ***** Rio de Janeiro, Capital em 27/04/2016. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolument os Tab.01. Ato 01: R\$ 34,76, Tab.04-Ato 08: R\$ 36,19, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,72, FETJ: R\$ 14,19, FUNDPERJ: R\$ 3,54, FUNPERJ: R\$ 3,54, FUNARPEN: R\$ 2,83, ISS: R\$ 3,77. TOTAL: R\$ 99,54. EU, RICARDO C. MEIRELES (94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNG 51698 DHQ

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Ricardo C. Meireles
RICARDO C. MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 27/04/2016 por: *Ricardo C. Meireles*
RICARDO C. MEIRELES
Escrivente Substituto (MAT.94/1867)

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

027720
1787720

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RECIBO Nº 550961

Requerida em 25/04/2016

92690/2016-400

Modelo CÍVEL folha 01

0902362437



DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

AS CERTIDÕES SÃO VINTENÁRIAS E INFORMAM SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME, NO PERÍODO ASSINALADO. PODER SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HONORÁRIA, PODE SER FIRMADA DEBENEFICIAÇÃO DE HONORÁRIA NA SEDE DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI.

Finalidade declarada INFORMACAO PESSOAL

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA E DÁ FÉ, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO, RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO, NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS:

- a) Rescisórias;
b) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
c) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
d) Ações Acidentárias;
e) Retificações, Averbações e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
f) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
g) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
h) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
i) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em órfãos e Sucessões;
j) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
k) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;
l) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde.....

DEZENOVE DE ABRIL DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS ate DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (19/04/1996 ate 19/04/2016)

deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de: SETE INTERNACIONAL TWO GMBH, qualificacao: CNPJ 20.517.195/0001-59 (conforme requerido)

Emitida em: 25/04/2016 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: N/C EU, REGISTRADOR, A ASSINO. EMOLUMENTOS R\$ 71,67 [Tab 1, Ato 1(R\$ 70,88), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,72), L.6370/20 (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 14,19), FUNDPERJ(R\$ 3,54), FUNPERJ(R\$ 3,54), FUNARPEN(R\$ 2,83)Lei Estadual n 7.128/2015 R\$ 3,77; valor total R\$ 99,54

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNE28290 PWI

Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Cert. Procto/ DESPOSITO
3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Marcello da Silva Esposito
Escrivente
Mat. 94/1748

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Maria Angélica Ferreira Coelho
Substituta do Titular
Mat. 94/8014

A PROVA NEGATIVA DA EXISTÊNCIA DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS É FEITA POR MEIO DAS CERTIDÕES DOS 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º, 100º.

0601379

4º Ofício do Registro de Distribuição 1912784

CERTIDÃO MODELO CIVEL

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
CERTIDÃO DE REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS



00-092690

16000926900004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página 1370
Contribuição Eletrônica

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$34,76 Tab 19 Item 08
R\$36,19 (FETJ) R\$:14,19 (FUNPERJ) R\$:3,54
(FUNDPERJ) R\$:3,54 (FUNARPEN) R\$:2,83 (CG
PORTARIA 17/13) R\$:0,72 (LEI 3189/15 art 2)
R\$:3,77 = Total R\$:99,54

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho Titular
Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto Substituto do Titular
Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis Segundo Substituto

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI, Folha: 1

MARCOS
(0)
26/04/2016

C E R T I F I C A

09:11:10
BNK28820

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

- I - INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
II - RESCISÓRIAS e outras ações de competência originária da 2ª Instância;
III - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência EMPRESARIAIS;
IV - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de FAMÍLIA;
V - AÇÕES ACIDENTÁRIAS de competência das Varas Cíveis;
VI - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em REGISTROS PÚBLICOS;
VII - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES e outros) distribuídas às varas com competência Cíveis;
VIII - ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cíveis;
IX- Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
X- INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em ÓRFÃOS E SUCESSÕES afetos a este Ofício;
XI - AÇÕES E PRECATÓRIAS de competência dos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS afetos a este Ofício;
XII - Ações distribuídas às varas da infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação;
XIII - Ações de Competência da Justiça Itinerante, desde:

DEZENOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS xxxxxxxxxxxxxxxx ate
DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
SETE INTERNACIONAL TWO GMBH xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ:20.517.195/0001-59//
REQUERIDA E EMITIDA EM 25/04/2016,RIO DE JANEIRO.//
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:PESQUISA PESSOAL.//

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBNK28820 APF
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Utilização do processo de
chancela mecânica
autorizado pelo aviso nº
1388/2012 de 29 de
novembro de 2012

4º Ofício do Registro de Distribuição - Comarca da Capital
Naraina de Aquino
Escrevente Substituta - Mat: 940280 - CGJ

9161927564303004



CONFERIDO POR:

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRONICO. QUALQUER
EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDICIO DE
FRAUDE.
A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO
1º, 2º, 3º e 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.
CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARTE EXTRAJUDICIAL

AREA (1)

ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001 / ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001 / ISO 9001 / ISO 14001 / ABNT NBR 15906 / ABNT NBR 16001 / OHSAS 18001

7
7
7
7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RUA DA ASSEMBLÉIA 10 - SALA 2212
CENTRO CÂNDIDO MENDES

081427

O Doutor **Antonio Carlos Leite Penteadado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,

CERTIFICA

que revendo os registros das distribuições de duplicatas, tripli-
catas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants",
debêntures, conhecimentos de frete, confissões de dívidas,
verificações de contas, contratos de câmbio, cédulas de crédito
bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu
serviço desde 01 ABRIL 2011 ATE' 25 ABRIL 2016

NADA CONSTA CONTRA SETE INTERNACIONAL TWO GMBH
COM O CGC : 20517195/0001-59
(*DOIS*ZERO*CINCO*UM*SETE*UM*NOVE*CINCO*ZERO*ZERO*ZERO*UM*CINCO*NOVE*)



Lair Pires da Fonseca

LAIR PIRES DA FONSECA
3º Substituto
7º Ofício de Registro de Distribuição
Matrícula: 94-2983-CJ

O REFERIDO É VERDADE E DA' FE'.
Certidão emitida em nome de SETE INTERNACIONAL TWO GMBH Cgc/Cpf 20517195000159
RIO DE JANEIRO (RJ), 26 ABRIL 2016
EU, OFICIAL, A ASSINO.

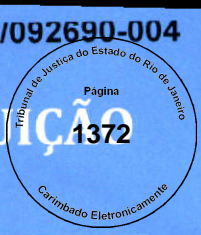
TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
	01	1	Buscas R\$ 18,96
	04	8	Cert.ext. livro R\$ 36,19
			EMOLUMENTOS R\$ 55,15
			F.E.T.J 20% R\$ 11,03
			FDPERJ+PPERJ+FUNPEN 14% R\$ 7,70
			ATOS GRAT.E PCCMV 02% R\$ 0,72
			TOTAL DO ATO R\$ 74,60

Foder Judiciario - TJERJ
Corregedoria Geral de Justica
Selo de Fiscalizacao Eletronico
EBKN 99586 JMJ
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

SAC: 2531-2100

sac@setimo.com.br

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
QUALQUER EMENDA OU FALSURA SERÁ CONSIDERADA COMO
ATILICIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.
PREVINIR-SE CONTRA O CÂNCER
CONFERIDO POR
DIGITADO POR



CERTIDAO FAZENDÁRIA EXECUTIVOS FISCAIS DO MUNICIPIO E DO ESTADO

Emitida atendendo a Legislação Federal vigente (Art. 134, 205, 206 e 209 do CTN), o CODJERJ e as normas da Corregedoria - Geral da Justiça, MARCIO BAROUKEL DE SOUZA BRAGA, OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros de Registro, Papéis, Fichários, Arquivos e/ou Assentamentos das Distribuições e Comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes, CERTIFICA, CONFORME O REQUERIDO, e DÁ FÉ, observados os artigos 13, 28 e 41 Lei 8935/94, com referência às buscas dos assuntos abaixo, no período certificado, exceto as relacionadas às EXECUÇÕES FISCAIS para as quais se realiza busca integral nos registros desta Serventia, e, que, desde **22 de Abril de 1996 à 22 de Abril de 2016**,

- I - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS AUTARQUIAS;
- II - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E SUAS AUTARQUIAS;
- III - Ações de Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica, e CERTIFICA
- IV - Ações de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
- V - Ações promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Ordinárias, Sumárias, Possessórias;
- VI - Medidas Cautelares promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpelações;
- VII - Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpelações, Cartas Precatórias e outras;
- VIII - Ações e Precatórias de competência dos juzizados Especiais da Fazenda Pública. (Alínea acrescida pelo Provimento CGJ nº 31/2011),
4849779
QUE

NADA CONSTA contra o nome de ***SETE INTERNACIONAL TWO GMB H, com CNPJ: 20.517.195/0001-59,** *****

dados estes fornecidos pelo requerente, conforme cópia do pedido de certidão arquivado nesta Serventia: *****

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2016

Emolumentos: BUSCA R\$ 77,27 + (R\$ 15,45 do FETJ + R\$ 3,86 do FunDPERJ + R\$ 3,86 do FunPERJ + R\$ 3,09 do FunARPENRJ + R\$ 0,72 do FundoJG)

Valor do Ato: R\$ 104,25

FINALIDADE : INFORMACAO PESSOAL

Protocolo: CE-2016/092690-004
(004/008)

Buscado por: JEFERSON
Eu, Oficial a assino:

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral e Justiça
Selo de fiscalização eletrônica
EBMS82629 PWD

26/04/2016-10:36:48

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Patricia Gomes Braga Passos
Substituta
9º Ofício do Registro de Distribuição
Cart. Prof. nº 79.131S/052 RJ



CE-2016/092690-004



082629

DOC. 43

DECLARAÇÃO SOBRE PROCESSOS JUDICIAIS

A **SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, neste ato representada na forma de seu estatuto social, declara que, na presente data, figura como parte das ações judiciais abaixo listadas, não tendo conhecimento de quaisquer outras.

1 Ação Popular nº 0007826-66.2015.4.03.6100 – São Paulo

Justiça Federal– 13ª Vara Cível

Autor: Paulo Henrique Fantoni

Réus: União Federal, Petrobras, BNDES e Sete Brasil Participações S.A.

Valor estimado: N/A (a ação visa a declaração de ilegalidade dos contratos firmados com entre a Sete e a Petrobras, bem como a ilegalidade da concessão do financiamento do BNDES)

2 Ação Popular nº 5007372-78.2015.4.04.7100 – Porto Alegre

Justiça Federal - 4ª Vara Cível

Autor: Antonio Pani Beiriz

Réus: Sete Brasil Participações S.A., BNDES, BNDESPAR e União, além de Luís Eduardo Guimarães Carneiro, Renato Sanches Rodrigues, Ricardo Froes Alves Pereira, Bráulio Luís Cortes Xavier Bastos e Caio Afonso de Almeida Filho, dentre outros.

Valor estimado: N/A (a ação visa a declaração de ilegalidade dos contratos firmados com entre a Sete e a Petrobras, bem como a ilegalidade da concessão do financiamento do BNDES)

3 Ação de Responsabilidade Civil nº 0244296-96.2015.8.19.0001

2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro

Autora: Sete Brasil Participações S.A.

Réu: João Carlos de Medeiros Ferraz

Valor estimado: R\$ 22.204.088,90



4 Ação de Responsabilidade Civil nº 0244315-05.2015.8.19.0001

4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro

Autora: Sete Brasil Participações S.A.

Réu: Eduardo Costa Vaz Musa

Valor estimado: R\$ 6.255.419,00

5 Ação de Responsabilidade Civil nº: 0244327-19.2015.8.19.0001

5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro

Autora: Sete Brasil Participações S.A.

Réu: Pedro Barusco

Valor estimado: R\$ 3.125.352,94

6 Ação de Resolução Contratual nº 0345982-05.2013.8.19.0001

38ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro

Autora: Sete Brasil Participações S.A.

Réu: Golden Goal Sports Ventures Gestão Esportiva Ltda.

Valor estimado: R\$ 100.000,00

7 Mandado de Segurança nº: 0072558-73.2015.4.02.5101

14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Impetrantes: Sete Brasil Participações S.A.; Sete Investimentos I S.A.; Sete Investimentos II

Autoridade Coatora: Delegado da Receita Federal do Rio de Janeiro

Valor estimado: N/A (visa o não pagamento do PIS e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras)

8 Reclamação Trabalhista nº: 0011659-17.2014.5.01.0081

81ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro



Autora: Valéria Alves Melo

Ré: Sete Brasil Participações S.A.

Valor estimado: N/A (será aferido ao longo do processo)

9 Reclamação Trabalhista nº: 0010883-21.2015.5.01.0036

36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro

Autor: Ricardo Pires do Espírito Santo

Ré: Sete Brasil Participações S.A.

Valor estimado: R\$ 367.441,31 (em caso de procedência dos pedidos do autor/reclamante)

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2016

SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A



Luiz Eduardo G. Carneiro
Diretor - Presidente



Ricardo Froes Alves Ferreira
Diretor Financeiro

DOC. 44

DECLARAÇÃO SOBRE PROCESSOS JUDICIAIS

Na qualidade de representantes da **SETE INVESTIMENTOS I S.A.**, sociedade anônima constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na Rua Humaitá, nº 275, salas 802, 902 e 1302, parte, Edifício Lagoa Corporate, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.080.443/0001-68, declaramos, para fins do artigo 51, IX da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que não temos conhecimento de nenhum processo judicial em curso contra a referida sociedade, de qualquer natureza, e em qualquer instância do Poder Judiciário brasileiro.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2016


Luiz Eduardo B. Carneiro
Diretor

Ricardo Froes Alves Ferreira
Diretor Financeiro





DOC. 45

DECLARAÇÃO SOBRE PROCESSOS JUDICIAIS

Na qualidade de representantes da **SETE INVESTIMENTOS 2 S.A.**, sociedade anônima constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na Rua Candelária, n° 79, cobertura n° 01 (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.080.492/0001-09, declaramos, para fins do artigo 51, IX da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que não temos conhecimento de nenhum processo judicial em curso contra a referida sociedade, de qualquer natureza, e em qualquer instância do Poder Judiciário brasileiro.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2016



Luiz Eduardo G. Carneiro
Director

Ricardo Froes Alves Ferreira
Diretor Financeiro



DOC. 46

POWER OF ATTORNEY

SETE HOLDING GMBH, a company duly organized and existing in accordance with the laws of Austria, with head offices at Parkring 2, Vienna, Brazilian taxpayer's register n.º 18.916.517/0001-90, does hereby appoint and grant Power of Attorney to **SERGIO BERMUDES, MARCIO VIEIRA SOUTA COSTA FERREIRA, MARCELO LAMEGO CARPENTER, LEONARDO JOSÉ DE CAMPOS MELO, FERNANDA MEDINA PANTOJA, LUIZA LOURENCO BIANCHINI** and **THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ**, enrolled with the Brazilian Bar Association, State of Rio de Janeiro Section, under no. 17.587, 59.384, 92.518, 123.611, 125.644, 155.050 and 178.816, respectively, all legal attorneys members of the law office Escritório de Advocacia Sergio Bermudes of Praça XV de Novembro, number 20, 7th and 8th Floors, 20010-010, Rio de Janeiro, Brazil, to whom it grants the powers of an *ad judicium et extra* clause to represent the company in judicial reorganization proceedings to be filed before one of the Commercial Lower Courts of the Rio de Janeiro State Court.

The Hague, 29 / 04 / 2016



PROCURAÇÃO

SETE HOLDING GMBH, sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Áustria, com sede em Parkring 2, Viena, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.916.517/0001-90, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **SERGIO BERMUDES, MARCIO VIEIRA SOUTA COSTA FERREIRA, MARCELO LAMEGO CARPENTER, LEONARDO JOSÉ DE CAMPOS MELO, FERNANDA MEDINA PANTOJA, LUIZA LOURENCO BIANCHINI** e **THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ**, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio de Janeiro, sob os números 17.587, 59.384, 92.518, 123.611, 125.644, 155.050 e 178.816, respectivamente, todos membros da sociedade Sergio Bermudes Advogados, com escritório na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Praça XV de Novembro, n.º 20, 7.º e 8.º andares, a quem confere, com a faculdade de substabelecer, os poderes da cláusula *ad judicium*, para impetrar, em nome da outorgante, recuperação judicial perante uma das Varas Empresariais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

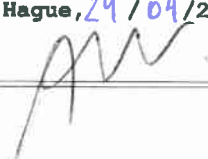
Haia 29 / 04 / 2016



**DECLARATION REGARDING JUDICIAL
PROCEEDINGS**

In our capacity as legal representatives of **SETE HOLDING GMBH**, a company duly organized and existing in accordance with the laws of Austria, with head offices at Parkring 2, Vienna, Brazilian taxpayer's register n.º 18.916.517/0001-90, we hereby declare, for the purposes of article 51, IX, of the federal Law 11.101, of February 9th, 2005, that, as far as our knowledge, there isn't any legal proceeding against the abovementioned company before Brazilian Courts.

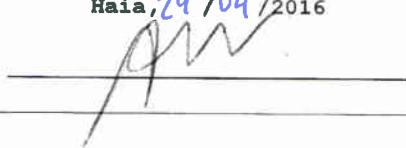
The Hague, 29/04/2016



**DECLARAÇÃO SOBRE PROCESSOS
JUDICIAIS**

Na qualidade de representantes da **SETE HOLDING GMBH**, sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Áustria, com sede em Parkring 2, Viena, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.916.517/0001-90, declaramos, para fins do artigo 51, IX da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que não temos conhecimento de nenhum processo judicial em curso contra a referida sociedade, de qualquer natureza, e em qualquer instância do Poder Judiciário brasileiro.

Haia, 29/04/2016



DOC. 47

**DECLARATION REGARDING
JUDICIAL PROCEEDINGS**

In our capacity as legal representatives of **SETE INTERNATIONAL ONE GMBH**, a company duly organized and existing in accordance with the laws of Austria, with head offices at Parkring 2, Vienna, Brazilian taxpayer's register n.º 14.291.318/0001-83, we hereby declare, for the purposes of article 51, IX, of the federal Law 11.101, of February 9th, 2005, that, as far as our knowledge, there isn't any legal proceeding against the abovementioned company before Brazilian Courts. However, the company is respondent in an international arbitration procedure before the ICC (International Court of Arbitration) instituted by Angra Participações B.V, in which the provisional value of the dispute has been set at US\$ 1,300,000,00.

The Hague, 29/04/2016



**DECLARAÇÃO SOBRE PROCESSOS
JUDICIAIS**

Na qualidade de representantes da **SETE INTERNATIONAL ONE GMBH**, sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Áustria, com sede em Parkring 2, Viena, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.291.318/0001-83, declaramos, para fins do artigo 51, IX da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que não temos conhecimento de nenhum processo judicial em curso contra a referida sociedade, de qualquer natureza, e em qualquer instância do Poder Judiciário brasileiro. Porém, a companhia responde procedimento arbitral internacional em curso perante a ICC (International Court of Arbitration) iniciado por Angra Participações B.V, em valor estimado para a disputa em US\$ 1.300.000,00.

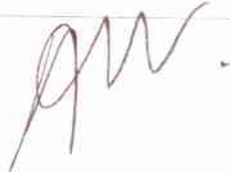
Haia, 29/04/2016



**DECLARATION REGARDING
JUDICIAL PROCEEDINGS**

In our capacity as legal representatives of **SETE INTERNATIONAL ONE GMBH**, a company duly organized and existing in accordance with the laws of Austria, with head offices at Parkring 2, Vienna, Brazilian taxpayer's register n.º 14.291.318/0001-83, we hereby declare, for the purposes of article 51, IX, of the federal Law 11.101, of February 9th, 2005, that, as far as our knowledge, there isn't any legal proceeding against the abovementioned company before Brazilian Courts. However, the company is respondent in an international arbitration procedure before the ICC (International Court of Arbitration) instituted by Angra Participações B.V, in which the provisional value of the dispute has been set at **US\$ 1,300,000,00.**

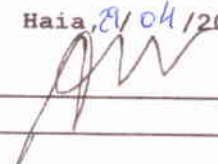
The Hague, **21/04/2016**



**DECLARAÇÃO SOBRE PROCESSOS
JUDICIAIS**

Na qualidade de representantes da **SETE INTERNATIONAL ONE GMBH**, sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Áustria, com sede em Parkring 2, Viena, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.291.318/0001-83, declaramos, para fins do artigo 51, IX da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que não temos conhecimento de nenhum processo judicial em curso contra a referida sociedade, de qualquer natureza, e em qualquer instância do Poder Judiciário brasileiro. Porém, a companhia responde procedimento arbitral internacional em curso perante a ICC (International Court of Arbitration) iniciado por Angra Participações B.V, em valor estimado para a disputa em US\$ 1.300.000,00.

Haia, **21/04/2016**



DOC. 48

DECLARATION REGARDING JUDICIAL PROCEEDINGS

In our capacity as legal representatives of **SETE INTERNATIONAL TWO GMBH**, a company duly organized and existing in accordance with the laws of Austria, with head offices at Parkring 2, Vienna, Brazilian taxpayer's register n.º 20.517.195/0001-59, we hereby declare, for the purposes of article 51, IX, of the federal Law 11.101, of February 9th, 2005, that, as far as our knowledge, there isn't any legal proceeding against the abovementioned company before Brazilian Courts.

The Hague, 29/04/2016

DECLARAÇÃO SOBRE PROCESSOS JUDICIAIS

Na qualidade de representantes da **SETE INTERNATIONAL TWO GMBH**, sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Áustria, com sede em Parkring 2, Viena, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.517.195/0001-59, declaramos, para fins do artigo 51, IX da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que não temos conhecimento de nenhum processo judicial em curso contra a referida sociedade, de qualquer natureza, e em qualquer instância do Poder Judiciário brasileiro.

Haia, 29/04/2016

GRERJ Eletrônica - Judicial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 GUIA DE RECOLHIMENTO DE RECEITA JUDICIÁRIA-GRERJ

NUMERO DA GUIA

40522961129-89

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO:	SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ OU CPF DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO:	13.127.015/0001-67
JUIZO / CARTÓRIO:	
NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO:	RECUPERAÇÃO JUDICIAL
COMARCA:	Comarca da Capital

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: GRERJ INICIAL					
TIPO DE RECEITA	RECEITA/CONTA	VALOR-R\$	TIPO DE RECEITA	RECEITA/CONTA	VALOR-R\$
ATOS ESCRIV.	1102-3	1.047,61	20% (FETJ)	6246-0088009-4	20,88
A. O. J. A.	1107-2	48,00	TAXA JUDICIÁRIA	2101-4	33.224,57
ATOS POST./CONF.COP.	1110-6	1.863,00	FUNDPERJ	6898-0000215-1	153,15
			FUNPERJ	6898-0000208-9	153,15
			2%(DISTRIB)L6370/12	2705-2	2,08
			DISTRIBUIDORES-REG/B	1669-0012095-2	104,43
			DIVERSOS	2212-9	1.416,36
SUBTOTAL		2.958,61			
CAARJ / IAB (10%)	2001- 6	295,86	TOTAL		38.329,09

VALIDADE PARA PAGAMENTO: 10/05/2016

PAGÁVEL SOMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO BRADESCO

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA





Bradesco

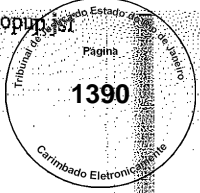
Net Empresa

Comprovante de Transação Bancária

IMPOSTO/TAXAS

Data da operação: 26/04/2016 - 16h10

Nº de controle: 160.216.176.601.296.086 | Autenticação bancária: 014.058.091



Conta de débito: Agência: 3369 | Conta: 385712-3 | Tipo: Conta-Corrente

Empresa: SERGIO BERMUDEZ ADVOGADOS | CNPJ: 35.789.304/0001-64

Código de barras: 86850000383-1-29092853873-5 42016051040-6 52296112989-4

Empresa/Orgão: RJ-GRERI ELETRONICA

Descrição: IMPOSTO/TAXAS

NUMERO DA GUIA: 4052296112989

Data de débito: 26/04/2016

Data de vencimento: 10/05/2016

Valor principal: R\$ 38.329,09

Desconto: R\$ 0,00

Juros: R\$ 0,00

Multa: R\$ 0,00

Valor do pagamento: R\$ 38.329,09

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Net Empresa.
O lançamento consta no extrato de conta, junto a agência 3369, com data de pagamento em: 26/04/2016.

Autenticação

hvvLF4Cx nFRZiaQO *HrFlRvI ang5YAej rz8idohr ZgU9k8s9 ofrJSA2s NNCZYOWf
94e7pB73 #kvFubWA VTFIwgJL Bz9oGUYG kSh3hdOF chLobk5I Sk?SDéws Wj17IC5v
uv3eWEH6 #H26#J9T YERpV1fa ?aytkcCr u8EmWgZ6 yJAV*AYM 00602626 00820032

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente 0800 704 8383

Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 722 0099

Cancelamentos, Reclamações e Informações. Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.

Demais telefones consulte o site. Fale Conosco

Ouvidoria 0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em	03/05/2016
Data da Juntada	03/05/2016
Tipo de Documento	Extrato da GRERJ





Extrato de GRERJ ELETRÔNICA

GRERJ: 4052296112989

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

CPF/CNPJ: 13127015000167

Autenticação: 00014058091

Pagamento: 26/04/2016

Nome de quem faz o recolhimento: SETE BRASIL PARTICIPACOES S.A.

Uso: GRERJ conferida incorreta - A MAIOR

Data de utilização da GRERJ:

Informação complementar:

Receita/Conta	Descrição	Valor
1102-3	Atos dos Escrivães	R\$1.047,61
1107-2	Atos dos Oficiais de Justiça Avaliadores	R\$48,00
1110-6	Atos de Citação/Intimação/Ofício por via postal e conferência de cópias	R\$1.863,00
2001-6	CAARJ / IAB	R\$295,86
6246-0088009-4	ARRECAÇÃO 20% - LEI 3217/99	R\$20,88
2101-4	Taxa Judiciária	R\$33.224,57
6898-0000215-1	OUTROS FUNDOS	R\$153,15
6898-0000208-9	OUTROS FUNDOS	R\$153,15
2705-2	DISTRIBUIDOR CAPITAL - OUTRAS COMPETENCIAS - LEI Nº 6370/2012	R\$2,08
1669-0012095-2	DISTRIBUIDOR PRIVATIZADO	R\$104,43
2212-9	Diversos	R\$1.416,36
Total:		R\$38.329,09

Rio de Janeiro, 03-maio-2016

JOSE MAIMONE ERAIDES DE OLIVEIRA
010000025957

Observação: Cálculo do FUNDPERJ e do FUNPERJ -: 5% dos valores atinentes às custas judiciais e aos emolumentos de registro/baixa.

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em 03/05/2016

Data da Juntada 03/05/2016

Tipo de Documento Certidão





PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
CENTRAL DE AUTUAÇÃO



CERTIDÃO **Recolhimento Incorreto/Inexistente**

Certifico que o presente feito foi registrado no sistema de informática sob o número:

0142307-13.2016.819.0001.

- DISTRIBUIÇÃO EQUIVOCADA
- DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA.
- Competência: Domicílio da parte autora/requerente (X) e da parte ré/requerida () abrangido na competência funcional/territorial do Foro Central da Comarca da Capital.
- Prevenção a ser apreciada.
- Reautuação/redistribuição/restauração.
- Pedido de antecipação de tutela/liminar.
- Pedido de prioridade na tramitação em razão da idade ou necessidade especial.
- Petição inicial não assinada.
- Procuração não juntada.
- Contrafé não fornecida.

Recolhimento de Custas Processuais

- Custas Judiciais corretamente recolhidas.
- Emolumentos corretamente recolhidos.
- Taxa Judiciária corretamente recolhida.
- Pedido/deferimento de Gratuidade de Justiça.
- Pedido de pagamento das Custas Judiciais e Taxa a posteriori/parceladamente/ao final.
- Sem previsão legal/isenção/não incidência de Custas e/ou Taxa Judiciária.
- Previsão legal de pagamento de Custas Judiciais e Taxa ao final (art. 24 da Lei 3350/99).
- Custas Processuais não certificadas por incompatibilidade entre pré-cadastro e petição inicial (art. 6º do Prov. CGJ 21/08).
- Não há informação de pagamento.
- R. A. não pertence ao fórum central.

GRERJ nº :

Vinculado ao Processo nº :

Art.26 - A da Consolidação Normativa da CGJ (Provimento CGJ nº 40/2011) § 2º - Em caso de eventual necessidade, a complementação ou retificação do cálculo de custas e dos dados informados na certidão deverão ser feitas pela própria serventia judicial, sendo vedada em qualquer hipótese a devolução da petição inicial à Central de Autuação.

Atos dos Escrivães

- Varas Cíveis e outras competências - conta 1102-3
- 11ª Vara de Fazenda Pública - conta 1106-4
- 12ª Vara de Fazenda Pública - conta 1105-6
- AVISO CGJ nº 1.390/2014 (R\$ 29,10) R\$ 198,09

Restar recolher: R\$	A maior (X)
<input checked="" type="checkbox"/> Atos dos Oficiais de Justiça - conta 1107-2	R\$ 48,00
Restar recolher: R\$	A maior (X)
<input checked="" type="checkbox"/> Diligência Postal - conta 1110-6	R\$ 1863,00
Restar recolher: R\$	A maior (X)
<input type="checkbox"/> Porte de Remessa e Retorno - conta 1104-9	
Restar recolher: R\$	A maior ()
<input type="checkbox"/> CAARJ - conta 2001-6	
Restar recolher: R\$	A maior ()

Atos dos Distribuidores (registro/baixa)

- Varas Cíveis e outras competências - conta 1669-0012095-2
- Varas de Fazenda Pública - conta 0445-0137200-9
- Outras Comarcas:
- Campos - conta 0065.0210279-0
- Niterói - conta 3071.0024739-1
- Demais Comarcas - conta 2102-2 R\$ 2,61

Restar recolher: R\$	A maior (X)
<input checked="" type="checkbox"/> FETJ - conta 6246-0088009-4	R\$ 0,52
Restar recolher: R\$	A maior (X)

Distribuidor (2% - Lei 6370/2012)

- Varas Cíveis e outras competências - conta 2705-2
- Varas de Fazenda Pública - conta 2704-5
- Outras Comarcas:
- Campos - conta 2703-7
- Niterói - conta 2702-9
- Demais Comarcas - conta 2701-1 R\$ 0,05

Restar recolher: R\$	A maior (X)
<input type="checkbox"/> FUNPERJ - conta 6898-208-9	
Restar recolher: R\$	A maior ()
<input type="checkbox"/> FUNDPERJ - conta 6898-215-1	
Restar recolher: R\$	A maior ()
<input type="checkbox"/> Taxa Judiciária - conta 2101-4	R\$
Restar recolher: R\$	A maior ()
<input checked="" type="checkbox"/> Contrafé/Diversos - conta nº 1.390/2014	2212-9 (AVISO CGJ)
Restar recolher: R\$	A maior (X)
	R\$ 1416,36

Certifico que procedi à devida autuação, obedecendo às disposições do art. 187 da Consolidação Normativa da CGJ. Rio de Janeiro 03/05/ de 2016. nome **Maimone** matrícula **01/25957..**

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em	05/05/2016
Data da Juntada	04/05/2016
Tipo de Documento	Petição
Texto	Documento eletrônico juntado de forma automática.



SERGIO BERMUDES
MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA
MARCELO FONTES
ALEXANDRE SIGMARINGA SEIXAS
GUILHERME VALDETARO MATHIAS
ROBERTO SARDINHA JUNIOR
MARCELO LAMEGO CARPENTER
ANTONIO CARLOS VELLOSO FILHO
FABIANO ROBALINHO CAVALCANTI
MARIA AZEVEDO SALGADO
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA ALVES
ERIC CERANTE PESTRE
VÍTOR FERREIRA ALVES DE BRITO
ANDRÉ SILVEIRA
RODRIGO TANNURI
FREDERICO FERREIRA
ANTONELLA MARQUES CONSENTINO
MARCELO GONÇALVES
RICARDO SILVA MACHADO
RICARDO JUNQUEIRA DE ANDRADE
ANDRÉ TAVARES
CAROLINA CARDOSO FRANCISCO
MARIANNA FUX
ANDRÉ CHATEAUBRIAND MARTINS
PHILIP FLETCHER CHAGAS
LUÍS FELIPE FREIRE LISBÔA

PEDRO PAULO DE BARROS BARRETO
WILSON PIMENTEL
RICARDO LORETTI HENRICI
JAIME HENRIQUE PORCHAT SECCO
GRISSIA RIBEIRO VENÂNCIO
MARCELO BORJA VEIGA
ADILSON VIEIRA MACABU FILHO
CAETANO BERENGUER
ANA PAULA DE PAULA
ALEXANDRE FONSECA
PEDRO HENRIQUE CARVALHO
RAFAELA FUCCI
GABRIEL LÓS
HENRIQUE ÁVILA
RENATO RESENDE BENEDUZI
DIEGO BARBOSA CAMPOS
ALESSANDRA MARTINI
MARIANA ARRUDA DE SOUZA
DANIEL CHACUR DE MIRANDA
PEDRO HENRIQUE NUNES
GABRIEL DE ORLEANS E BRAGANÇA
LUIZA LOURENÇO BIANCHINI
GABRIEL PRISCO PARAISO
GUIOMAR FEITOSA LIMA MENDES
FLÁVIO JARDIM
GUILHERME COELHO

ANA LUIZA COMPARATO
LÍVIA IKEDA
LIVIA SAAD
JULLIANA CUNHA
ALLAN BARCELLOS L. DE OLIVEIRA
PAULO BONATO
RENATO CALDEIRA GRAVA BRAZIL
VICTOR NADER BUJAN LAMAS
GUILHERME REGUEIRA PITTA
LUIZA PERRELLI BARTOLO
JOÃO ZACHARIAS DE SÁ
SÉRGIO NASCIMENTO
GIOVANNA MARSSARI
OLAVO RIBAS
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA
FERNANDO NOVIS
LUIS TOMÁS ALVES DE ANDRADE
MARCOS MARES GUIA
ROBERTA RASCIO SAITO
ANTONIA DE ARAUJO LIMA
GUSTAVO FIGUEIREDO GSCHWEND
ANA LUÍSA BARBOSA BARRETO
PAULA MELLO
RAFAEL MOCARZEL
CONRADO RAUNHEITTI
LUIZA DIAS MARTINS

THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ
BRUNO TABERA
FÁBIO MANTUANO PRINCIPE
FERNANDA MEDINA PANTOJA
LUCAS MAYALL
MATHEUS SOUBHIA SANCHES
VIVIANE TOZZI MORO
MARCELO SOBRAL PINTO
JOÃO PEDRO BION
THIAGO RAVELL
ISABEL SARAIVA BRAGA
GABRIEL ARAUJO
MARIA ADRIANNA LOBO LEÃO DE MATTOS
PEDRO CAVALCANTI ROCHA

CONSULTORES
AMARO MARTINS DE ALMEIDA (1914-1998)
HELIO CAMPISTA GOMES (1925-2004)
SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO
JORGE FERNANDO LORETTI
ELENA LANDAU
CAIO LUIZ DE ALMEIDA VIEIRA DE MELLO
PEDRO MARINHO NUNES

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA
DO RIO DE JANEIRO

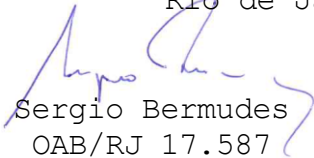
Processo nº 0142307-13.2016.8.19.0001

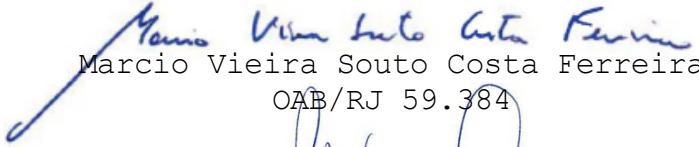
SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. e outras, nos autos de
sua recuperação judicial, em curso perante esse MM. Juízo, vêm,
por seus advogados abaixo assinados, informar a V.Exa. que

verificou não constar desses autos a página 17 da inicial de fls. 3/22, motivo pelo qual a suplicante requer a juntada de sua íntegra, conforme documento anexo.

Nestes termos,
P.deferimento.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2016.


Sergio Bermudes
OAB/RJ 17.587

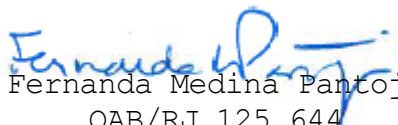

Marcio Vieira Souto Costa Ferreira
OAB/RJ 59.384

Marcelo Fontes
OAB/RJ 63.975



Marcelo Lamego Carpenter
OAB/RJ 92.518


Leonardo de Campos Melo
OAB/RJ 123.611


Ricardo Loretto Henrici
OAB/RJ 130.613


Fernanda Medina Pantoja
OAB/RJ 125.644


Thaís Vasconcellos de Sá
OAB/RJ 178.816


Eduarda Simonis
OAB/RJ 200.986

SERGIO BERMUDES

ADVOGADOS

SERGIO BERMUDES	PEDRO PAULO DE BARROS BARRETO	ANA LUIZA COMPARATO	THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ
MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA	WILSON PIMENTEL	LÍVIA IKEDA	BRUNO TABERA
MARCELO FONTES	RICARDO LORETTI HENRICI	LÍVIA SAAD	FÁBIO MANTUANO PRINCEPE
ALEXANDRE SIGMARINGA SEIXAS	JAIME HENRIQUE PORCHAT SECCO	JULLIANA CUNHA	FERNANDA MEDINA PANTOJA
GUILHERME VALDETARO MATHIAS	GRISSIA RIBEIRO VENÂNCIO	ALLAN BARCELLOS L. DE OLIVEIRA	LUCAS MAYALL
ROBERTO SARDINHA JUNIOR	MARCELO BORJA VEIGA	PAULO BONATO	MATHEUS SOUBHIA SANCHES
MARCELO LAMEGO CARPENTER	ADILSON VIEIRA MACABU FILHO	RENATO CALDEIRA GRAVA BRAZIL	VIVIANE TOZZI MORO
ANTONIO CARLOS VELLOSO FILHO	CAETANO BERENGUER	VICTOR NADER BUJAN LAMAS	MARCELO SOBRAL PINTO
FABIANO ROBALINHO CAVALCANTI	ANA PAULA DE PAULA	GUILHERME REGUEIRA PITTA	JOÃO PEDRO BION
MARIA AZEVEDO SALGADO	ALEXANDRE FONSECA	LUIZA PERRELLI BARTOLO	THIAGO RAVELL
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA ALVES	PEDRO HENRIQUE CARVALHO	JOÃO ZACHARIAS DE SÁ	ISABEL SARAIVA BRAGA
ERIC CERANTE PESTRE	RAFAELA FUCCI	SÉRGIO NASCIMENTO	GABRIEL ARAUJO
VÍTOR FERREIRA ALVES DE BRITO	GABRIEL LÓS	GIOVANNA MARSSARI	MARIA ADRIANNA LOBO LEÃO DE MATTOS
ANDRÉ SILVEIRA	HENRIQUE ÁVILA	OLAVO RIBAS	PEDRO CAVALCANTI ROCHA
RODRIGO TANNURI	RENATO RESENDE BENEDUZI	MATHEUS PINTO DE ALMEIDA	
FREDERICO FERREIRA	DIEGO BARBOSA CAMPOS	FERNANDO NOVIS	
ANTONELLA MARQUES CONSENTINO	ALESSANDRA MARTINI	LUIS TOMÁS ALVES DE ANDRADE	
MARCELO GONÇALVES	MARIANA ARRUDA DE SOUZA	MARCOS MARES GUIA	
RICARDO SILVA MACHADO	DANIEL CHACUR DE MIRANDA	ROBERTA RASCIO SAITO	CONSULTORES
RICARDO JUNQUEIRA DE ANDRADE	PEDRO HENRIQUE NUNES	ANTONIA DE ARAUJO LIMA	AMARO MARTINS DE ALMEIDA (1914-1998)
ANDRÉ TAVARES	GABRIEL DE ORLEANS E BRAGANÇA	GUSTAVO FIGUEIREDO GSCHWEND	HELIO CAMPISTA GOMES (1925-2004)
CAROLINA CARDOSO FRANCISCO	LUIZA LOURENÇO BIANCHINI	ANA LUIZA BARBOSA BARRETO	SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO
MARIANNA FUX	GABRIEL PRISCO PARAISO	PAULA MELLO	JORGE FERNANDO LORETTI
ANDRÉ CHATEAUBRIAND MARTINS	GUIOMAR FEITOSA LIMA MENDES	RAFAEL MOCARZEL	ELENA LANDAU
PHILIP FLETCHER CHAGAS	FLÁVIO JARDIM	CONRADO RAUNHEITTI	CAIO LUIZ DE ALMEIDA VIEIRA DE MELLO
LUIZ FELIPE FREIRE LISBÔA	GUILHERME COELHO	LUIZA DIAS MARTINS	PEDRO MARINHO NUNES

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO

GRERJ nº 40522961129-89

(1) SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. ("SETE BRASIL"), CNPJ/MF 13.127.015/0001-67, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Humaitá, nº 275, salas 802 e 902; (2) SETE INVESTIMENTOS I S.A. ("SETE INVESTIMENTOS I"), companhia de capital fechado, CNPJ/MF 19.080.443/0001-68, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Humaitá, nº 275, salas 802 e 902; (3) SETE INVESTIMENTOS II S.A. ("SETE INVESTIMENTOS II"); companhia de capital fechado, CNPJ/MF 19.080.492/0001-09, com sede com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Humaitá, nº 275, sala 902; (4) SETE HOLDING GMBH ("SETE HOLDING"), constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o nº FN 401499 s, CNPJ/MF 18.916.517/0001-90,

com sede em formal em Parkring 2, 1010 Vienna, e principal estabelecimento nesta cidade; (5) SETE INTERNATIONAL ONE GMBH ("SETE INTERNATIONAL ONE"), constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o n° FN 348664 t, CNPJ/MF 14.291.318/0001-83, com sede em formal em Parkring 2, 1010 Vienna, e principal estabelecimento nesta cidade; e (6) SETE INTERNATIONAL TWO GMBH ("SETE INTERNATIONAL TWO"), constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o n° FN 416453 g, CNPJ/MF 20.517.195/0001-59, com sede em formal em Parkring 2, 1010 Vienna (todas referidas indistintamente em conjunto como "GRUPO SETE" ao longo desta petição), e principal estabelecimento nesta cidade, vêm, por seus advogados abaixo assinados (docs. 01/06), com fundamento nos arts. 47 e seguintes da Lei n° 11.101, de 09.02.05, impetrar recuperação judicial, nos seguintes termos:

A ORIGEM DE TUDO

1. A SETE BRASIL é uma empresa única, sem outra igual na história do país, seja pela forma como foi criada, seja pela magnitude do projeto que lhe deu origem, o chamado "Projeto Sondas". Jamais houve e, muito provavelmente, não haverá, num horizonte próximo, outra empresa no mercado nacional com essas características.

2. Para que se possam compreender as razões da gravíssima crise que assola o Grupo SETE — requisito primeiro desta ação, como estabelece o art. 51, I, da lei regente —, é preciso explicar como tudo começou e os obstáculos enfrentados até aqui.

3. A SETE BRASIL foi criada por obra e graça da PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A., para ser a sua principal fornecedora de sondas para a exploração de petróleo na camada do pré-sal. Concebida, criada, desenvolvida e vendida a investidores pela PETROBRAS, que seria a sua única cliente, a SETE BRASIL enfrenta, agora, os efeitos da grave

crise econômica e institucional que definha a estatal em consequência, dentre outros fatores, da operação "Lava Jato", denunciada pelo Ministério Público Federal, e da crise no setor de óleo e gás.

O "PROJETO SONDAS"

4. O "Projeto Sondas" nasceu e desenvolveu-se em consequência da descoberta, nos fins de 2009, de grande quantidade de óleo, armazenado na camada de pré-sal. O auspicioso evento inaugurou uma nova fase da produção de petróleo no Brasil. A PETROBRAS, principal exploradora desses campos, viu-se diante da necessidade de afretar uma enorme quantidade de sondas, para retirar o petróleo das camadas mais profundas.

5. Por se situarem em profundidade extraordinária, as acumulações do pré-sal impunham o uso de sondas específicas, aptas a perfurar petróleo acumulado em pontos abissais. Só esses sofisticados equipamentos alcançam os depósitos localizados em águas qualificadas como "ultra-profundas".

6. Até mesmo em razão de sua elevada especificidade, eram, como ainda são, muito poucos os fornecedores estrangeiros com capacidade técnica para atender, por completo, toda a demanda da PETROBRAS, carente desses instrumentos de elevado custo e acurada precisão.

7. Diga-se em resumo, que para cumprir o seu importante papel de explorar e extrair o petróleo existente no pré-sal brasileiro, a PETROBRAS teria que se submeter às condições impostas por algumas poucas empresas estrangeiras que lhe ditariam condições onerosíssimas.

8. Isso sem mencionar a necessidade de observar as regras da Agência Nacional de Petróleo - ANP, a respeito do Conteúdo Local Mínimo.

CONTEÚDO LOCAL MÍNIMO

9. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em cumprimento ao que estabelece o art. 2º, inciso X, da Lei nº 9.478, de 06.8.1997 (conhecida como "Lei do Petróleo") — dispositivo incluído pela Lei nº 12.351, de 22.12.2010 ("Lei do Pré-Sal") — exige dos licitantes em processos de concorrência para a exploração de campos de petróleo que observem um conteúdo local mínimo em suas atividades exploratórias de petróleo, a fim de estimular o desenvolvimento de indústria nacional.

10. Como é notório, nos últimos anos o Governo Federal valeu-se da política de Conteúdo Local Mínimo para estimular o desenvolvimento da indústria naval brasileira.

11. Veja-se a explicação constante do website da própria ANP sobre a cláusula de Conteúdo Local:

"A Cláusula de Conteúdo Local

Os Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, firmados pela ANP com as empresas vencedoras nas Rodadas de Licitações, incluem a Cláusula de Conteúdo Local, que incide sobre as fases de exploração e desenvolvimento da produção.

De acordo com esta cláusula estabelecida pela ANP, as concessionárias devem assegurar preferência à contratação de fornecedores brasileiros sempre que suas ofertas apresentem condições de preço, prazo e qualidade equivalentes às de outros fornecedores convidados a apresentar propostas.

O dispositivo contratual tem o objetivo de incrementar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas, nos projetos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural. O resultado esperado da aplicação da cláusula é o impulso ao desenvolvimento tecnológico, a capacitação de recursos humanos e a geração de emprego e renda neste segmento."

12. Em outras palavras, para cumprir a lei, a PETROBRAS teria que afretar sondas construídas no território nacional.

13. Mesmo que quisesse, deliberadamente, descumprir a regra do conteúdo local mínimo — admita-se apenas para argumentar —, contratando sondas produzidas no exterior, a PETROBRAS deveria, nesse caso, acrescer ao custo do projeto as multas que lhe aplicaria a ANP pelo descumprimento da cláusula contratual, o que tornaria o projeto muito mais oneroso¹.

14. Assim, nesse contexto, foi tomada a decisão de se fomentar a construção e operação desses equipamentos por empresas brasileiras, incentivando o desenvolvimento da indústria naval no país e mantendo a operação sob o controle, ainda que indireto, do governo federal.

¹ Veja-se o que dispõe o referido contrato de concessão, cujo modelo está disponível para consulta, no próprio website da Agência Nacional de Petróleo (http://www.anp.gov.br/brasil-rounds/round6/contrato/Contrato_R6.pdf):

"20.1.2 Caso, ao final da Fase (...), as aquisições de bens e serviços junto a Fornecedores Brasileiros durante tal Fase ou Etapa não atingirem as porcentagens estabelecidas nos parágrafos 20.1.1(a) e 20.1.1(b), e no ANEXO III - Porcentagens Mínimas dos Investimentos Locais Para Atividades Específicas na Fase de Exploração e na Etapa de Desenvolvimento de Produção, o Concessionário pagará à ANP, dentro de 15 dias contados da notificação, como penalidade devida em razão de tal descumprimento, um montante proporcional ao valor das compras de Fornecedores Brasileiros que teria sido necessário para atingir cada uma das porcentagens estabelecidas (...), conforme disposto a seguir:

(a) Porcentagens dos Investimentos Locais na Fase de Exploração ou na Etapa de Desenvolvimento abaixo dos valores mínimos obrigatórios estabelecidos nos parágrafos 20.1.1(a) e 20.1.1(b), a multa será de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre a diferença entre o valor das compras de Fornecedores Brasileiros correspondente às Porcentagens dos Investimentos Locais na Fase de Exploração e na Etapa de Desenvolvimento previstas nos parágrafos 20.1.1(a) e 20.1.1(b), e aqueles efetivamente realizados na Fase de Exploração ou na Etapa de Desenvolvimento, deduzida a multa aplicada em função do disposto no parágrafo 20.1.2.b.1.

(b) Porcentagens dos Investimentos Locais Para Atividades Específicas na Fase de Exploração e na Etapa de Desenvolvimento previstas no ANEXO III - Porcentagens Mínimas dos Investimentos Locais Para Atividades Específicas na Fase de Exploração e na Etapa de Desenvolvimento de Produção, abaixo dos valores mínimos obrigatórios estabelecidos nos parágrafos 20.1.1(a) e 20.1.1(b), a multa será composta por 2 (duas) parcelas:

20.1.2.b.1 A primeira parcela será de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre a diferença entre o valor das compras de Fornecedores Brasileiros correspondentes aos valores previstos nos parágrafos 20.1.1(a) e 20.1.1(b), e aqueles efetivamente realizados na Fase de Exploração ou na Etapa de Desenvolvimento.

20.1.2.b.2 A segunda parcela será de 20% (vinte por cento), incidente sobre a diferença entre o valor das compras de Fornecedores Brasileiros correspondentes aos percentuais previstos no ANEXO III - Porcentagens Mínimas dos Investimentos Locais para Atividades Específicas na Fase de Exploração e na Etapa de Desenvolvimento de Produção, e aqueles correspondentes aos percentuais previstos nos parágrafos 20.1.1(a) e 20.1.1(b).(...)"

NEGÓCIO DISTINTO

15. Ocorre que não interessava à PETROBRAS ser a proprietária das sondas que seriam futuramente utilizadas na exploração do pré-sal. Exploração de petróleo e afretamento de sondas são negócios diferentes, explorados normalmente por empresas distintas. Sondas de exploração petrolífera para águas profundas são equipamentos altamente sofisticados, com elevadíssimo custo de construção e de manutenção.

16. O modelo de afretamento adotado pela PETROBRAS e por todo o mercado de empresas de igual porte tem uma outra vantagem: diminuir a exposição financeira da companhia no que se refere à construção e manutenção das sondas. Graças a essa estrutura, a maior parte dos gastos da PETROBRAS somente ocorrerá quando as sondas estiverem operando e seriam alocados como custo do campo em produção.

17. A participação da PETROBRAS no capital social da SETE BRASIL, direta e indiretamente, é de apenas 9,4%. Logo, não são os recursos da PETROBRAS que garantirão a construção das sondas, mas, sim, os gigantescos aportes dos sócios da SETE BRASIL, que, somados aos financiamentos obtidos pela companhia, permitiram o avanço do projeto até o momento.

18. Diante disso, resolveu a PETROBRAS estimular empresas brasileiras a explorar esse mercado de construção e operação de sondas, até então dominado quase que exclusivamente por empresas estrangeiras.

19. Teve início, então, o "Projeto Sondas".

O PRIMEIRO SISTEMA

20. Em um primeiro momento, mais especificamente em outubro de 2010, a PETROBRAS, por meio de sua subsidiária Petrobras Netherlands B.V. ("PNBV") licitou a contratação de 7 sondas ("Primeiro Sistema"), já que o Projeto Sondas ainda estava em fase embrionária e integrava a

estrutura corporativa da própria PETROBRAS. Essa licitação — que não contou com a participação da SETE BRASIL — foi conduzida pela PETROBRAS e vencida pelo Estaleiro Atlântico Sul - EAS. Os direitos e obrigações desses contratos foram transferidos pela PNBV, o que era permitido pelo processo licitatório, a uma de suas então afiliadas, a SETE INTERNATIONAL ONE. Posteriormente, a SETE BRASIL adquiriu 100% das ações da SETE INTERNATIONAL ONE.

LICITAÇÃO INTERNACIONAL

21. Posteriormente, em 03.6.11, a PETROBRAS, seguindo as regras do Decreto nº 2.745, de 24.8.98 ("Aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997") divulgou Convite Internacional, chamando interessados para a apresentação de propostas para o afretamento e operação de 21 sondas.

22. As regras desse Convite Internacional, entre outras, eram as seguintes: (i) seriam vencedoras as propostas que apresentassem os menores preços; e (ii) seriam celebrados dois contratos, sendo um de afretamento e outro, de prestação de serviços (operação da sonda).

23. A estratégia era óbvia: com a celebração dos contratos de afretamento e prestação de serviços futuros, a PETROBRAS geraria uma expectativa de receita para o vencedor da licitação que, por sua vez, poderia utilizar esses créditos para obter o financiamento necessário para a contratação da construção das sondas junto aos estaleiros nacionais.

24. Nesta linha, a definição dos preços e prazos estabelecidos nos contratos de afretamento mostrava-se imprescindível à própria viabilização e obtenção dos financiamentos necessários para a construção das sondas. Obviamente que a participação da PETROBRAS era, como ainda é, fundamental em todo esse processo.

25. Participaram dessa licitação internacional, conduzida pela PETROBRAS, apresentando propostas, a SETE BRASIL e a OCEAN RIG. Mesmo após acirrada competição de preços entre SETE BRASIL e a OCEAN RIG, a PETROBRAS continuou insatisfeita com as taxas diárias de afretamento que lhe foram oferecidas, razão pela qual decidiu partir para a fase de negociação direta com os licitantes, prevista no item 6.23 do Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da PETROBRAS².

26. No final desse processo de negociação, a PETROBRAS conseguiu que a SETE BRASIL reduzisse significativamente os preços ofertados, sagrando-se vencedora do processo licitatório.

27. A SETE BRASIL passou a ser, então, uma empresa umbilicalmente ligada à PETROBRAS.

ESTRUTURA FINAL

28. Concluída a licitação internacional conduzida pela PETROBRAS, a SETE BRASIL passou a ter o direito de afretar à PETROBRAS 28 sondas, sendo 7 resultantes do chamado primeiro sistema, e 21 como consequência do processo de licitação internacional acima mencionado, denominadas "Segundo Sistema".

29. Para atender a esses contratos a SETE BRASIL, por meio de algumas de suas subsidiárias, formalizou, noutra ponta, os contratos de construção das 21 sondas do Segundo Sistema que seriam, posteriormente, afretadas pela PETROBRAS. Foram contratados quatro grandes estaleiros no Brasil, em sua maioria controlados por empresas brasileiras. São eles: Brasfels, Enseada Indústria Naval, Jurong Aracruz e Rio Grande,

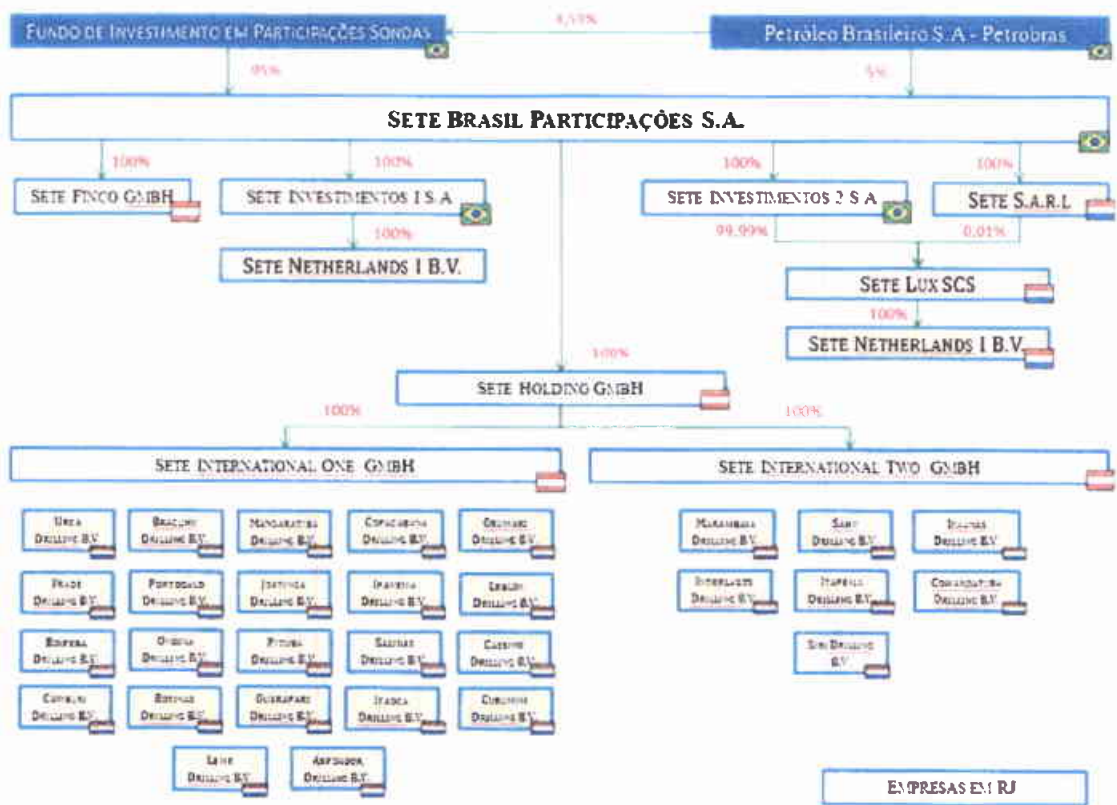
² "6.23 - Qualquer que seja o tipo ou modalidade da licitação, poderá a Comissão, uma vez definido o resultado do julgamento, negociar com a firma vencedora ou, sucessivamente, com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação, melhores e mais vantajosas condições para a PETROBRAS. A negociação será feita, sempre, por escrito e as novas condições dela resultantes passarão a integrar a proposta e o contrato subsequente."

complementados pelo Estaleiro Atlântico Sul que foi o vencedor da licitação feita pela Petrobras para o Primeiro Sistema.

30. Para cada sonda foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), que teria como sócios a SETE BRASIL, com participação que variava entre 70% e 85% do capital social, e um terceiro, designado "Parceiro Operador", com experiência na operação das sondas offshore, a quem caberia o percentual restante.

31. Com a estrutura criada, as SPEs seriam as proprietárias das sondas em construção nos estaleiros, cada SPE proprietária de uma sonda, bem como as contratadas nos contratos de afretamento celebrados com a PETROBRAS, ambos ativos essenciais à recuperação do GRUPO SETE.

32. Veja-se o organograma do grupo:



FINANCIAMENTO ESSENCIAL

33. Por sua relevância para o Brasil, o Projeto Sondas, desde sua concepção, contou com a promessa de apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, de quem adviria aproximadamente 35% dos recursos necessários à sua implementação. Em outras palavras, o custo total estimado do projeto era de US\$ 26 Bilhões, aproximadamente, dos quais (i) US\$ 9 Bilhões (ou 35%) deveriam vir do BNDES, (ii) US\$ 4,16 Bilhões (ou 16%) do Fundo da Marinha Mercante e (iii) US\$ 6,9 Bilhões (ou 26,5%) de outras fontes de financiamento (agências de crédito à exportação e bancos comerciais). Os US\$ 6 Bilhões (ou 22,5%) restantes seriam aportados pelos acionistas.

34. O objetivo do projeto, além de garantir à PETROBRAS meios de explorar o petróleo existente na camada do pré-sal (uma produção esperada de 27 bilhões de barris de petróleo), era o de estimular o mercado de trabalho brasileiro com a criação de aproximadamente 150 mil empregos, diretos e indiretos. Além disso, ao utilizar-se primordialmente da mão de obra nacional, trazendo do estrangeiro a expertise e ensinando-a aos trabalhadores brasileiros, o Projeto Sondas mantém no Brasil os investimentos, a tecnologia, a infraestrutura, os tributos e o enorme e vantajoso crescimento econômico dele decorrente.

35. É isto o que reportou a mídia, desde o início do desenvolvimento do Projeto:

"O financiamento do BNDES ajudará a impulsionar o desenvolvimento da indústria de construção naval e da cadeia nacional de fornecedores do setor de óleo e gás, além de contribuir para o atendimento da política de conteúdo local estabelecida pelo governo federal no desenvolvimento de campos de produção de petróleo (conteúdo local mínimo crescente de 55% a 65%).

Além disso, o banco está dando suporte a um player nacional que passará a ser um dos principais afretadores de sondas de águas ultra-profundas da Petrobras.

O início da produção nacional deste tipo de equipamento traz uma série externalidades positivas, como a geração de

empregos de qualidade em estaleiros brasileiros e acesso à tecnologia de construção de sondas através de parcerias com grandes players internacionais do setor.

(...) Os recursos destinam-se à execução do plano de negócios apresentado pela empresa, que inclui a construção de outras 19 sondas de águas ultra-profundas, além das nove que já tiveram seu financiamento aprovado. Todas serão fabricadas em estaleiros brasileiros para posterior afretamento.

(...) A Sete Brasil é hoje o maior proprietário de sondas de águas ultra-profundas do mundo com uma frota contratada de 29 unidades que, quando estiverem todas em operação, irão gerar cerca de 10.000 postos de trabalho diretos a bordo de suas instalações." (doc. 07)

36. Obviamente, um projeto dessa magnitude, desenvolvido em qualquer parte do planeta, dependeria, como de fato ainda depende, de uma linha de financiamento de longo prazo, tal qual a inicialmente prometida pelo BNDES. Confiando nesse financiamento de longo prazo os acionistas investiram pesados recursos no Grupo SETE, da ordem de **R\$ 8,3 BILHÕES**, e os bancos locais se dispuseram a fornecer os recursos de curto e médio prazos.

OS EFEITOS DA "LAVA JATO"

37. As negociações com o BNDES, para a concessão do financiamento foram difíceis, porém caminhavam. Às vésperas da assinatura dos documentos definitivos para a formalização do financiamento, cresciam as incertezas acerca da PETROBRAS, que culminaram com o Termo de Colaboração Premiada de PEDRO BARUSCO, ex-Gerente de Serviços da PETROBRAS e ex-Diretor da SETE BRASIL indicado pela PETROBRAS. Esse Termo de Colaboração, firmado no âmbito das investigações da Operação "Lava-Jato", que dava conta de um sofisticado esquema de corrupção em prejuízo do Grupo SETE.

38. A partir de então, todos os esforços para a obtenção de financiamentos tornaram-se frustrâneos. A incerteza do mercado quanto às perspectivas futuras na exploração do pré-sal, o temor da opinião pública e a revelação da escabrosa corrupção mudaram os ventos da

política governamental, fechando, na ocasião, as portas de todos os possíveis financiamentos que vinham sendo negociados pelo Grupo SETE.

39. Sem acesso a novas linhas de crédito — consequência direta dos fatos divulgados na operação policial —, o Grupo SETE viu-se impossibilitado de compor parte das obrigações assumidas com terceiros, notadamente instituições financeiras.

40. Certamente a recuperação judicial criará um ambiente propício à retomada do Projeto Sondas, necessário para o soerguimento do Grupo SETE e de toda a indústria naval brasileira.

TENTATIVAS MALOGRADAS

41. A partir de então, começaram as negociações com os credores e com a PETROBRAS, a fim de se reestruturarem as dívidas e obrigações do Grupo SETE.

42. Adicionalmente às dificuldades na contratação do financiamento de longo prazo, o preço do barril de petróleo em 03.06.2011, quando tudo começou, era de US\$ 115,00, aproximadamente. Hoje, vai a cerca de US\$ 40,00, uma redução de quase 65%, em menos de cinco anos.

43. Muitas foram as reuniões com os credores e com a própria PETROBRAS, na esperança de se alcançar um acordo.

44. Dos credores, o Grupo SETE conseguiu a suspensão temporária da exigibilidade dos seus créditos ("stand still" - doc. 08).

45. Finalmente, em 26.5.2015, após sinalização positiva de todas as partes, a SETE BRASIL apresentou formalmente aos seus credores, na presença de representantes da PETROBRAS, o seu plano de reestruturação, que previa a construção inicial de 19 sondas, e não mais 28.

Posteriormente, contudo, a PETROBRAS informou à SETE BRASIL que aquele plano não seria aceitável, e que outros termos e condições deveriam ser negociados.

46. As novas tratativas se estenderam por todo o ano de 2015, mas até agora não alcançaram êxito, comprometendo a capacidade de financiamento do projeto.

47. Apesar da recente retomada das negociações com PETROBRAS, premida pelas circunstâncias narradas acima e pela deletéria crise econômico-financeira, que agora vivencia o Brasil, cuja solução não se avista próxima, não restou alternativa ao Grupo SETE, senão requerer a sua recuperação judicial, na qual a sua incomparável qualificação o faz seguro e confiante.

INEVITÁVEL CONTAMINAÇÃO

48. A primeira conclusão a que se chega pela análise dos fatos narrados e comprovados é que a estrutura jurídica e econômica do Grupo SETE, embora composta de diferentes sociedades, algumas formalmente constituídas em outros países, tem o seu principal estabelecimento no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro onde exerce suas atividades, buscando a realização do seu objeto social.

49. Aqui, no Rio de Janeiro, são tomadas as decisões relevantes; aqui está localizada a Diretoria da empresa; aqui também se localiza a PETROBRAS, fonte de todos os contratos relevantes da SETE BRASIL e onde ocorrem as negociações entre as partes; e aqui se encontra a grande maioria dos seus funcionários. Como se percebe, aqui no Rio de Janeiro se localizam os elementos essenciais à existência do estabelecimento comercial (art. 3º da lei específica).

50. As requerentes, inegavelmente, atuam de forma interligada e concertada, sob o controle da SETE BRASIL.

51. As empresas SETE HOLDING e SETE INTERNATIONAL ONE e TWO são braços do Grupo SETE no exterior. Não exercem qualquer atividade operacional autônoma. São veículos da sociedade controladora brasileira para emissão de títulos e otimização de eventual estrutura de garantias na contratação de financiamentos. Como sói acontecer no mercado internacional, nenhuma companhia opera sozinha, só por si, porém multiplicando-se noutras, que, sob o controle e direção da empresa controladora, facilitam o cumprimento das suas obrigações.

52. Assim como suas coligadas estrangeiras, as sociedades brasileiras SETE INVESTIMENTOS I e SETE INVESTIMENTOS II foram criadas como veículos da SETE BRASIL, para a implementação do "Projeto Sondas".

53. Assim, é impositiva a presença de todas as impetrantes no polo ativo desta ação. O litisconsórcio, no caso, mostra-se indispensável para assegurar a eficácia da recuperação das requerentes, resguardando a competência e a efetividade do juízo universal brasileiro.

54. Vale destacar que a jurisprudência dos tribunais brasileiros vem admitindo, de forma pacífica, o processamento de recuperação judicial de empresas brasileiras em conjunto com outras estrangeiras, integrantes do mesmo grupo. Nesse particular, permita-se transcrever trecho de acórdão da 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, relativo ao recente caso da recuperação do Grupo OGX:

"Tem-se, portanto, sociedades empresárias estrangeiras que constituem a estrutura de financiamento de sua controladora nacional, formando um grupo econômico único, em prol de uma única atividade empresarial, o que não é nada incomum na era da globalização de mercados, mais ainda quando se pondera a própria atividade explorada, que intensifica as relações jurídicas transfronteiriças. [...]"

Afigura-se, portanto, viável a submissão dos credores nacionais e internacionais a um plano comum de recuperação do GRUPO OGX, evitando-se a eventual constrição de ativos no exterior, imposta a requerimento de administrador judicial das sociedades austríacas, bem como a visceral impossibilidade de realização de operações no âmbito internacional, com o que ficaria definitivamente frustrada toda e qualquer possibilidade de soerguimento das recorrentes." (TJRJ, AI nº 0064658-77.2013.8.19.0000, rel. Des. GILBERTO CAMPISTA GUARINO, 14ª Câmara Cível, DJE 04.12.2013)

55. No mesmo sentido, a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo também deferiu o processamento da recuperação judicial de empresas estrangeiras no caso do chamado Grupo OAS, pelo fato de atuarem de forma sistêmica, integrando um mesmo grupo econômico, cuja controladora é brasileira. Com absoluta precisão, ressaltou aquele MM. Juízo que *"a preservação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes da atividade empresarial saudável (que é o objetivo do presente processo) será melhor atendida se enfrentada a situação de crise de maneira global, considerando as empresas do grupo econômico, e não isoladamente"* (Processo nº 1030812-77.2015.8.26.0100, Recuperação Judicial OAS S.A. e outros, DJSP 17.04.15, pp. 652-653).

FUTURO CERTO

56. Transitória a atual situação de crise financeira enfrentada pelo Grupo SETE e o impasse da sua reestruturação, pelas razões expostas, não há dúvidas de que se trata de empresa viável e de enorme importância para a indústria naval brasileira. No auge de sua atividade, a impetrante chegou a gerar 15.300 empregos diretos e cerca de 40.500 indiretos, além de recolher tributos da ordem de R\$ 24 milhões por ano, considerando-se apenas os tributos pagos diretamente pela SETE BRASIL.

57. Em um passado nada remoto, a SETE BRASIL era considerada o "carro-chefe" do setor de óleo e gás brasileiro, apta a materializar o sonho do Governo Federal de tornar o Brasil um dos "titãs da indústria naval" (cf. doc. 07). Hoje, mesmo com as dificuldades conjunturais, a

posição do Grupo SETE no mercado petrolífero é ímpar, particularmente em razão da quantidade de sondas contratadas e as receitas esperadas do seu arrendamento.

58. Some-se a isso o fato de que, de acordo com especialistas nesse mercado, a manutenção dos níveis atuais do preço do barril de petróleo internacional não se sustentará. A simples perspectiva de elevação dos preços do petróleo coloca a SETE BRASIL em posição de franca ascensão, não só em virtude dos contratos já celebrados com a PETROBRAS, para o arrendamento de sondas no contexto do pré-sal, como por sua posição de proprietária de ativos de altíssima complexidade e modernização, que poderão ser arrendados a outros operadores desse mercado.

59. Dessa forma, não obstante a atual crise por que passa o Grupo SETE, e não só ele, como também as empresas brasileiras em geral, ele voltará às suas rendosas atividades. Para tanto, busca a tutela da lei específica. Não lhe faltam ativos de alto vulto, nem profissionais de reconhecida competência no ramo petrolífero. Tudo induz a convicção de que as impetrantes se recuperarão e retomarão os caminhos do êxito, promovendo a manutenção da atividade empresária, sua função social, nos termos do artigo 47 da lei regente e no melhor interesse de todos que gravitam em torno dela.

60. A recuperação da SETE BRASIL é importante para toda a indústria naval e de óleo e gás brasileira. Seus projetos municiam de trabalho um sem número empresas de prestadores de serviço, além de gerar dezenas de milhares de empregos diretos e indiretos. Não será nenhum exagero afirmar que a recuperação exitosa da SETE BRASIL contribuirá, de forma importante, para aliviar os efeitos da dramática crise econômica e financeira que assola o país.

ATIVOS PUJANTES

61. Graças aos financiamentos de curto prazo já obtidos e aos aportes dos acionistas da SETE BRASIL, duas sondas já estão praticamente concluídas e três encontram-se em estágio avançado. Essas sondas atenderão à demanda inicial para exploração das camadas do pré-sal. Vejam-se abaixo as fotos atuais das sondas Urca e Arpoador que, em março de 2016, estavam com avanço físico acumulado em mais de 85%:



Brasfels	DRU#1 Urca
Foto	Casco e Topside Brasfels, Angra (Brasil), Mar/16
Strike Steel:	13/07/2012
Av. Fis.	84,76%
Acum. Mar/16:	84,76%
Em fase de Comissionamento e testes	
Ton Fabricadas*:	18.016,9 t



Jurong	DRU#1 Arpoador
Foto	Casco, Demick e Living Quarter em Aracruz (Brasil), Mar/16
Strike Steel:	05/10/2011
Av. Fis.	89,96%
Acum. Mar/16	89,96%
Em fase de Comissionamento e testes	
Ton Fabricadas*:	22.177,1 t

62. Igualmente avançado o processo de construção de outras sondas, como, por exemplo, as denominadas Ondina, Guarapari e Frade, cuja construção, em março de 2016, já ultrapassava 72% de avanço físico acumulado. Quanto às restantes, cinco sondas já ultrapassaram 40% da sua construção, sete já tiveram a fabricação da estrutura iniciada e, para as demais, já houve a compra de valiosos equipamentos e grande quantidade de materiais.

63. Todo esse desenvolvimento inicial no Projeto Sondas foi possível em decorrência dos bilionários aportes dos sócios da SETE BRASIL, que, em conjunto, já investiram no negócio cerca de R\$ 8,3 BILHÕES.

64. A existência de ativos valiosos e em estágio avançado de construção aumenta, significativamente, as possibilidades de êxito do processo de reestruturação da companhia. Muito brevemente, esses ativos poderão representar valiosas fontes de receita para o Grupo SETE.

PASSIVO TOTAL

65. Quanto ao passivo das impetrantes, pode-se afirmar, em resumo, que o valor total da dívida sujeita a esta recuperação é de U\$ 3,02 Bilhões além de dívida em moeda local na ordem de R\$ 6,88 Bilhões, resultando numa dívida total de R\$ 18 BILHÕES, aproximadamente, se considerada uma taxa de câmbio de R\$ 3,6 por dólar norte-americano).

SEM DÍVIDAS TRABALHISTAS OU FISCAIS

66. Registre-se, por relevante, que a impetrante e suas controladas jamais atrasaram o pagamento de salários e obrigações correlatas. As pouquíssimas reclamações trabalhistas, hoje em curso são, portanto, inexpressivas (doc. 43).

67. Tampouco deixaram de honrar obrigações fiscais, não havendo débitos com a Receita Federal, nem com os Estados e Municípios onde todas exercem as suas atividades.

REQUISITOS PREENCHIDOS

68. Encontram-se observadas, uma a uma, as exigências do art. 48 da lei, eis que as impetrantes (a) exercem, regularmente, as suas

atividades há mais de dois anos (docs. 26/31); (b) não foram falidas, nem nunca declaradas extintas; (c) nunca pleitearam qualquer espécie de recuperação, muito menos com base no plano especial aludido no inciso III do art. 48 do diploma regente; e (d) nunca sofreram qualquer condenação criminal.

69. Em cumprimento ao disposto no art. 51 da lei, instrui-se este pedido com os seguintes documentos:

- a) demonstrações financeiras das impetrantes, relativas aos exercícios de 2012, 2013 e 2014 (docs. 09/19);
- b) demonstrações financeiras de 31.12.2015³, agora apresentadas especialmente para instruir este pedido (docs. 20/25);
- c) relação nominal completa dos credores, com a indicação dos respectivos endereços, natureza, classificação e valor atualizado de cada crédito (doc. 32);
- d) relação integral dos empregados da SETE BRASIL, com a indicação da função, salário, e valores porventura pendentes de pagamento (doc. 33);
- e) estatuto social de cada uma das suplicantes, acompanhados das atas de eleição dos membros da Diretoria (docs. 01/06);
- f) relação dos bens particulares dos administradores das suplicantes e dos seus controladores (docs. 34/35);
- g) extrato das contas bancárias das suplicantes (doc. 36);
- h) certidões dos cartórios de protestos de títulos e documentos da cidade do Rio de Janeiro, onde está sediada (docs. 37/42); e
- i) relação de todas as ações judiciais em que as requerentes figuram como parte (docs. 43/48).

³ As requerentes esclarecem, pois, que essas demonstrações serão ainda auditadas, em atendimento à política de compliance do grupo Sete Brasil, e poderão, em resultado ao trabalho da auditoria, sofrer alguns ajustes. Assim que possível, a impetrante acostará aos autos cópia de suas demonstrações auditadas.

70. Encontram-se, como se vê, devidamente atendidos os requisitos legais que autorizam o deferimento da recuperação judicial que aqui e agora se requer.

PRESERVAÇÃO DE SIGILO

71. Cumprindo o mandamento legal, a suplicante obteve de todos os seus administradores a relação de seus bens pessoais, como exige o art. 51, VI, da lei específica, mediante o compromisso de que lhes fosse requerido sigilo legal, com amparo, entre outros direitos da personalidade, na garantia constitucional da inviolabilidade da vida privada (CF, art. 5º, X). Dessa forma, para evitar a violação indevida e desnecessária do sigilo destas informações, apresentar-se-ão esses documentos em petição autônoma, por meio físico, certificando-se nos autos eletrônicos a entrega da documentação, pedindo-se a V.Exa. que se digne determinar o seu acautelamento em Cartório, só podendo ser copiadas ou de qualquer forma conhecidas mediante requerimento fundamentado, e com prévia e expressa autorização desse MM. Juízo, ouvida antes a requerente e o douto Ministério Público.

PEDIDOS

72. Isto posto, confiam as impetrantes em que V.Exa. deferirá o processamento da recuperação judicial aqui impetrada e, como dispõe o art. 52 da lei vigente, nomeará o administrador judicial, determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que exerça suas atividades, ordenará a suspensão de todas as ações e execuções contra elas, na forma do art. 6º do mesmo diploma, e mande intimar o ilustre Ministério Público e comunicar a impetração, por carta, à Fazenda Pública Federal e de todos os Estados e Municípios em que tiverem estabelecimento, bem como a expedição do edital referido no §1º do art. 52, ciente elas de que deverão apresentar contas demonstrativas mensais, enquanto durar o processo desta ação. Reitera-se ainda a

solicitação de tratamento confidencial e acautelamento em Cartório da relação dos bens pessoais de seus administradores, ex vi do art. 51, VI, da lei específica.

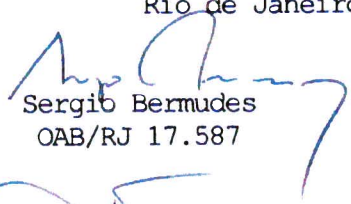
73. As requerentes informam que os seus advogados recebem intimações, nesta cidade, no endereço constante do timbre.

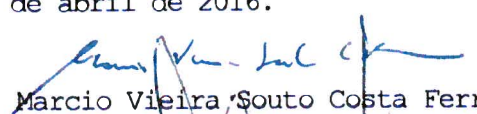
74. Dando à causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), as impetrantes requerem, pela própria gravidade dos fatos aqui expostos, a distribuição urgente deste processo a uma das Varas Empresariais desta Capital.


75. Protestam pela apresentação de novos documentos pela realização de perícias, se fizerem necessários.

Nestes termos,
P.deferimento.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2016.

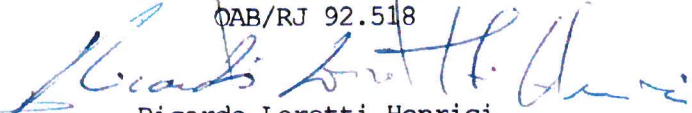

Sergio Bermudes
OAB/RJ 17.587

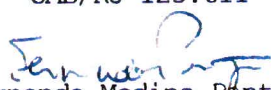

Marcio Vieira Souto Costa Ferreira
OAB/RJ 59.384



Marcelo Fontes
OAB/RJ 63.975



Marcelo Damago Carpenter
OAB/RJ 92.518


Leonardo de Campos Melo
OAB/RJ 123.611


Ricardo Loretto Henrici
OAB/RJ 130.613


Fernanda Medina Pantoja
OAB/RJ 125.644


Thais Vasconcellos de Sá
OAB/RJ 178.816


Eduarda Simonis
OAB/RJ 200.986

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Data da Juntada 10/05/2016

Tipo de Documento Petição

Texto Documento eletrônico juntado de forma automática.

